

Vanessa de Oliveira Brunow

**Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na
década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre movimento
popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística
Religiosa e Investigações Sociais)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do
Grau de mestre em História. Área de concentração: História Social das
Idéias**

Orientadora: Virgínia Maria Gomes de Matos Fontes

Niterói,

Setembro/2010

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Virgínia Fontes – UFF

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Prof. Dra. Marcela Pronko – FIOCRUZ

Dissertação defendida em 30 de setembro de 2010.

**Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil:
Um estudo sobre movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de
Estatística Religiosa e Investigações Sociais)**

Vanessa de Oliveira Brunow

Resumo

Resumo: Este trabalho tem como principal finalidade trazer uma reflexão sobre a atuação de uma Instituição católica denominada CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e sua ligação com os diversos tipos de movimentos populares no Brasil na década de 1980. Para entender essa ligação, analisaremos o processo histórico ocorrido nos anos 80, principalmente o reavivamento dos movimentos populares que contribuíram para a fundação de organizações como a CUT, PT e MST. Para pensar esse processo histórico, não podemos deixar de atentar para uma concepção de sociedade civil que surgia, de costas para o Estado, com um ar quase “salvador” da opressão estatal, que foi em parte defendida pelas entidades associativas que vieram a se constituir em Organizações Não Governamentais na década de 1980 no Brasil. Usaremos a perspectiva gramsciana para pensar a real complexidade da relação entre Estado (ou sociedade política) e sociedade civil. Para trabalhar com a experiência relatada nas solicitações enviadas ao CERIS, usaremos o conceito de Edward Thompsona de classe social e experiência.

Palavras-chave: Sociedade civil, Classe Social, Organização Não Governamental,

Workers, the Catholic Church and Philanthropy in the 1980s in Brazil: A study of popular movements and social practice of CERIS (Center for Religious Statistics and Social Research)

Vanessa de Oliveira Brunow

Abstract

Abstract: This paper mainly aims to bring a reflection on the performance of an institution called the Catholic CERIS (Center for Religious Statistics and Social Research) and its connection with the various types of popular movements in Brazil in the 1980's. To understand this relationship, we will analyze the historical process that occurred in the '80s, especially the revival of popular movements that contributed to the founding of organizations such as the CUT, PT and MST. To think of this historical process we must look for a conception of civil society that emerged, with its back to the state and an almost "saving" sense of state oppression, it was partly supported by the associated institutions that were constituted into Non-Governmental Organizations. We will use the Gramscian perspective to think of the real complexity of the relationship between the state (or political society) and civil society. In order to work with the experience reported in requests that were sent to CERIS, we use Edward Thompson's concept of social class and class experience.

Keywords: Civil society, social class, non-governmental organization.

**“Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade,
trabalham, lutam e melhoram a si mesmos”.**

Antonio Gramsci

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minha família, alicerce do meu desenvolvimento, por me proporcionar condições para me dedicar aos estudos. Vocês são indispensáveis!

Aos amigos de breve e longa data, que enchem a vida de alegria e esperança. Obrigada Beatriz, Bruna, Billy, Camila, Cecília, Cosme, Fábio, Fernanda, Hugo, Hugo Duarte, João Henrique, Larissa, Ludmila, Lusitano, Ryany e Roberto.

A Vinícius Jenny pela ajuda com o banco de dados.

As professoras Kátia Lima e Marcela Pronko pelas sugestões valiosas na banca de qualificação e especialmente a Marcelo Badaró, pela sua dedicação constante a esta pesquisa, desde a graduação e pela simpatia e disponibilidade sempre em ajudar.

Ao professor Carlos Gabriel, pela ajuda com as conversões monetárias.

Aos funcionários da Pós-Graduação, especialmente a Silvana e Inês.

Por fim agradeço a Virgínia, orientadora, companheira e grande exemplo. Pessoa essencial na minha formação intelectual e grande referencial de humanidade. Muito obrigada pela paciência e dedicação.

Sumário

Introdução	9
1.0. CERIS, o FAM e a Igreja Católica no Brasil no século XX	17
1.1. O que é o CERIS	19
1.2. O contexto de criação do FAM	23
1.3. O histórico de atuação da Igreja Católica no Brasil e no mundo	26
1.4. A Igreja na década de 1950	30
1.5. O Concílio do Vaticano II e sua influência na sociedade latino-americana através dos Congressos em Medellín e Puebla	34
1.6. A Teologia da Libertação	37
1.7. As Comunidades Eclesiais de Base	39
2.0. Análise dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS no ano de 1983	44
2.1. A perspectiva de experiência de classe e a teoria de Edward Thompson	46
2.2. Métodos de análise	49
2.3. Análise quantitativa das solicitações em 1983	54
2.4. Processos de solicitação por Região	57
2.5. Processos de solicitação classificados por objetivos	60
2.6. Tempo de tramitação dos processos de solicitação	66
2.7. Os mediadores nos processos de solicitação	66
2.8. Média de valor aprovado dos projetos	67
2.9. A Crise econômica brasileira	69
2.10. Análise qualitativa das solicitações do ano de 1983	78
2.10.1 Os Relatos – Ceará	79
2.10.2. Construção da Cisterna de Ferrocimento	80
2.10.3. Os relatos de extrema pobreza	83
2.10.4. Nova Iguaçu - Rio de Janeiro	85
2.10.5. Os mediadores	87
3.0. A Análise dos Processos de Solicitação enviados ao FAM-CERIS no ano de 1988	91
3.1. Os principais movimentos sociais na década de 1980: A fundação da CUT, do PT, do MST e a formação das ONGs no processo de abertura democrática no Brasil	91
3.2. O movimento sindical nos anos de 1980	95
3.3. O PT e os movimentos sociais	96
3.4. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as Instituições Católicas	97

3.5. O CERIS, Sociedade Civil e ONGs	100
3.5.1. O que seria uma ONG?	106
3.5.2. O desenvolvimento do FAM-CERIS junto aos processos de solicitação	109
3.6. Análise das solicitações do ano de 1988	117
3.7. Análise quantitativa dos processos de solicitação de 1988	120
3.7.1. Solicitações classificadas por região	121
3.7.2. Processos de solicitação por objetivos de atuação	123
3.7.3. Tempo de tramitação dos projetos	133
3.7.4. Os mediadores nos processos de solicitação de 1988	134
3.8. Análise qualitativa dos processos de solicitação em 1988	134
3.8.1. Associação	136
3.8.2. Trabalho Rural	138
3.8.3. As solicitações do MST	142
Conclusão	146

Índice de Imagens, Gráficos e Tabelas

- 1- Imagem 1- Tabela cadastro (Banco de dados) (p. 53)
- 2- Imagem 2 - Documento de número 1113, do ano de 83, projeto 37. (p.55)
- 3- Imagem 3- Documentos 5974, 5975 e 5976 respectivamente – Processo número: 359-1988 (p.143)
- 4- Gráfico 1 – Percentual de solicitações enviadas por cada região no ano de 1983 (p.57)
- 5- Gráfico 2 - Total de projetos enviados ao FAM-CERIS (1983-2002) , segundo as informações contidas nos CDs com a documentação. (p.111)
- 6- Tabela 1- Total de solicitações enviadas por região em 1983 (p. 57)
- 7- Tabela 2 – Percentual de projetos aprovados e negados por região em 1983 (p.58)
- 8- Tabela 3 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas por objetivo em 1983 (p.61)
- 9- Tabela 4 – Percentual de processos aprovados e negados por região e objetivo em 1983 (p.62)
- 10- Tabela 5 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Norte no ano de 1983 (p.63)
- 11- Tabela 6 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Sudeste no ano de 1983(p.64)
- 12- Tabela 7- Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Sul no ano de 1983 (p.64)
- 13- Tabela 8- Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Nordeste no ano de 1983 (p.65)
- 14- Tabela 9 - Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Centro-Oeste no ano de 1983 (p.65)
- 15- Tabela 10- Inflação, PIB e taxa de investimento nos governos Figueiredo e Sarney (p. 70)
- 16- Tabela 11 – Tempo de duração das moedas brasileiras a partir de 1970 (p. 73)
- 17- Tabela 12 - Conversão da moeda brasileira para o dólar (índice mensal) (p. 74)
- 18- Tabela 13 – Conversão da moeda brasileira para dólar (1983 e 1988) (p.75)
- 19- Tabela 14 – Conversão em dólar dos meses de 1983 e a média de valor aprovado nos projetos (p.76)
- 20- Tabela 15 – Total de documentos e total de processos de solicitação por ano (p.108)
- 21- Tabela 16- comparação do total de solicitações segundo o CERIS e segundo os CDs disponíveis (p. 110)
- 22- Tabela17- Total de solicitações enviadas por região em 1988 (p.120))
- 23- Tabela 18 - Total de solicitações enviadas por região em 1988 (p.120)
- 24- Tabela 19 – Percentual de projetos aprovados e negados por região em 1988 (p.121)
- 25- Tabela 20- Percentual de solicitações aprovadas e negadas por objetivo em 1983 (p.123)
- 26- Tabela 21 - Total de processos aprovados e negados por região e objetivo em 1988 (p.124)
- 27- Tabela 22- Total de solicitações na região Norte em 1988 (p.126)
- 28- Tabela 23- Total de solicitações aprovadas e negadas na região Norte em 1988 (p.127)
- 29- Tabela 24 – Total de solicitações negadas e aprovadas na região sudeste em 1988 (p.128)
- 30- Tabela 25- Total de solicitações por objetivo na região Sudeste em 1988 (p.128)
- 31- Tabela 26 – Total de solicitações da região Sul em 1988 (p.129)
- 32- Tabela 27- Total de solicitações por objetivo na região Sul em 1988 (p.129)
- 33- Tabela 28- Total de solicitações da região Nordeste em 1988 (p. 130)
- 34- Tabela 29- Total de solicitações por objetivo na região Nordeste em 1988 (p.131)
- 35- Tabela 30 – Total de solicitações na região Centro- Oeste em 1988 (p.131)
- 36- Tabela 31- Total de solicitações por objetivo na região Centro-Oeste em 1988 (p.132)

Introdução

Tudo começou num filme. Quando estava no sexto período da graduação em história, tive a oportunidade de assistir ao filme *Quanto Vale ou é por Quilo*, dirigido por Sérgio Bianchi. O filme faz uma analogia entre o comércio de escravos feito por senhores no período colonial e a atual exploração da miséria na sociedade contemporânea, colocando-a como mais uma pretensão de mercado. Nesse filme, Bianchi faz uma feroz crítica às Organizações Não Governamentais e ao seu lucro com a miséria alheia no caminho da captação de recursos privados e governamentais.

Ao assistir ao filme, tive uma imensa vontade de estudar melhor as ONGs no Brasil contemporâneo. No entanto, o curso de história nos permite muito pouco acesso à chamada história do presente, período pelo qual tive predileção desde o início da graduação. A possibilidade de estudar mais a fundo a história Contemporânea surgiu com a oportunidade da bolsa PIBIC, com a minha atual orientadora no mestrado e especialista no conceito de sociedade civil, Virgínia Fontes. Ao longo do estágio, tive acesso a um corpo documental escaneado em CD, que, segundo Virgínia, não tinha ainda tido tempo de trabalhar, mas que basicamente se tratava de processos de solicitação de diversos tipos de trabalhadores e organizações enviados a uma Instituição ligada à Igreja Católica, chamada CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Essa entidade tinha, no fim da década de 1970, criado um setor chamado Fundo de Apoio a Mini Projetos (FAM). Esse setor tinha o objetivo de atender às pequenas demandas de solicitação enviadas ao CERIS nos anos de 1970. A documentação disponibilizada por Virgínia referia-se a esse setor de Mini Projetos. Prontamente me ofereci para analisar os documentos.

Ao me debruçar sobre as cartas escritas pelos grupos que estavam enviando o processo de solicitação, pude visualizar a experiência vivida por esses trabalhadores. Era como se eu pudesse enxergar com muita clareza o difícil cotidiano desses homens e mulheres que relatavam as dificuldades enfrentadas para a garantia de sua sobrevivência. Uma das primeiras cartas que pude ler foi escrita em maio de 1988, e consistia numa solicitação para a manutenção de um sindicato criado por trabalhadores metalúrgicos de uma fábrica que ficava em Pouso Alegre - Minas Gerais. Naquele momento, tive certeza de que queria pesquisar melhor aquele corpo documental, pois, ao ler o relato desses metalúrgicos, cheguei a me emocionar com a possibilidade de

estar diante de uma realidade de luta e resistência à exploração vivida por eles. Abaixo exponho parte do relato:

Nós trabalhadores, como passamos a maior parte do tempo na fábrica, onde somos explorados, onde sofremos os problemas econômicos, vivemos juntos com os companheiros os problemas comuns, tais como: meios de transporte caro e precário; salário baixo devido à grande oferta de mão de obra, fruto do êxodo rural, desrespeito ao trabalho da mulher e do menor, falta de segurança no ambiente do trabalho. Por isso, nós nos reunimos e criamos em 1º de novembro de 1987 a nossa associação profissional dos trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Pouso Alegre¹

Era isso o que eu queria! Poder entender a organização desses trabalhadores interessava muito mais do que pensar a relação entre eles e o CERIS enquanto Instituição Não Governamental, que foi o meu objetivo inicial. Ao conversar com minha orientadora, isso ainda não estava claro e ainda pensava em referenciais teóricos principais, como sociedade civil em Gramsci e Estado em Poulantzas. No entanto, ao falar do prazer que tive em ler os relatos, Virgínia alertou-me para a experiência desses trabalhadores e a possibilidade de mudar ou mesmo incluir mais um referencial teórico. A sugestão foi o historiador inglês Edward Thompson e seu conceito de experiência de classe, elaborado para pensar os trabalhadores nos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra. Nesse momento surgiu a necessidade de debruçar-me sobre a teoria thompsoniana, e comecei a vislumbrar a possibilidade de aplicação nas solicitações enviadas ao CERIS, mas esse desafio mostrou várias outras debilidades na minha proposta e na maneira de olhar as fontes, que ajudaram muito a redefinir a análise posterior sobre esse corpo documental.

Quando tive a oportunidade de copiar os CDs com a documentação, verifiquei que em cada ano existia um número muito significativo de documentos escaneados. Os CDs disponibilizados por Virgínia continham a documentação dos anos de 1988 até 2002. Em cada ano, havia em torno de 4.000 a 8.000 documentos. Depois percebi que, a cada 50 a 100 documentos, tínhamos um processo de solicitação, o que variava de 400 a

¹ **Ver anexo 1**, no fim do texto. Trata-se de fonte transcrita. Refere-se ao ano de 1988, projeto de número 114 (1-1988).

800 processos de solicitação em cada ano. Diante de tantas solicitações, discutimos a possibilidade de criar um banco de dados, que no princípio foi sendo construído numa tabela de Word, sem nenhuma sofisticação classificatória. Com o tempo, a necessidade de um programa mais eficiente foi se tornando mais latente e descobri o Windows Access. As tabelas que foram feitas no Word tiveram de ser refeitas no Access. Mantivemos a análise inicial do ano de 1988 e decidimos pular uma década, analisando o ano de 1998, para que uma classificação decimal fosse estabelecida. Através desse parâmetro analítico, pretendíamos verificar as principais diferenças nos processos de solicitação e a atuação do CERIS nos critérios de aprovação para os diferentes grupos solicitadores de uma década para outra. Avaliando o processo ao longo dos anos, decidimos que uma primeira opção seria esse intervalo de uma década. Não tínhamos dúvida de que seria uma análise parcial dessa documentação, mas, diante da quantidade de documentos, essa foi a escolha que naquele momento pareceu plausível. Ao longo da pesquisa, consegui o contato do coordenador do CERIS, que ainda era o mesmo que tinha fornecido os CDS escaneados com as solicitações do FAM para Virgínia. Ao encontrar Isaías Bezerra de Araújo, coordenador do CERIS na década de 1990, fui informada de que existia uma documentação anterior a 1988, que ia de 1979 a 1987. Ao ter ciência desse corpo documental, Isaías me disponibilizou o CD e disse que precisava entregá-lo no fim do dia, pois esses eram os únicos CDS que ele possuía. Estava em Botafogo, longe de casa, e já era por volta de meio-dia. Corri até a *lan house* mais próxima para copiar os CDs. Fiquei de uma da tarde até as cinco, tentando copiar os CDs, pois os que continham a documentação de 1979 até 1982 estavam deteriorados. Depois de diversas tentativas, consegui copiar apenas os anos de 1983 até 1987. Ao voltar para entregar, Isaías não estava. Deixei um bilhete falando sobre a situação. No bilhete, me dispunha a contratar alguém para tentar recuperá-lo. Deixei meu telefone, e-mail, mas nunca recebi nenhuma resposta. Diante dessa descoberta, decidimos manter a análise de 1988 e 1998, e ainda incluir o primeiro ano de documentação recuperada, 1983.

Assim, iniciamos a análise a partir do primeiro ano de documentação disponível (1983) e continuamos com os anos de 1988 e 1998, trabalho que já havia sido iniciado e que estava relativamente adiantado. Ao iniciarmos as análises de 1998, pudemos perceber grande diferença nos tipos de solicitação e no perfil das cartas em relação à documentação de 1983 e 1988. A maioria das solicitações era relativa a financiamento

de Congressos ou de organizações já constituídas, muito diferente de 1983 e 1988, que apresentavam, em sua maioria, solicitações para trabalhos rurais e movimentos sociais ainda em fase de organização. Com o desenvolvimento da pesquisa, constatamos o desafio de analisar não só um corpo documental tão extenso, mas também de nos debruçarmos sobre duas décadas de contexto histórico. Por isso, optou-se por analisar os anos que correspondiam à década de 80, ou seja, abdicamos da análise de 1998, direcionando tal ano para uma pesquisa posterior. É claro que existem pesquisas que são feitas a partir de um século de análise documental. Não só isso, como a quantidade documental de alguns objetos de pesquisadores é muito extensa também. A questão que se colocou para a documentação do FAM foi também a diversidade de grupos sociais representados nessa documentação. Analisar uma década fazia mais sentido, pois o leque que se abria com duas décadas era bem maior do que se concentrássemos a análise e a ligação contextual histórica nos anos de 1980. Poderíamos trazer, com mais propriedade, a variedade de grupos sociais representados nas solicitações da década de 80, permitindo fazer a comparação entre os anos de 1983 e 1988.

Definimos uma nomenclatura para esse corpo documental. Tudo o que é enviado ao CERIS é considerado *processo de solicitação*. Essas solicitações incluem cheques, notas fiscais, cartas dos trabalhadores, material de organização e divulgação do grupo solicitador, cartas do CERIS para o grupo, etc., ou seja, todo documento referente ao diálogo entre a Instituição e o grupo solicitador é chamado de *processo de solicitação*. Quando esse processo de solicitação é aprovado pelo CERIS, passamos a chamá-lo de *projeto*. Pretendemos com isso criar uma diferenciação no significado de cada tipo de documentação, pois as atividades propostas nas solicitações que não eram aprovadas sequer poderiam ser executadas pelo grupo e se limitavam a um processo de solicitação. Quando a aprovação acontecia, esse processo ganhava capacidade de execução, necessitando de uma nova nomenclatura, que definimos como *projeto*. O próprio CERIS definiu o que iremos denominar de *processos de solicitação* como “mini-projetos”. Eventualmente usaremos essa expressão.

Sobre a aplicação teórica nessas solicitações, a partir da indicação da minha orientadora, escrevi um artigo sobre a experiência de classe em Thompson e sua possível aplicação nos relatos encontrados nas solicitações de apoio para o CERIS. Tive a oportunidade de discuti-lo na Anpuh Nacional, realizada no ano de 2009, em Fortaleza. No Simpósio, constatei com clareza que parte da minha aplicação do conceito

de Thompson tinha a ver com minha perspectiva ainda imatura de querer ver apenas os trabalhadores, suas lutas e seu cotidiano de exploração, como se essas questões falassem por si mesmas, sem fazer a conexão com o contexto na qual elas foram escritas e sem considerar o importante fato dessas solicitações estarem sendo intermediadas por uma entidade ligada à Igreja Católica. Faltava pensar essa documentação na sua complexidade, já que se tratava de uma Instituição com toda a sua especificidade, que tinha o poder de decidir que solicitação era apta a se desenvolver ou não. Junto a isso, não podíamos esquecer que aqueles trabalhadores estavam, através das cartas, mostrando resistência à realidade opressora, mas, para conseguirem sua “emancipação”, recorreram a uma organização religiosa. Para compreender melhor o apoio solicitado, era necessário estudar o perfil do que exatamente constituía o CERIS, e nele, especificamente, o Fundo de Apoio a Mini Projetos. Com o tempo, descobrimos que esse fundo era um setor, dentro da Instituição, destinado a apoiar projetos de pequeno porte. Era para ele que se dirigiam as solicitações que resultaram na documentação que tínhamos em mãos.

A necessidade de pesquisar sobre o CERIS esbarrou numa situação inesperada. O Centro de Estatística foi fechado exatamente quando iniciamos a pesquisa. Por sorte, conseguimos, três semanas antes, alguns documentos no site da Instituição, que ficou fora do ar a partir de junho de 2007. Hoje o CERIS funciona parcialmente, realizando apenas o Anuário Católico, e, quando tentamos algum tipo de contato direto com a Instituição, através do telefone, não tivemos resposta.

As principais informações sobre a Instituição foram conseguidas através do site da própria, do relato do coordenador do CERIS na década de 1990, Isaias Bezerra, no ano de 2007. Em 2009 conseguimos mais um contato, com um dos primeiros coordenadores do CERIS, Carlos Alberto Medina, que trabalhou na Instituição desde 1965 e lá permaneceu por mais de 20 anos. Através desses dois coordenadores, tivemos acesso a materiais escritos, como jornais da Instituição, livros, artigos e CDs de pesquisa sobre o Setor de Mini-Projetos.

Essas entrevistas e os materiais disponibilizados pelos coordenadores foram de imensa ajuda para esclarecer melhor o perfil da Instituição, criada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1962 para realizar pesquisas na área pastoral, com a tarefa principal de realização do Anuário Católico, que é um tipo de pesquisa sobre a abrangência católica nas diversas regiões brasileiras, como

informações do número de padres, paróquias, membros, etc. Entretanto, com o tempo, a atuação do CERIS foi se diversificando, e as instituições católicas internacionais passaram a ver o Centro de Estatística como uma possibilidade de intermediar o apoio aos diversos tipos de organizações sociais no Brasil. Com isso, o CERIS foi adquirindo outras funções, entre elas o apoio a solicitações originadas de projetos sociais advindos de várias regiões no Brasil. O FAM (Fundo de Apoio a Mini Projetos) foi criado em 1979, com o intuito de apoiar projetos de pequeno porte que, segundo o relato dos coordenadores, estavam sendo enviados na década de 70 cada vez com mais frequência para o CERIS. Nesse setor de mini projetos, houve uma aproximação da Instituição à lógica de captação de recursos das Organizações Não Governamentais, mas será que podemos caracterizar uma Instituição como o CERIS e principalmente o FAM como uma Organização Não Governamental? A própria definição do que seria uma ONG ainda está em disputa, por isso não trataremos do CERIS exatamente como uma Organização Não Governamental, mas sim como uma Instituição Católica que pôde, sim, ter se aproximado de aspectos que poderiam defini-la como uma Organização Não Governamental. Os próprios conceitos de ONG e de sociedade civil, reivindicado por essas entidades que até hoje estão na luta pela legitimação do nome não contemplam a dinâmica de atuação de instituições como o CERIS. Faremos a discussão do conceito e de sua aplicação ao CERIS mais à frente, porém manteremos uma definição gramsciana de sociedade civil para pensar o processo de organização e atuação dessas entidades que se autodefinem como Organizações Não Governamentais.

A dissertação será dividida em três capítulos. Traremos, no primeiro capítulo, um panorama histórico e político da Igreja no Brasil e na América Latina, a partir de meados do século XX, necessário para localizar o surgimento do CERIS e sua relação com movimentos surgidos dentro da hierarquia católica, como o movimento da Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais, reflexos das mudanças internas na Igreja Católica. Não pretendemos aprofundar a análise desses movimentos católicos leigos, mas ressaltar sua importância para a constituição de Instituições como o CERIS.

No capítulo dois, realizaremos a análise da documentação constante do FAM para o ano de 1983, fornecendo os principais dados sobre a metodologia aplicada na pesquisa. Para analisar as solicitações em 1983 e 1988, discutiremos a experiência de classe desses trabalhadores que estão enviando os pedidos de solicitação ao CERIS.

Usaremos a perspectiva thompsoniana, discutindo os limites de aplicação desse arsenal teórico para o tipo de fonte pesquisada e sua possível utilização na análise da classe trabalhadora brasileira contemporânea. Para pensarmos melhor essa análise de grupos sociais brasileiros na década de 1980, não podemos deixar de atentar para as principais discussões que nos permitem entender com clareza o processo histórico ocorrido nos anos 80. Faremos também uma análise quantitativa, mostrando, através de tabelas geradas pelo *Windows Access*, o perfil dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS naquele ano. Iniciamos uma abordagem qualitativa focada em temas classificados por localização regional e temática, que permitem localizar, geograficamente e de forma temática, essa documentação.

No terceiro capítulo, continuamos a análise dos projetos de solicitação para as solicitações enviadas ao FAM em 1988. Para entender melhor esse período, procuraremos situar o leitor nos principais acontecimentos históricos de meados da década de 1980, como a fundação de organizações como a CUT, PT e MST e da permanente crise econômica, evidenciada pelo longo e agudo processo inflacionário, que o país vivenciou naquela época. Para pensar esse processo histórico, não podemos deixar de atentar para uma concepção de sociedade civil que surgia, de costas para o Estado, com um ar quase “salvador” da opressão estatal, tão bem caracterizada nos anos ditatoriais. Usaremos a perspectiva gramsciana para pensar a real complexidade da relação entre Estado (ou sociedade política) e sociedade civil. Apresentamos também uma análise comparativa dos anos de 1983 e 1988, trazendo as principais similaridades e diferenciações que correspondem aos respectivos anos e a possível adaptação do CERIS a esse contexto, através da criação do Fundo de Apoio a Mini Projetos.

Esperamos que, através dessa dissertação sobre uma Instituição católica e sua ligação com os diversos tipos de movimentos populares no Brasil na década de 1980, se consiga contribuir para um melhor entendimento dos diversos tipos de organização popular no Brasil, nesse período.

Primeiro Capítulo

1.0 O CERIS, o FAM e a Igreja Católica no Brasil no século XX

Esta dissertação tem como objetivo analisar o contexto de surgimento de um setor de Fundo de Apoio a pequenos projetos (FAM) que surgiu no fim da década de 1970 dentro de uma Instituição ligada à Igreja Católica, chamada CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). A instituição em questão – nosso objeto de estudo neste capítulo – está localizada no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Em 1979, esse Centro criou o Fundo de Apoio a Mini-projetos (FAM). Segundo o CERIS, o motivo para a sua criação foi a grande demanda por apoio a pequenas iniciativas comunitárias que, nos anos de 1970, se desenvolviam em grande parte do Brasil. Analisaremos os processos de solicitação ao FAM-CERIS nos anos de 1983 e 1988, buscando traçar um perfil do que foi a atuação do CERIS na década de 1980. Analisar todas as solicitações que foram encaminhadas ao FAM nos anos 80 não será possível, pois há uma quantidade documental muito extensa em cada ano de solicitação (Em torno de 4.000 a 8.000 documentos por ano). Todavia analisaremos os anos de 1983 e 1988. Esses anos nos proporcionam um rico material de análise. Os processos de solicitação enviados têm objetivos muito variados, como pedidos de auxílio para geração de primeira renda, organização de sindicatos, apoio às oposições sindicais, fortalecimento de comunidades agrícolas, ajuda a assentamentos rurais, etc.

Para entendermos melhor o processo de constituição e desenvolvimento de uma instituição que se autodenomina laica, mas que está ligada diretamente à Igreja Católica, pretendemos também, nesse primeiro capítulo, recuperar alguns elementos da história da Igreja católica no Brasil e no mundo e sua atuação junto aos movimentos sociais ao longo do século XX. Essa recuperação histórica da Igreja pode nos ajudar a entender o contexto de fundação de uma instituição como o CERIS e as mudanças internas que reorientaram sua ação, como a criação do Setor de Miniprojetos em 1979. Esse setor é um exemplo do tipo de atuação que o Centro passou a ter junto aos novos tipos de solicitações que surgiam na década de 1970. Não podemos desconsiderar a influência que o contexto político-social teve sobre tal atuação, afinal, é na década de 70, período em que o Setor de Mini Projetos foi criado, que mudanças importantes aconteceram no cenário social brasileiro. Se, por um lado, a repressão ditatorial impedia a continuação

de muitas organizações de esquerda que se fortaleceram na década de 60, por outro, criava a possibilidade de atuação de organizações como as Comunidades Eclesiais de Base e o movimento da Teologia da Libertação, entre outros, que passavam a atuar de uma nova forma sob a ditadura, cada vez mais atentos aos problemas econômico-sociais de seus membros e de sua localidade. No entanto, é importante ressaltar que as próprias contradições da expansão capitalista trazem o cerceamento de todas as liberdades na sociedade. Essa limitação das organizações de esquerda não se deu só nos anos ditatoriais; isso é comum, inclusive, em regimes democráticos. A diferença é que o Estado ditatorial, apesar de atuar com consenso, tem mais oportunidade de atuar para garantir a dominação, através da coerção.

No período do regime militar brasileiro, não podemos negar a importância do papel da Igreja Católica no surgimento desses movimentos que grassaram no Brasil por volta de 1970. Suas ligações com os setores populares podem ser consideradas ambíguas, oscilando desde um projeto revolucionário a, até mesmo, inserções oportunistas com relação aos fiéis das classes mais populares. Todavia, não há meios de se tentar explicar a atuação dos movimentos sociais da década de 1970, sem incluir a Igreja como uma das protagonistas.

O CERIS é uma instituição que se caracterizou pela sua dupla organicidade de atuação, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Essa organização se dividiu entre o respeito à hierarquia e a veiculação de uma concepção de caridade cristã, de um lado, e de uma forma específica de opção pelos pobres, de outro. O Centro apoiou importantes organizações populares no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Essa tensão que atravessou o Centro de Estatística está ligada à própria conformação da igreja brasileira e latino-americana desde a metade do século XX.

Para que entendamos melhor a participação dessa Instituição, é necessário discutir a atuação da Igreja Católica e suas divergências internas ao longo desse período. Precisamos atentar para os conflitos internos referentes ao seu papel junto às classes populares, os quais foram inúmeros, sem deixar de constatar que a influência de parte da Igreja na organização das classes populares contribuiu para a mudança de perspectiva que muitos dos agrupamentos passaram a ter nas décadas de 1980. Nesse período de mudanças dos movimentos sociais, é que surgirão as Organizações Não Governamentais. Nesse contexto, uma nova concepção de sociedade civil surge, e o CERIS certamente foi marcado por esse contexto de mudança.

Iniciaremos o trabalho com um panorama histórico, definindo melhor o que seria o CERIS e o Setor de Mini Projetos, assim como o contexto de surgimento de ambos. Esclareceremos também como funcionam as solicitações enviadas ao CERIS através dos pedidos de auxílio, explicando, por meio delas, os mecanismos de funcionamento do FAM (Fundo de Apoio a Mini Projetos).

1.1 O que é o CERIS

O CERIS, fundado em 1962, como ato conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), atendia a uma exigência das ações das pastorais da Igreja Católica no nosso país. Foi criado num contexto específico de mudanças na proposta de atuação da Igreja no âmbito nacional e internacional, as quais surgiram desde meados da década de 1950, mas se consolidaram principalmente a partir do Congresso de Medellín, na Colômbia, em 1968. Esse congresso foi uma espécie de resposta ao Concílio do Vaticano II (1962-1965), que teve, dentre outros, o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. A reunião dos bispos latino-americanos no Congresso de Medellín definiu a proclamação da doutrina, considerando que o evangelho implicava uma opção preferencial pelos pobres. Tal posicionamento, no fim da década de 60, colocaria uma parcela da Igreja na contramão do caminho seguido pelo Estado sob comando militar.

O CERIS foi inaugurado sob a chefia de Dom Affonso Felipe Gregory, um bispo com ideias progressistas que foi diretor-executivo durante quase 20 anos (1963-1980). A Instituição se autodenominava uma organização sem fins lucrativos, ligada à Igreja e dedicada à pesquisa sociológica e a ações sociais. Segue abaixo o documento do estatuto do CERIS:

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS é uma sociedade civil sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social e promoção cultural, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, fundado em 1º de outubro de 1962 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). (Art. 1º dos Estatutos do CERIS)

Para que entendamos melhor a atuação do CERIS, faz-se necessário atentar para a sua forma jurídica. A Instituição se autodenominou: “Sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social e promoção cultural”. Associação sem fins

lucrativos é “uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa”². Toda ONG pode ser caracterizada como uma associação sem fins lucrativos, mas nem toda associação é uma ONG. Filantropia é um dos termos encontrados no estatuto que tem sua origem mais remota. As ações de filantropia podem vir do campo individual ou coletivo; são, em geral, doações que se estabelecem de alguém ou de uma instituição que tenha renda suficiente para enviar dinheiro ou outros bens a favor de instituições ou pessoas que desenvolvam atividades de mérito social. No caso do CERIS, temos uma instituição que é gerida pela Igreja Católica, mas que está disposta a intermediar a filantropia de indivíduos e organizações que estejam além da religião. No entanto, o quanto essa atividade filantrópica visa à autonomia de quem é beneficiado é bastante diverso nos diferentes tipos de ação dessas Instituições. Podemos verificar também que essa associação sem fins lucrativos e filantrópica tem como prioridades a promoção da assistência social e a promoção cultural. Tais objetivos determinam a abrangência de atuação dessa entidade.

Os primeiros anos da vida do CERIS foram dedicados à coleta e ao tratamento de dados estatísticos da Igreja e a estudos de sociologia da religião. Mais tarde, os estudos e pesquisas foram estendidos às áreas de economia e sociologia geral. Em 1966, o CERIS publicou o 1º Anuário Católico do Brasil, espécie de estudo estatístico que a Igreja Católica realiza para saber a sua abrangência nas regiões brasileiras, tais como o número de paróquias, fiéis, bispos e padres em cada localidade. O objetivo era atualizar o número de paróquias, membros e comunidades eclesiais que foram criadas ao longo do tempo. Essa instituição, que, na década de 1960 e no início de 1970, marcou sua existência pela realização de pesquisas na área sócio-religiosa, começou a ser solicitada pelas agências católicas de ajuda externa, como Cebemo, Cáritas Holandesa, etc., que se definem como instituições filantrópicas com o objetivo de atuar na área social da Igreja. Para dar esse suporte técnico e sociológico aos trabalhos da Igreja, o CERIS desenvolveu, durante mais de 30 anos, um serviço de consultoria, através de análises de

²Disponível em:

<http://www.sebraesp.com.br/midiateca/publicacoes/artigos/juridico_legislacao/associacao_sem_fins_lucrativos>. Acesso em 08-03-2010.

projetos dessas Agências de Cooperação Internacional, que financiavam e ainda financiam intervenções sociais em nosso país.

O trabalho do CERIS passou a ser realizado cada vez mais em conjunto com a atuação dessas agências do exterior, que davam apoio aos mais diversos tipos de movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que o Centro de Estatística era financiado por essas instituições, dividiu, em alguns aspectos, as mesmas atribuições. Em conversa com Isaías Bezerra³, ex-coordenador do CERIS, foi dito que a intenção dessas organizações filantrópicas internacionais de financiarem o Centro vinha do fato dele ser uma espécie de mediador na área de projetos econômicos no Brasil. O conhecimento que o CERIS tinha dos diversos tipos de movimentos sociais e organizações populares era facilitado pelo trabalho estatístico já existente, melhorando a qualidade de atuação dessas instituições estrangeiras no nosso país. Como foi dito inicialmente, o Centro de Estatística seguiu atuando junto das dioceses, focando no trabalho mais estatístico. Esse tipo de trabalho pode inclusive ter contribuído para o conhecimento e relações estabelecidas com trabalhadores, paróquias e organizações populares nas diversas regiões brasileiras, não só na área pastoral, mas também social. Aos poucos, o “CERIS foi se envolvendo cada vez mais com o trabalho social, procurando fazer chegar apoio financeiro a grupos locais”⁴.

Por meio desses financiamentos, a instituição desenvolveu parte do seu trabalho. Com o dinheiro doado, era feito desde o pagamento de funcionários, até o financiamento dos projetos que foram sendo desenvolvidos. As principais agências de financiamento eram: Cebemo, Cáritas Holandesa, Solidaridad, Memisa, Misereor, CMC e Fastenopfer⁵. Na grande maioria, organizações diretamente ligadas à Igreja Católica.

³ Entrevista concedida para esta pesquisa, devidamente transcrita e com sua publicação aprovada pelo entrevistado. Realizada em: 03/05/2007.

⁴ CERIS. Documento de trabalho. Mimeo. S.N.T.

Informações retiradas do texto cedido por Carlos Alberto Medina. Trata-se de um documento escrito para auxiliar na reflexão interna da instituição, mas que não encontramos data, nem título. Carlos Alberto Medina, durante as décadas de 60, 70 e 80, foi o coordenador do CERIS e era um dos principais responsáveis pela aprovação dos projetos.

⁵ Informação obtida do relatório anual de 2006 do CERIS, <<http://www.ceris.org.br/>>. Acesso em 23/05/2007.

O CERIS desenvolvia suas ações por meio de uma equipe multidisciplinar. Boa parte do trabalho era realizada por um conjunto de “letrados”, vindos das universidades e/ou membros da Igreja. Não havia uma exigência formal de que esses funcionários, mesmo os coordenadores dos projetos, fossem católicos. Com isso, muitos funcionários, como o coordenador do CERIS por mais de vinte anos, Carlos Alberto Medina, não eram ligados à religião católica. Em geral, eram pessoas vindas de formação acadêmica na área de ciências humanas, que deveriam ter a função de estabelecer critérios de aprovação aos projetos sociais e de produzir materiais que incluía censos para a Igreja, como o Anuário Católico, que compreende a pesquisa quantitativa e qualitativa permanente sobre a presença da Igreja Católica no território brasileiro. O anuário foi um dos primeiros trabalhos desenvolvidos pelo CERIS. A instituição continuou realizando essa pesquisa estatística até a suspensão de seus trabalhos, em 2007.

O apoio do FAM aos grupos solicitadores, que eram de tipos muito variados, consistia, em geral, no aporte de recursos financeiros, como auxílio para a realização de diferentes tipos de solicitação, e na orientação técnica, que se baseava em planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo grupo com o dinheiro enviado pelo CERIS. Esse auxílio tinha o objetivo de fazer com que os grupos pudessem caminhar sozinhos após a solicitação enviada, e não continuar dependendo de financiamentos futuros.

Assim, crescendo o número de solicitações, o CERIS passou a ter um aumento não somente na quantidade, mas também na qualidade dos projetos. Havia projetos que se enquadravam em pequenas demandas, ou seja, solicitações de pequeno porte financeiro. Tais demandas faziam parte de um contexto social que se localizava nos primeiros movimentos de abertura democrática, ocorridos na década de 70, a partir do governo Geisel. Esse panorama político criava, de certa forma, um ambiente mais propício para novas iniciativas sociais, que tiveram, em sua maioria, um aspecto local, a princípio sem conexão que os integrassem a alguma política sistemática do governo. Essas iniciativas puderam emergir sob um regime autoritário, provavelmente porque, vistos de cima, não pareciam ameaçar os centros de poder, pois foram muitas vezes percebidos como expressões de problemas localizados (Fernandes: 1994,p. 43).

Parte da Igreja Católica, com seu movimento a favor das Comunidades de Base, contribuiu para criar as condições sobre as quais posteriormente se ergueram movimentos a favor dos direitos humanos, das liberdades políticas, e movimentos de

luta e defesa dos camponeses oprimidos pela modernização selvagem da agricultura, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que, na década de 70 e início de 80, começava a se organizar. Nas cidades, as reivindicações no setor metalúrgico aumentavam a organização de sindicatos, principalmente no Sudeste.

1.2 O contexto de criação do FAM (Fundo de Apoio a Miniprojetos)

Em meados de 1979, criou-se o FAM – Fundo de Apoio a Mini-projetos. Esse setor, segundo informações do ex-coordenador, Carlos Alberto Medina, preferiu manter os critérios de aprovação e o perfil de apoio já existentes. Entretanto, deslocou o foco para o desenvolvimento local dos grupos de base. Assim, desde o fim da década de 1970, o CERIS estabeleceu um fundo de doações para pequenas iniciativas comunitárias. Os beneficiários preferenciais foram:

- 1) **Os projetos pastorais no campo do planejamento**, do treinamento, de atividades coletivas e de equipamento para unidades sociais das paróquias. Um exemplo significativo desses projetos pastorais foi o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, que tinham a intenção inicial de melhorar o contato da Igreja, através de suas paróquias, principalmente com as classes populares.
- 2) **Grupos informais** que pretendiam começar atividades de geração de primeira renda, organizar cursos de formação ou realizar campanhas.

Nos primeiros anos da década de 1980, o FAM deu muita atenção ao fortalecimento de grupos, com destaque para as solicitações materiais. Através do Fundo, realizaram-se projetos para a construção de:

- 3) **Capacitação jurídica**, como a formação de associações, sindicatos, centros comunitários que pudessem se organizar ao ponto de adquirirem uma formalidade jurídica.
- 4) Adiante, o Fundo passou a fortalecer a **capacitação de grupos locais**, com o objetivo de auxiliar na manutenção de estruturas já formadas, ajudando-os a manter suas organizações.

Nos anos 90, a tendência foi acentuar:

- 5) **Os direitos humanos** (formação, cursos, *lobby* e mobilização) e o fortalecimento de lideranças, regiões e temas.

Toda a documentação que está sendo analisada vem desse setor de miniprojetos e se estende sobre os anos de 1979 a 2002. Esse acervo, por alguns anos, foi tornado público no próprio *site* do CERIS. Nesses arquivos são encontradas cartas trocadas entre os trabalhadores e o Centro, fotos do que foi feito com a ajuda fornecida, cheques, notas fiscais e relatórios de tudo o que foi comprado pelos solicitadores. A cada ano temos em torno de 4.000 a 8.000 documentos.

O Fundo de Apoio a Miniprojetos – FAM – é um programa que, segundo informações retiradas tanto do relato do coordenador do setor de miniprojetos, Isaías Bezerra, quanto do site da instituição:

(...) visa contribuir com grupos informais, movimentos populares e entidades representativas no seu processo de estruturação, formação e na busca de soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados no seu cotidiano. O fundo, em caráter excepcional, apoia também grupos intermediários, pequenas ONGs, entidades locais ou iniciativas do movimento popular⁶.

Torna-se necessário questionarmos o quanto essa instituição contribuiu para solucionar os problemas econômicos, sociais e políticos desses grupos sociais que foram auxiliados, pois a intermediação junto aos movimentos populares nem sempre gera resultados positivos. A lógica de voluntarismo, filantropia e caridade que essas instituições católicas carregam dificulta até mesmo a autonomia política desses grupos solicitadores. No entanto, essa concepção de ajuda “de cima para baixo” ganhou nova conotação em certos setores da Igreja Católica, com a intenção explícita de gerar a autonomia das classes populares. Essa perspectiva foi influenciada por um novo contexto interno na Igreja, mas também por modificações na sociedade brasileira, no último quartel do século XX. O CERIS participou ativamente dessa dinâmica, apoiando diversos grupos populares no Brasil.

Dentre os grupos atendidos pelo Fundo, podemos citar organizações de operários desempregados, moradores de periferias e favelas, posseiros, lavradores, trabalhadores rurais; pescadores, lavadeiras, bordadeiras, boias-frias que buscam realizar em conjunto atividades comunitárias; cooperativas, sindicatos, associações etc.

6 Entrevista concedida por Isaías Bezerra a um site ligado à Igreja católica. <http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/publicacao/publicacao.asp?cod_Canal=12&cod_Publicacao=97>. Acesso em 08/03/07.

Tais apoios contribuíam para gerar tipos muito diferentes de organização, de natureza muitas vezes distinta.

O FAM apoiou atividades em várias áreas. Procurando estabelecer uma classificação prévia, o suporte do FAM-CERIS destinou-se a experiências de compras comunitárias, beneficiamento da produção agrícola, grupos de produção autônoma, organização de associações, grupos em situação de expulsão de suas casas e suas terras, atividades agrícolas, como projetos de produção e comercialização cooperativa.

As solicitações tinham como tema o trabalho educativo e formativo, a organização de grupos de mulheres, mobilizações e reivindicações, que podem ser classificadas como de manutenção ou organização de movimentos sociais.

As pessoas beneficiárias dos miniprojetos deveriam escrever para o CERIS, explicando quem são, apresentando o que fariam, o que desejavam, esforços e recursos empenhados, além do montante da colaboração solicitada. Segundo Isaías Bezerra, essas solicitações se davam por demandas espontâneas, ou seja, através do chamado “boca a boca”. Os projetos eram divulgados na população local através da comunidade ou grupo anteriormente beneficiado, ou que eventualmente soube de algum projeto desenvolvido. A partir disso, novos solicitantes pediam ajuda ao CERIS. No entanto, o ex-coordenador do CERIS admite que a Igreja Católica, através de suas paróquias, foi também um importante instrumento de divulgação do setor de Miniprojetos⁷.

Quanto aos procedimentos necessários para um pedido de auxílio ao FAM, era importante que todos os membros do grupo solicitante, quando possível, assinassem o miniprojeto e indicassem uma conta bancária (de preferência de pessoa jurídica, como uma paróquia, um sindicato, entre outros) para que, no caso de aprovação, o recurso fosse depositado. Quando a conta bancária não era de algum membro do grupo solicitante, era exigido o envio de uma carta do titular da conta se comprometendo a repassar o valor integral ao grupo solicitante. A equipe do CERIS examinava o material e, se necessário, encaminhava uma carta ao grupo pedindo esclarecimentos. Esse diálogo poderia durar algum tempo e, segundo o CERIS, visava dar consistência à proposta feita pelo grupo, chegando a uma clara definição daquilo que se queria

⁷ Entrevista oral concedida por Isaías Bezerra para esta pesquisa. A entrevista se encontra devidamente transcrita, e sua publicação foi aprovada pelo entrevistado. Entrevista realizada em: 03/05/2007.

empreender. A partir das respostas do grupo solicitante, o miniprojeto voltava a ser discutido em reunião de equipe do CERIS, para a decisão sobre a solicitação. Decidida a aprovação, o Centro efetuava o depósito na conta corrente indicada e enviava o comprovante de depósito e orientações para a elaboração de prestação de contas e de um relatório de atividades.

Para os miniprojetos recusados, seguia uma carta explicando as razões da decisão. No entanto, havia condições de reformulação e de uma reconsideração, desde que fossem apresentados novos elementos, superando os problemas elencados como motivos da não aprovação.

No desenvolvimento do trabalho, o grupo solicitante mantinha contato com o CERIS, informando o andamento das atividades. Ao final, o grupo mandava uma prestação de contas financeira (controle através de livro caixa) das despesas realizadas e um breve relato sobre o significado do miniprojeto. Posteriormente, o CERIS criou um modelo de questionário que era enviado meses depois da aprovação do projeto. Esse questionário tinha a função de verificar o andamento das atividades desenvolvidas pelo apoio que o CERIS concedia aos grupos solicitadores.

1.3 O histórico de atuação da Igreja Católica no Brasil e no mundo

Para entender melhor o surgimento de Instituições como o CERIS e sua forma de atuação, nada melhor do que analisar o processo político e histórico de sua fundadora, a Igreja Católica. Vemos, através dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS na década de 80, um apoio significativo aos diversos tipos de organização popular que hoje estão profundamente constituídas, como MST, CUT e PT. Como explicar esse apoio feito ainda num período de repressão ditatorial, ainda que já num momento de abertura “lenta, gradual e segura”? Essa atuação mais decididamente popular de Instituições como o CERIS esteve num contexto de aproximação de setores populares. Como explicar essa mudança de atuação e de discurso católico junto à sociedade? Para isso, necessitamos entender a influência da Igreja Católica brasileira e sua relação com o Estado brasileiro, bem antes da criação de Instituições que, apesar de suas contradições, tiveram um caráter mais popular.

Durante a maior parte de sua história, a Igreja esteve relacionada ao Estado. No entanto, essa relação teve um caráter diverso ao longo da história, alternando momentos

de aproximação e/ou oposição. Gramsci afirma que o conflito entre Estado e Igreja simboliza o conflito entre qualquer sistema de idéias cristalizadas, que representam uma fase ultrapassada da história (Gramsci, vol.3: 2007, p.256). A partir principalmente do século XIX, com o forte desenvolvimento da sociedade burguesa e da propagação de conceitos como democracia, liberalismo, maçonaria, feminismo, individualismo, a expansão do protestantismo e das idéias socialistas e anarquistas e a conseqüente separação entre Estado e Igreja, tornou-se cada vez mais “necessária” uma nova postura da Igreja Católica junto à sociedade do século XIX:

Ao ver-se apartada do Estado e questionada em seus dogmas mais importantes, como o dogma do pecado original, a Igreja Católica articulou diferentes mitos, fundamentados na idéia de uma grande conspiração que estaria sendo urdida contra o cristianismo por maçons, judeus, liberais e comunistas. (Sousa, 2002, p. 57)

No caso histórico brasileiro, desde a colônia, a Igreja Católica teve menos força no Brasil do que na América espanhola. Um exemplo significativo dessa presença foi a instalação do temido tribunal da Inquisição, permanente na América espanhola e esporádico no Brasil, e o sistema de padroado implantado, que diminuía o poder da Igreja na sociedade brasileira, colocando-a em subordinação ao Estado. Todavia, esse controle e a relação entre Estado e Igreja variaram muito de país a país e não foram uniformes no interior de cada um deles ao longo do tempo.

No período colonial brasileiro, essa relação de subordinação entre a Igreja e o Estado, através do chamado sistema de padroado, consistiu numa ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promovesse e assegurasse os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. É seguro dizer que esse controle do Estado foi em parte limitado. Os motivos são variados: a autonomia das ordens religiosas, a aquisição de terras pela Igreja (que dava autonomia financeira às ordens religiosas que se tornavam proprietárias).

Com o fim do período colonial, a fragilidade do poder da Igreja aumentou, gerando uma primeira crise em meados do século XIX. A união entre Estado e Igreja, prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma uma fonte potencial de conflito, pois, se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que se opusessem a ela.

No Brasil, em 1890, houve um rompimento oficial entre a Igreja e o Estado, ruptura que foi incorporada à Constituição de 1891. Estado e Igreja, então, passaram a ser instituições separadas, deixando, assim, de existir uma religião oficial no Brasil. Apesar dessa separação oficial, o catolicismo seguiu não só como religião majoritária, mas dominante e próxima dos poderes econômicos e políticos.

As medidas de separação refletiam o positivismo laico dos dirigentes republicanos e a necessidade de apalmar os conflitos entre Estado e Igreja. Esse desmembramento, segundo Scott Mainwaring, “libertou a Igreja de uma relação de subserviência ao Estado” (Mainwaring: 2004, 42). Sentindo-se ameaçada, iniciou reformas internas que ajudaram a melhorar sua imagem. Foram criadas novas dioceses, e o controle episcopal sobre as atividades clericais cresceu. No entanto, essa influência da Igreja na construção do regime republicano foi muito maior do que se poderia supor.

A ação conciliatória da Igreja prosseguiu na década de 1920, com destaque para a atuação de D. Sebastião da Silveira Leme, que, segundo Márcio Moreira Alves, foi o “porta-voz” da Igreja, num momento em que ela necessitava de coesão (Alves: 1979, p.36). O autor Scott Mainwaring, especialista na história da Igreja no Brasil, elaborou modelos para pensar a relação da Igreja com a política. Os modelos têm um princípio cronológico. Enumeremo-los: neocristandade, modernizadora (e posteriormente neoconservadora), reformista e popular (Mainwaring:2004,p. 11) ⁸. Estas definições são formas de demonstrar as diferentes modalidades de atuação da Igreja, mostrando os conflitos que as cisões internas provocavam nas decisões tomadas pela alta hierarquia católica. A descrição e a explicação pormenorizadas desses modelos serão feitas ao longo do texto.

De um modo geral, a Igreja permanecia, durante o fim do século XIX e início do XX, adaptando-se à nova realidade republicana, cedendo mais do que lutando contra a separação legal com o Estado. Para Mainwaring, desde a separação em 1891 até a metade da década de 1910, a Igreja concentrou-se no desenvolvimento institucional e dedicou-se menos ao esforço de influenciar as classes governantes. Em contrapartida, o período de 1916 até 1945 foi de intensa relação entre a Igreja e a classe dominante. Essa

⁸ Usaremos eventualmente tais modelos para explicitar a atuação da Igreja e sua relação com a sociedade civil. No entanto, o modelo tem suas ressalvas, pois, como o próprio autor salienta, são tipos “ideais” no sentido weberiano.

relação teve seu ápice nas décadas de 1930 e 1940 e foi caracterizada como período da *Neocristandade*.

No período de 1920 a 1945, definido por Mainwaring como “Neocristandade”. ainda que não voltasse a haver uma relação legal, oficial, principalmente no período getulista, ocorreu uma proximidade excepcional entre Igreja Católica e Estado. A Igreja vinha, desde a presidência de Artur Bernardes (1922-1926), estreitando sua relação com o Estado, porém, no governo de Getúlio Vargas, o apoio se deu não só pelos privilégios que recebera, mas pela afinidade política cada vez maior com o ditador. A ênfase compartilhada era atribuída à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo. Essa ideologia coincidia com a visão dominante da Igreja naquele período e com a orientação de Vargas. Um marco simbólico dessa colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, em 12 de outubro de 1931. Junto a isso, no mesmo ano, um decreto permitia o ensino da religião nas escolas públicas, numa espécie de retrocesso a uma imbricação semioficial entre Estado e Igreja, mas tão forte que podemos questionar se não era maior do que a relação oficial que ocorreu no passado.

Uma das expressões mais destacadas da “neocristandade” era a Liga Eleitoral Católica (LEC), criada pelo cardeal Leme, figura central da Igreja nas suas relações com o Estado. Criada em 1932, tinha a função de orientar os católicos a votar e, apesar de não estar ligada oficialmente a nenhum partido, era extremamente anticomunista e estimulava o voto das principais alianças católicas com a política das classes dominantes da época, como os políticos aliados de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo em que os governos liberais fizeram concessões às correntes liberais às custas da Igreja e de seus privilégios, esse elemento criou a necessidade de um partido da Igreja, que desde a década de 1930 foi sendo desenvolvido através da criação da Ação Católica Brasileira (ACB) pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme (1922-1938).

Com o fim do poder getulista e o início dos governos democráticos, o modelo da Igreja baseado nos vínculos estreitos com a classe dominante estatal passou a ser questionado internamente por uma ala mais progressista, que representava o acúmulo de tensões e contradições no interior da hierarquia religiosa. Em meados do século XX, essa parcela progressista começava a ganhar algum espaço na instituição. Junto a isso, o aumento do número de protestantes, espíritas e maçons no Brasil, além do crescimento

do PCB, exigiu novas estratégias do catolicismo para manter seu poder, ocorrendo assim certa aproximação junto aos setores populares e de alguma de suas organizações.

Essa prática de aproximação e afastamento da Igreja Católica das latências sociais não surgiu no Brasil, muito menos só a partir dos anos de 1950. Ela já era uma prática comum de manutenção do poder da Igreja Católica ao longo da história. Antonio Gramsci exemplifica a atuação de conveniência junto aos setores populares que a Igreja teve ao longo de sua existência. “O sofisma é claro: quando convém, a Igreja identifica-se com a própria sociedade, quando não convém, a Igreja é apenas a organização eclesiástica ou até mesmo a pessoa do Papa” (Gramsci, Vol. 4, p. 236). Ou seja, no processo de tentativa de manutenção de hegemonia, a Igreja Católica se afastou e se aproximou das demandas sociais. Nesse processo de aproximação dos setores populares, as contradições na atuação eclesiástica variaram, chegando a atuações que foram além de uma ação caritativa. No Brasil, podemos visualizar uma dinâmica eclesiástica mais progressista, principalmente a partir de meados do século XX.

1.4 A Igreja na década de 1950

Findo o período getulista, a política governamental passou por algumas mudanças que a caracterizaram como “governos democráticos”. Essa sucessão de governos que não viveram oficialmente sob um regime ditatorial manteve-se entre os anos de 1945-1964. Apesar da expressão “período democrático”, o novo bloco de poder que se organizou a partir do fim do Estado Novo não chegou a se constituir numa alternativa democrática para o país. Virgínia Fontes (2005) ressalta que a crise de hegemonia não teria encontrado solução entre os anos 1946-64, apesar do retorno ao Estado de Direito. Essa crise hegemônica foi, antes de tudo, uma reorganização das forças políticas, um novo arranjo entre as frações de classe dominantes. A Igreja, mais uma vez, participou desse rearranjo e teve, de alguma forma, de se adaptar às novas relações que foram se estabelecendo com os governos posteriores. Para manter um bom relacionamento com as “as classes dominantes democráticas”, a Igreja precisou diminuir a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina, tão característica no período do Estado Novo, mas é fato que seguiu com o anticomunismo sendo tema de prática semanal e de intenso ativismo clerical.

A sociedade se mostrava mais participante e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma Instituição que esperava representar todas as classes sociais permanecer tão hierarquizada e autoritária quanto fora antes. (Mainwaring: 2004, p. 55)

Segundo Marcelo Badaró (Mattos: 2002, 46), no período compreendido entre 1945 e o golpe de 1964, vivenciaram-se diversos momentos de mobilização sindical, como no segundo governo Vargas (1950-1954) e nos primeiros anos da década de 1960. O fortalecimento dos movimentos populares fez com que novas estratégias de atuação da Igreja fossem pensadas, já que as classes populares passavam cada vez mais a rejeitar o paternalismo e o autoritarismo em outras esferas sociais, inclusive na religião. Como ressalta Mainwaring (ibidem, 56), “Não foi a existência da pobreza, mas, sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político”.

Havia, dentro da Igreja, diversas posições sobre como atuar diante do cenário de mudanças sociais, que passaram, principalmente na década de 1950, a disputar uma posição progressista em relação aos movimentos populares em ascensão. As manifestações da disputa interna favoreciam a criação de novas perspectivas de atuação da Igreja. Novos olhares eram facilitados pelos problemas que assombavam a hegemonia católica. Entre eles estava o crescimento do protestantismo e do espiritismo, menor comparecimento à missa, uma crise de vocações, o crescimento da esquerda, a expansão das ideias comunistas e uma perda de influência das classes dominantes junto à classe operária urbana. Seus líderes mais proeminentes sentiram que essas mudanças poderiam ameaçar parte das Instituições católicas e era necessário pensar alternativas ao cenário exposto.

Diante desse panorama, apesar de haver uma posição conservadora dominante, havia outras posições que procuravam mais proximidade com os setores populares. Algumas gerações de ativistas católicos – homens e mulheres, leigos, clérigos, membros da hierarquia eclesiástica e pessoas da base – haviam conseguido forjar causa e laços comuns. Tais grupos podem ser chamados de “progressistas” dentro da estrutura católica⁹. Essa ala religiosa é composta por grande heterogeneidade até os dias atuais, mas sua atuação a partir da década de 1950 foi influenciada, como já foi dito, pelas

⁹ Cf.: Della Cava: 1986, p.22.

mudanças ocorridas nas organizações populares no Brasil e nos acontecimentos na própria hierarquia da Igreja Católica.

A Igreja teve, entre 1950 e 1964, uma atuação destacada na organização de grupos de assessoria e participação em entidades e organizações vinculadas a órgãos específicos de dioceses, principalmente na região Nordeste e nas frentes agrárias existentes em outras regiões do País. Podemos citar as Comunidades Eclesiais de Base originalmente criadas por Dom Eugênio Salles, que funcionaram em diversas regiões brasileiras com objetivo inicial bem diferente do que acabou se tornando ao longo das décadas de 1970 e 1980. A Igreja do Nordeste, desde o início da década de 50, começou a denunciar, através dos bispos nordestinos, a realidade de fome e exploração que viviam os trabalhadores do Nordeste. Houve, também na década de 1950, a formação de importantes movimentos que posteriormente tiveram uma relevante atuação política. A Juventude Universitária Católica (JUC) foi uma organização de leigos surgida de uma diversificação e especialização da Ação Católica na década de 1950 no Brasil. A princípio, a Juventude Universitária Católica foi criada para militar no espaço universitário, influenciando o sistema educacional brasileiro e afastando os estudantes da “influência comunista”. Ou seja, fica claro que essa organização foi criada com funções estritamente católicas, com a inserção no ambiente universitário, participando dos debates da época, dos estudantes e do país. No fim da década de 50, a posição e a participação da JUC começam a mudar de forma significativa, causando grandes disputas internas sobre o rumo político da organização. A posição progressista da JUC ficou clara no seu décimo Congresso, em 1960. As pautas aprovadas desafiaram os interesses da alta hierarquia católica. As constantes divergências entre a hierarquia católica e a Juventude Universitária acabaram dando origem à Ação Popular (AP), em 1963, que se formou no contexto de rompimento da JUC com a Igreja Católica. A formação da AP não representou o fim da JUC, mas provavelmente influenciou o seu rompimento com a Igreja em 1968. Essas iniciativas dos leigos católicos demonstram a contradição interna vivida pela Igreja nesses anos.

A alta hierarquia católica experimentou esse reavivamento das ações populares não só na sociedade civil de cunho popular, mas no seio da Instituição católica. A absorção feita pela hierarquia das “novas” ideias católicas foi uma possibilidade de manutenção da hegemonia na sociedade, baseada no consentimento. Essa hegemonia deve absorver elementos da cultura popular e das formas de pensar das classes

populares, para que não haja uma artificialização na construção de um projeto societário de dominação.

Deve-se notar que todas as inovações no seio da Igreja, quando não são devidas às iniciativas do centro, têm em si algo de herético e terminam por assumir explicitamente esse caráter, até que o centro reaja energicamente, desbaratando as forças inovadoras, reabsorvendo os vacilantes e excluindo os refratários. É significativo que a Igreja jamais tenha desenvolvido amplamente o sentido da autocrítica como função central, apesar de sua tão elogiada adesão às grandes massas de fiéis. (Gramsci, Vol. 4, p.217)

A crise institucional estatal da década de 1960 fez com que a Igreja tivesse alguma adesão popular, ainda que a maior parte da hierarquia católica tenha apoiado ativamente o Golpe de 1964. A aproximação das questões sociais feita por algumas alas internas da Igreja Católica estimulou mudanças eclesiais, ao fazer com que uma parte da hierarquia admitisse que era preciso repensar suas estratégias institucionais.

Na sociedade brasileira, apresentou-se um quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. Do esgotamento do modelo econômico, até o colapso do sistema político; da incapacidade do Estado em controlar um movimento sindical rebelde até a influência da Revolução Cubana (1959). Esses acontecimentos históricos contribuíram para criar um cenário que se apresentou com uma *crise orgânica*, termo cunhado pelo teórico comunista italiano Antonio Gramsci (2000, pp. 60-70).

Gramsci define a *crise orgânica* como uma situação histórica em que as classes sociais não reconhecem os partidos políticos tradicionais como seus representantes legítimos. A classe hegemônica passa, então, a considerar insuficientes as estruturas institucionais que até então formulavam e implementavam seus interesses de classe na sociedade, através do aparelho de Estado. Nessas situações históricas, que Gramsci também chama de “crise de hegemonia”, instituições burocráticas, forças armadas, associações privadas, Igreja, imprensa, etc., ganham maior autonomia e passam a interferir de forma mais contundente na cena política.

No Brasil, após 1961, entretanto, o país vivenciou uma polarização que levou a conflitos que culminaram no golpe de 1964. No período do Golpe, a Igreja brasileira sofria conflitos internos que impulsionavam para uma modificação na atuação da Igreja junto aos setores populares. No entanto, muitos se conservaram fiéis à concepção de fé católica, que ajudou a provocar a queda do presidente João Goulart, em 1964, e a gerar pressões contra a esquerda católica e os bispos progressistas.

1.5 O Concílio do Vaticano II e sua influência na sociedade latino-americana através dos Congressos em Medellín e Puebla

Em paralelo às mudanças na sociedade e na política brasileira na década de 1960, importantes para a transformação da Igreja, não podemos deixar de pensar que essa mudança é fruto das modificações na atuação dela no mundo. Na visão de Scott Mainwaring, a Igreja Católica sempre tomará as decisões do alto para baixo, ou seja, por mais que os movimentos sociais impulsionem essas decisões, eles só conseguem algum espaço quando a alta hierarquia incentiva ou permite tais demandas “vindas de baixo” (Mainwaring, 2004, pp.55-66). Já a autora Jesse Jane trabalha com a idéia de que a Igreja Católica é uma instituição conservadora por excelência. (Sousa, 2002, pp. 54-55).

Ao mesmo tempo, sabemos que as instituições religiosas são fruto de um processo dialético entre sociedade política e sociedade civil. Essa relação ocorre não somente através dos acontecimentos nas bases, como também nas instâncias maiores, como no âmbito local e externo, e é nesse sentido que pensamos essa relação da Igreja com as demandas da sociedade. Scott Mainwaring aponta uma preponderância de Roma sobre o desenvolvimento da Igreja no Brasil. Para ele, desde a reafirmação do Vaticano sobre as Igrejas nacionais no século XIX, Roma tem determinado os parâmetros do que é permissível dentro da Igreja. Vejamos:

Roma exerceu grande influência sobre o desenvolvimento da Igreja brasileira durante o período 1916-1985. No Brasil, o modelo de Igreja da neocristandade foi diretamente encorajado por Roma, assim como as cautelosas reformas de 1950. As inovações entre o final da década de 50 e o término da década de 70 teriam sido impensáveis fora do contexto dos papados mais progressistas na história recente da Igreja. Finalmente, o declínio da Igreja popular após 1982 foi, em boa medida, uma consequência das pressões do Vaticano. (Mainwaring:2004, p. 31).

Se para Mainwaring o Concílio do Vaticano II, em 1962-65, foi essencial para entender o processo da década de 1960 e 1970 da Igreja no Brasil, Ana Maria Doimo (1986, 119) procura ressaltar muito mais o processo educativo que a base teve sobre os dirigentes católicos. Roberto Romano, ao analisar o conteúdo doutrinário da Igreja

Católica, concluiu que, da opção católica pelo Estado à opção pelos pobres na década de 1970, a mudança do discurso eclesial foi apenas tática e instrumental, conservando o seu esquema de doutrinação reacionária, disfarçada em propostas reformistas (Romano:1979).

Pretendemos, com esta dissertação, direcionar o olhar para a atuação do CERIS junto aos setores populares, através de seu Fundo de Apoio a Miniprojetos. Já ressaltamos que podemos visualizar, através dos processos de solicitação, uma atuação da Instituição indo ao encontro dos movimentos mais progressistas que funcionaram nesse período dentro da Igreja Católica. A análise de Romano, ao definir o discurso eclesial como apenas tático e instrumental, perdeu de vista tensões integrantes do mundo católico. Decerto, a ala conservadora predominou nas ações da Igreja ao longo da história. Mas a proposta dessa pesquisa é caminhar no sentido de analisar uma entidade católica que teve, como resultado de suas atividades, os conflitos internos ocorridos entre as diversas posições na Igreja. Partiremos de uma visão que considera esses conflitos internos a partir de um processo histórico de influências locais e externas que definiram os acontecimentos que abrangem as décadas de 50, 60 e 70 não só na Igreja Católica, mas também na sociedade brasileira. Nesse caminho, pretendemos focar o olhar para essa ala mais “progressista” da Igreja, a partir dos anos de 1950, com o intuito de entender a criação do Centro de Estatística e sua atuação ao longo dos anos posteriores, especificamente, a década de 1980. Para isso, é preciso entender o contexto das contradições e disputas internas na Igreja nos anos que antecederam a atuação de entidades católicas como o CERIS na década de 1980.

O Concílio do Vaticano II foi consequência deste dilema que a Igreja vivia. O papado de João XXIII promoveu reformas importantes que modificaram a atuação católica. Através do concílio do Vaticano II, que começou em 1962, foi discutida uma visão mais aberta da Igreja, e, quando João XXIII faleceu, em 1963, Paulo VI, apesar de algumas oscilações, deu continuidade ao processo de renovação da Igreja até sua morte, em 1978. O Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarando a importância do laicato, e introduziu uma série de modificações. Mainwaring declara: “A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula” (Mainwaring: 2004, p. 63). Ou seja, por mais que os movimentos de base tenham sido importantes para a construção das organizações sociais no Brasil, a

continuação da atuação desses movimentos e o limite de sua liberdade sempre estiveram ligados à sua legitimidade na Instituição Católica.

O Concílio foi um evento europeu, dominado por bispos e teólogos europeus e dirigido principalmente à Igreja européia. Tal evento teve grande influência da Igreja holandesa, uma das mais progressistas do mundo naquela época. No entanto, as reformas do Concílio conduziram a mudanças que foram mais significativas na América Latina. Talvez essa influência tenha se dado pela realidade de maior necessidade de uma nova postura eclesial para o continente americano, na época. A insatisfação de setores da Igreja Católica latino-americana, somada à abertura propiciada pelo Concílio, estruturas da Igreja, assim como as absurdas injustiças sociais, resultaram no Congresso em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979. A reunião do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano), em Medellín, começou como uma tentativa inspirada pelo Vaticano II para compreender o papel da Igreja em meio às mudanças nas sociedades latino-americanas. Entretanto, Medellín acabou suplantando as reformas feitas no Concílio romano e indo além dos motivos de criação do Conselho Episcopal.

O CELAM aprovou documentos que definiam posições pastorais mais progressistas e discutiam a necessidade de ver a salvação religiosa como um processo que tem seu início na Terra, daí a importância de estimular as Comunidades Eclesiais de Base.

Assim, no fim do Congresso, ressaltaram-se as CEBs como prioridade da Igreja Latino-Americana, reconhecendo que elas eram especialmente apropriadas para os pobres e para uma nova intervenção da Igreja na sociedade. Junto a isso, Medellín foi de grande estímulo ao movimento que viria a ser chamado de Teologia da Libertação e que esteve ligado às Comunidades Eclesiais de Base.

1.6 A Teologia da Libertação

O movimento da Teologia da Libertação esteve relacionado a vários fatores. Para Michael Lowy, ele deve ser essencialmente interpretado como a radicalização de certas tendências progressistas do catolicismo francês e do protestantismo liberal europeu da primeira metade do século XX (Lowy: 2007, p.410). Mas a influência dessas tendências na América Latina acabou tendo seu próprio contorno. Essa influência

não se deu somente no movimento da Teologia, mas também em outros movimentos leigos, desenvolvidos a partir da década de 1950, e no próprio discurso de parte da Igreja Católica.

A Teologia de Libertação é definida por Michael Lowy como um conjunto de escritos publicados a partir de 1970 por uma série de autores, tais como Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assmann, Carlos Mesters, frei Betto, Jung Mo Sung e muitos outros. Esses autores fazem parte de um movimento teológico representado por pensadores como Gustavo Gutierrez, Enrique Dussel, Jon Sobrino, Jorge Pixley, Ignacio Ellacuría, Pablo Richards, sendo a Teologia da Libertação “apenas a ponta visível do iceberg, a expressão cultural de um vasto movimento social que aparece no Brasil desde o começo dos anos 60”. (Lowy, 2007, p.411).

O Brasil sediou as teorias da Teologia da Libertação. Foi nos documentos da JUC (Juventude Universitária Católica) que encontramos os primeiros germes do cristianismo da Libertação. Eram documentos com um discurso que se referia à doutrina social da Igreja, mas integrava também elementos essenciais do marxismo. Ocorre que essa aproximação da JUC ao marxismo acabou suscitando, com o tempo, a condenação dos bispos, que, em nome da ortodoxia católica, criticaram radicalmente seus escritos. Com isso, parte significativa do quadro da JUC acabou formando a AP (Ação Popular) em 1963, que passou a ser um movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo e não integrado à Igreja Católica. Esse movimento, dez anos mais tarde, acabou por aderir (não em sua totalidade, mas uma significativa parcela) ao Partido Comunista do Brasil (então maoísta).

Lowy cita uma frase irônica de dom Hélder Câmara que resume muito bem a nova visão de movimentos internos da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, e sua recepção na alta hierarquia católica: “Enquanto eu pedia às pessoas que ajudassem aos pobres, diziam que eu era um santo. Mas, quando fiz a pergunta: Por que existe tanta pobreza?, me chamaram de comunista”. (Lowy, 2007, p.413). É nesse contexto, a partir dos anos 60, que parte dos teóricos do cristianismo se utiliza cada vez mais da teoria marxista. Essa aproximação de teorias tão divergentes esteve relacionada a dois processos históricos independentes, mas cujos efeitos serão convergentes: 1) a transformação interna da Igreja Católica, com a eleição do Papa João XXIII e suas conseqüentes mudanças na cultura católica e 2) o triunfo da Revolução Cubana (1959), inaugurando um novo ciclo de lutas sociais que vai durar na América Latina até os anos

90. Para Lowy, essa conjunção vai criar a “temperatura” necessária à formação do cristianismo da Libertação. (Lowy, op.cit, p.414).

Como já falamos, esse movimento esteve relacionado a outros movimentos religiosos leigos. Além da JUC, podemos ver influência também de organizações católicas como a JOC (Juventude Operária Católica), as Pastorais e as CEBs. A Teologia da Libertação fez parte dessa rede de ações da Igreja que ultrapassaram muitos limites institucionais, reunindo cristãos que fizeram a escolha de direcionar o olhar para os “pobres”. Alfredo Bosi traz a preocupação de não explicarmos o movimento da Teologia da Libertação somente como um movimento de extração dos textos do Concílio do Vaticano II e uma aplicação à sociedade Latino-americana, mas enfatiza, sobretudo, o papel da sociedade leiga abrangente. Segundo o autor, a Teologia da Libertação traria algo de novo em relação ao “cristianismo aberto de militantes e teólogos europeus. (Bosi, 2007, p. 92). Uma das principais diferenças que Bosi ressalta é a proposta de superação da miséria: “O catolicismo progressista alinhava-se com as propostas da esquerda democrática cristã no que tange à proposta de maior participação do Estado na estrutura econômica via planejamento e apoio ao desenvolvimento social”. Já na proposta da Teologia, a ênfase política está deslocada para a militância popular, que deveria preceder e exigir as reformas legislativas do Estado. É um rompimento radical com a concepção de caridade católica promovida até então. (Bosi: op.cit, p.93).

Através das cartas do FAM-CERIS, podemos perceber um nítido incentivo à autonomia das organizações de setores populares. A Instituição pesquisada parece ser fruto desse momento de mudança na concepção de aproximação aos “pobres”. Vemos o quanto o FAM, pelo apoio oferecido à organização de diversos trabalhadores no âmbito urbano e rural, pretendia criar e/ou fortalecer uma militância popular. No entanto, é nesse processo de análise do CERIS que também podemos ver as contradições dessa iniciativa da Igreja Católica junto aos setores populares, pois os critérios de aprovação acabavam direcionados para determinados setores em alguns momentos e, ao longo do tempo, ocorriam mudanças consideráveis. Isso pode significar a existência de conflitos de posição interna não só entre os coordenadores do CERIS, mas divergências originadas na própria hierarquia católica.

1.7 As Comunidades Eclesiais de Base

A organização das Comunidades Eclesiais de Base participou desse processo interno de disputa na atuação da Igreja junto aos setores populares. Não se pode dizer que a Teologia da Libertação tenha nascido apenas da prática das Comunidades, mas que, encontrando-se com estas, marcou sua diferença em relação ao caráter ainda bastante especulativo dos teólogos europeus progressistas. Essas Comunidades Eclesiais se multiplicaram nos bairros populares de milhares de cidades latino-americanas. Foram organizações que estiveram no mesmo contexto de desdobramento das posições terceiro-mundistas do Concílio, mas foi a partir do Congresso em Medelín que as CEBs, ao invés de defender a hierarquia da Igreja, falava em pertencer ao “povo de Deus”. As Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se, não só um lugar onde a comunidade católica se reunia para discutir a Bíblia, mas passaram a ser um espaço de contestação da realidade vivida e organização de diversos movimentos populares. Sabemos que qualquer um que sentisse a necessidade de envolver-se em algum tipo de ativismo social na América latina, fosse a pessoa religiosa ou não, o melhor a fazer era procurar algum membro da Igreja dos pobres, de preferência uma Comunidade Eclesial. A fronteira entre religiosidade e política nunca foi bem definida pelas CEBs. Como então explicar o intenso dinamismo das CEBs, já que boa parte dos movimentos sociais tinha sido aniquilada pelo regime militar? Por que essas Comunidades, de certa forma, não só foram mantidas como também agregaram diversos outros movimentos que não tinham a possibilidade de atuar em plena ditadura?

É difícil definir com precisão o momento exato da primeira CEB no Brasil, mas seu surgimento ocorre a partir da política de aproximação dos fiéis feita por Dom Eugênio Sales, bispo nordestino, em meados da década de 1960. Outros importantes pontos de origem dessas Comunidades Eclesiais vêm dos anos 60, sob o influxo da experiência de catequese popular em Barra do Piraí, R.J (1956), ou do Movimento da diocese de Natal, RN Mas a verdade é que os bispos e freiras não estavam de fato preocupados em construir uma nova Igreja, mas apenas pretendiam desenvolver relações humanas mais estreitas. Não havia pretensão de que as Comunidades Eclesiais de Base adquirissem maior relevância política, nem que privilegiassem o trabalho pastoral com os setores populares. O PPC (Plano de Pastoral de Conjunto) via as Comunidades como um meio de desenvolver estruturas eclesiais mais eficazes, uma estratégia já anterior da Igreja, que vinha buscando soluções para a crise institucional

desde o início da década de 1950. A inovação das CEBs, portanto, começou a nascer dentro da Igreja institucional, sob a inspiração de bispos, padres e freiras progressistas:

Como muitas inovações na Igreja brasileira, as comunidades de base geralmente surgiram a partir dos agentes pastorais das bases. A hierarquia emitia documentos estimulando a criação das CEBs, mas foram os padres e freiras comprometidos, tanto com ideais comunitários desde a base quanto com uma participação leiga mais ampla, quem de fato as iniciou. (Mainwaring: 2004, p. 128).

Até o início da ditadura e do Congresso em Medellín, as mais importantes atuações das CEBs relacionavam-se com a missão religiosa em seu sentido estrito. Mas, no final da década de 1960, principalmente na década de 1970, as CEBs se tornariam mais políticas.

Muitos são os possíveis fatores para esse processo de radicalização das Comunidades Eclesiais. Sabemos que, com a ditadura militar, os canais de participação popular foram praticamente fechados. Não havia possibilidade de partidos que não fossem a Arena e o MDB. A Juventude Universitária Católica foi perseguida de todas as formas possíveis pela ditadura, sem mencionar a União Nacional dos Estudantes, que se tornou um dos maiores alvos do regime. A CNBB apoiou o Golpe de 64, pois, a partir desse ano, um de seus cargos mais importantes, o de Secretário Geral, havia sido ocupado por Dom José Gonçalves, um bispo da ala conservadora. Entretanto, Dom Hélder Câmara, figura muito importante da ala progressista católica, conseguiu manter o cargo de secretário social, conservando, assim, uma autonomia mínima para as entidades religiosas como as Comunidades Eclesiais de Base e o Centro de Estatística e Investigações Sociais, o CERIS.

Um exemplo interessante dessa “autonomia” foi relatado por Carlos Alberto Medina. Comentando a atuação do CERIS no período ditatorial, ele ressaltou a tranquilidade com que a Instituição funcionou, mas ao mesmo tempo contou que, em determinado dia, ao serem informados de visita da polícia, queimaram todos os documentos que podiam mostrar a ligação do CERIS com “certos” movimentos sociais.

Em suma, reduziu-se ao mínimo a participação cívica no Estado e na sociedade civil de cunho popular, estancando, assim, o ímpeto participativo gerado na década anterior. Uma saída restou, protegida pelo manto de parcela da Igreja católica e de

entidades a ela coligadas, que passaram a atuar próximas aos “de baixo” e em planos locais.

Discutir política no Brasil nos espaços coletivos em plena ditadura militar era por demais arriscado. O medo rondava todos os espaços de contestação social, além do perigo iminente das pessoas serem detidas sob a alegação de “subversão”. Apesar das Comunidades Eclesiais de Base terem sido criadas na década de 60, foi somente nos anos de 1970 que as CEBs realmente começaram a se espalhar. Contribuíram para uma Igreja renovada, com liderança leiga maior do que nunca, no interior de uma estrutura criada e apoiada pela hierarquia. Por certo, a figura do padre, a comunidade de fiéis e a ideia de “cristão como aquele que luta contra as injustiças sociais” forneceram um forte ponto de apoio para a socialização de centenas de trabalhadores em torno de um ideal de transformação da realidade vivida (Bosi: 2000, p.64-65).

Na prática, as Comunidades Eclesiais de Base se reuniam uma vez por semana para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros eram responsáveis pela programação e cerimônias religiosas. As CEBs estimularam uma participação coletiva e menos hierárquica, em que o padre não mais deveria conduzir todos os espaços. Abaixo podemos ver como esse ambiente contribui para a contestação da realidade vivida:

As CEB's puseram as pessoas para falar. Sua marca distintiva não foi a missa, mas o estudo da Bíblia, feito em grupos, num círculo, com as escrituras funcionando como ponto de partida gerador de uma troca de opiniões sobre a pergunta sempre repetida: o que a palavra de Deus nos diz, a nós que aqui estamos neste lugar, com tais problemas e tais esperanças? (Fernandes: 1994,p.39).

Com relativa autonomia no contexto do espaço institucional da Igreja e de sua hierarquia, reunindo-se em qualquer espaço, dependendo, sobretudo, da iniciativa local, fazendo uso intenso de pessoal leigo, as CEBs romperiam a inércia das estruturas tradicionais. Na prática, essas Comunidades de Base valorizavam a experiência de vida dos trabalhadores, ao abordar as questões que preenchiam e davam forma ao seu cotidiano: a falta de moradia, água, esgoto, creches, etc. As CEBs e seus agentes atuavam através do cotidiano das pessoas às quais se dirigiam, ao relacionar suas demandas e aspirações com determinadas práticas endereçadas a viabilizá-las num duplo sentido: primeiro, problematizando-as para definir seus próprios limites, mostrando as relações entre as carências urbanas e a estrutura social capitalista e, em

seguida, propondo formas de solucioná-las¹⁰. Desse modo, estabeleceram, junto aos trabalhadores, novas referências sociais e políticas para lidar com a vida cotidiana, social e política.

Embora esse processo de socialização política não tenha conseguido produzir as mudanças necessárias à efetivação de um projeto nacional hegemônico e, portanto, mais democrático e inclusivo, ele permitiu não apenas a denúncia das contradições, mas também a estruturação de novas práticas sociopolíticas mais orgânicas e autônomas por parte das classes subalternas. As CEBs e instituições como o CERIS foram importantes elementos nessa experiência.

Em parte sob sua influência, ocorre o crescimento da ação organizada de trabalhadores de diferentes setores, através dos movimentos sociais. A partir de 1978, ocorreram as greves do ABC paulista, que se desdobraram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Houve também a criação do MST, em 1984, e as campanhas pelas “Diretas já”, assim como a posterior Constituição de 1988, em torno de cuja elaboração houve intensos embates sociais.

Com a consolidação do processo de abertura, movimentos e organizações populares antes impensáveis passaram a se constituir e reconstituir na sociedade brasileira. Foi quando as Comunidades Eclesiais de Base começaram a “perder o fôlego”. Os conflitos ideológicos internos na Igreja e o surgimento de outros canais de participação na sociedade deixaram claro que as CEBs não seriam mais do que uma alternativa entre outras, mesmo no interior do catolicismo. Um exemplo importante do conflito interno na Igreja, demonstrativo de retorno à predominância da ala conservadora na instituição, foi a condenação de Leonardo Boff¹¹, no ano de 1982. Apesar desses primeiros sinais de repressão católica às alas progressistas internas, nessa época ocorria ainda grande efervescência dos movimentos sociais.

Foi nesse quadro de disputa ideológica interna e externa à instituição religiosa, que os trabalhadores perceberam a importância estratégica de contar com entidades

¹⁰ Cf.: Fernandes: 1994, pp. 37-40. O autor discute muito bem a relação das CEBs com a formação dos movimentos de bairro, devido ao seu caráter popular.

¹¹ Leonardo Boff foi um dos maiores nomes do movimento da Teologia da Libertação no Brasil.

independentes e autônomas, como sindicatos e partidos próprios, demarcando agrupamentos dos leigos católicos, como as CEBs. Essa tomada de posição nesse conflito foi definitiva, tanto que marcou uma nova etapa na consciência desses trabalhadores (Bosi: op. cit., 91).

A realidade histórica relatada através dos movimentos sociais efervescentes da década de 1980 foi construída ao longo das décadas precedentes, de 1960 e 1970. Nos próximos capítulos, pretendemos pontuar as principais mudanças ocorridas nos critérios de avaliação do FAM-CERIS, identificando minimamente seus conflitos internos no que tange ao apoio às classes populares.

Capítulo 2

2.0 - Análise dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS no ano de 1983

Com o intuito de analisar os documentos referentes aos anos de 1983 e 1988, desenvolvemos um banco de dados no *Windows Access*, onde pudemos estabelecer procedimentos de comparação e interrogar as fontes de maneira a realizar uma análise quantitativa e esboçar uma análise qualitativa, através das tabelas elaboradas ao longo da pesquisa. Pretendemos, nos dois próximos capítulos, dispor os resultados, prioritariamente de ordem quantitativa, para que assim possamos visualizar com mais clareza do que se trata esse corpo documental e qual sua abrangência regional e temática.

Conforme explicado anteriormente, a documentação se estende dos anos de 1979 até 2002. Para cada ano, temos disposto em CD em torno de 4.000 a 8.000 documentos, somando uma média de 100 a 600 processos de solicitação por ano. Os CDs referentes aos anos de 1979 a 1982 encontram-se ainda em restauração e, infelizmente, até hoje, não tivemos acesso a eles.

Pretendemos fazer uma análise dessas solicitações dos anos de 1983 e 1988. São anos fundamentais para o entendimento do processo histórico ocorrido na década de 1980. Esses anos, portanto, foram escolhidos por motivos específicos na condução da própria pesquisa, (que já foram ressaltados na introdução da dissertação), mas também pelos marcos históricos que ocorreram na década de 1980. Pretendemos, pois, analisar tais marcos como resultado das transformações ocorridas na sociedade brasileira nesse período.

No fim da década de 1970 e início da de 1980, assistimos aos primeiros indícios de abertura democrática. No Brasil, entretanto, seu caráter “lento, gradual e seguro”, nos trouxe a necessidade de analisar a especificidade desse processo. A imbricação histórica constituída entre associações privadas patronais e Estado foi muito comum, no entanto, o crescimento da sociedade civil não pressupõe avanço no espaço popular. Por outro lado, na década de 1980, houve um crescimento significativo dos espaços populares. Analisaremos os anos propostos pensando dialeticamente suas diferentes instâncias organizacionais, identificaremos as principais mudanças ocorridas nos pedidos de

auxílio enviados ao FAM-CERIS nessa década e sua ligação a esse processo histórico que caracterizou o período.

Dentro desse marco histórico, a virada da década de 1980 (1983-1988) foi importante para as classes populares e sua organização no espaço rural e urbano. Momento importante, por exemplo, para a organização dos movimentos sindicais. Nesses anos, houve uma onda de greves que vinha desde 1978 e se estendeu até 1989. Marcelo Badaró ressalta que esse contexto de organização popular “recolocava o movimento dos trabalhadores no centro do debate político nacional” (Mattos: 2002, p. 82). É nesse contexto que temos a tentativa de aglutinar o sindicalismo combativo em torno de uma central única, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reunia, em sua criação, os sindicatos identificados com a proposta do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais:

A representatividade da CUT pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado pela central no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais (Mattos:2002, p. 84)

Esse ambiente de organização sindical esteve ligado ao contexto de surgimento dos partidos populares e de importantes movimentos sociais, como o Partido dos Trabalhadores, as greves do ABC paulista e a expansão das Comunidades Eclesiais de Base. Essas organizações passaram, com a abertura democrática, a ter mais espaço para atuar e se organizar. Nos primeiros anos da década de 1980, ainda havia uma repressão muito ativa, mas, a partir de 1985, com o governo de Sarney, a repressão sofre uma diminuição, permitindo uma maior atuação e organização desses movimentos sociais.

Nesse cenário de reavivamento popular, foi fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Seu nascimento formal, em janeiro de 1984, é parte também do novo ciclo de protestos sociais de finais da década de 1970, que foi significativo no meio rural. Esses movimentos populares ocorreram nos marcos das lutas democráticas contra o regime ditatorial sob tutela militar que se impôs à sociedade brasileira entre 1964 e 1985.

Ao analisar as cartas enviadas junto com os pedidos de solicitação de apoio ao FAM, encontramos o relato dos trabalhadores, onde conseguimos perceber sua realidade de forma pulsante. Na prática, essas cartas enviadas ao CERIS valorizavam a experiência de vida desses trabalhadores, quando abordavam questões que preencheram

e deram forma ao seu cotidiano. Muitos são os relatos de condições de vida precária, da falta de moradia e saneamento básico, do ambiente de informalidade e da exploração que viviam em seus trabalhos, da denúncia de colegas, que acabavam indo para o lado do patrão e denunciavam, por exemplo, a formação de sindicatos, entre outros. Éder Sader, em seu estudo sobre trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, mostra a importância de entendermos, através da experiência compartilhada, o modo de organização social dos diversos tipos de movimento popular: “O modo de organização social condiciona a constituição dos sujeitos da ação, as falas e seus significados” (Sader, 1991). É útil se entendermos “modo de organização social” como sendo experiências compartilhadas por determinados trabalhadores, ao perceber, discutir e enfrentar uma dada condição comum de exploração e opressão.

É importante atentar para o fato de que o cotidiano visto nas cartas enviadas pelos trabalhadores ao CERIS tem um objetivo, que é o de conseguir o auxílio da Instituição, mas, ainda assim, esses documentos continuam sendo extremamente importantes. Ou seja, ainda que um documento relate o dia a dia de um grupo de trabalhadores com um objetivo bem determinado, tal fato pode nos fornecer valiosas informações sobre esse cotidiano, e ainda que tal documento tenha um objetivo muito específico, que no caso é o de conseguir a aprovação de um projeto ou o financiamento de um recurso determinado por uma Organização Filantrópica, tal panorama pode, inclusive, enriquecer a interpretação da pesquisa.

2.1. A perspectiva de experiência de classe e a teoria de Edward Thompson

Nos documentos de 1983, percebe-se que a maioria das cartas estava sendo escrita pelos próprios trabalhadores. Esse é um fato muito interessante, que permite colocar o trabalhador como sujeito de sua própria história, uma história, como Thompson afirma, “vista de baixo”, longe dos documentos oficiais e da elite. Através dessa realidade, podemos traçar a experiência vivida nas diferentes regiões brasileiras, já que as cartas eram enviadas de diversos lugares do Brasil. Essas fontes trazem um imenso, porém prazeroso desafio, que é o de tentar acompanhar, avaliar, refletir e trazer à tona momentos de práticas políticas muito ricas e consistentes. É uma pesquisa que pretende escrever a história dos trabalhadores sob a perspectiva de sua própria experiência social. No entanto, não fizemos uma análise conclusiva desse referencial

teórico junto à essa documentação, seria necessário olhar com o foco ampliado para a experiência de organização e resistência desses trabalhadores, com o objetivo de encarar, como Thompson também reivindica, a experiência dos trabalhadores pelo ângulo de valores, hábitos, costumes, modos de viver, mas não só isso, como vivenciar condições de exploração no trabalho e suas dimensões de jornada e salários.

Com um análise qualitativa inicial dessa documentação, pretendemos estar atentos, como foi dito, para o objetivo de tais cartas, que é conseguir ajuda de uma entidade religiosa. Mas, para, além disso, procuramos perceber o que esse relacionamento entre os grupos solicitadores como um todo e esse tipo de organização católica provocou e ainda provoca na realidade brasileira. Entretanto, será possível realizar uma análise mais rica e proveitosa para a historiografia, por meio de uma análise apurada das fontes e uma leitura atenta e crítica dos referenciais teóricos que utilizamos. Entre eles, estão os conceitos de classe e de experiência de classe segundo Thompson.

Como foi dito, usar conceitos como de classe social e de experiência de classe, segundo Edward Thompson, é um grande desafio e exige imensa responsabilidade. A aplicação de tais teorias para um contexto brasileiro e contemporâneo requer múltiplos cuidados, já que sua teoria é pautada na análise das classes populares do século XVIII, na Inglaterra. O uso possível que pretendemos fazer desse arcabouço teórico remete à concepção de classe definida dentro de um processo histórico.

Nesse sentido, Thompson coloca que uma classe não pode existir descolada da experiência de situações determinadas, nas quais a luta de classes é prioritária no processo de formação de uma classe. Junto a isso, o processo histórico é imprescindível para o entendimento da classe trabalhadora. O próprio conceito não tem significado se estiver descolado desse processo. O conceito de classe definido dentro de um processo histórico significa, como Thompson diz, “negar fundamentos teóricos e políticos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os verdadeiros interesses da classe operária” (Thompson: 2001, p. 67). Ou seja, o contexto de criação dessa teoria esteve ligado, por exemplo, à forma como alguns teóricos do Partido Comunista enxergavam o caminho para se chegar ao socialismo, partindo de um processo pelo alto, pela vanguarda intelectual. Essa formulação teórica de Thompson fez parte de sua crítica ao marxismo *althusseriano* ou tradição marxista stalinista. No entanto, ao mesmo tempo

em que Thompson critica “certos marxismos”, ele não abre mão do materialismo histórico:

“Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a idéia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio eu, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros”. (THOMPSON, 2001: 277)

Mas, apesar de atentar para isso, Thompson difere dos teóricos que consideram que, através de um modelo eventualmente sistematizado, pode-se chegar à equação simples de uma classe com consciência de classe.

“A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural”. (THOMPSON, 2001: 277)

Com isso, é possível observar o quanto a formulação teórica de Thompson esteve ligada não só a uma renovação historiográfica, mas também a um contexto político específico. Ou seja, é inegável a relação entre a produção do conhecimento sobre a história e a intervenção política militante que Thompson fez ao longo de sua vida, e é nesse sentido que reivindico sua análise e sua visão transformadora na forma de fazer história. Pretendemos, através da teoria de Thompson, olhar para a realidade dos trabalhadores através de seus relatos, analisando suas formas de luta, de sobrevivência, sua visão de mundo, etc.

Como foi dito, ao debruçar-me sobre esse corpo documental, houve quase uma espécie de encantamento, ao ler o relato dos trabalhadores, expondo seu cotidiano de dificuldades, mas também de muita resistência ao contexto de exploração e opressão que viviam. Para pensar a abordagem qualitativa, privilegamos esses relatos com o objetivo de entender a conformação das lutas que estavam se constituindo nesses grupos populares que mandavam processos de solicitação ao FAM-CERIS. O caráter popular dos pequenos projetos que o FAM aprovava, traz a oportunidade de visualizarmos a organização desses trabalhadores, que muitas vezes se restringem a pequenos grupos, sem grande complexidade organizacional, mas, ao mesmo tempo, é possível visualizar diversos projetos, por exemplo, de oposição sindical, de organização de trabalhadores rurais, que, na década de 1990, constituíram importantes organizações sociais. Por isso, pretendemos, com a análise das cartas, observar o contexto no qual elas foram escritas, afinal, apesar de sua mediação ser feita por uma Instituição Filantrópica, não foram

escritas pela classe dominante brasileira, e sim pelos setores populares. É nesse sentido que emprego a perspectiva thompsoniana. No entanto, é importante ressaltar que o uso mais efetivo do conceito de Thompson se dará numa análise qualitativa.

Thompson, na obra *Peculiaridade dos Ingleses*, traz à tona importantes discussões que podem enriquecer a análise desse corpo documental. O autor discute a importância de se criarem novas formas de análise das fontes históricas, já que, à medida que as classes dominantes saem da cena principal das análises, uma infinidade de atores sociais e acontecimentos vem trazer-nos uma nova perspectiva como tarefa. Essa tarefa implica imensa responsabilidade, pois as classes populares devem ser reinseridas no “contexto total” em que foram escritas, principalmente no contexto da dominação e da dinâmica das lutas de classes. Esta perspectiva da não dissociação do econômico, do cultural e do político faz parte da própria construção teórica de Thompson, que é baseada na experiência de classe. Esse conceito tenta quebrar com a antiga fórmula, que, de certa forma, favorecia a primazia do econômico nas análises de cunho marxista. Tal fórmula seria definida por Thompson como um marxismo vulgar. Como disse um importante autor indiano, Aijaz Ahmad: “Não dá para simplesmente jogar um pouco de economia aqui, um pouco de tecnologia ali. Temos de ser capazes de situar os fatos individuais num processo histórico complexo, e, para isso, é preciso um preparo teórico muito considerável.” (Ahmad: 2002, p.230). Usaremos mais claramente a perspectiva de Thompson sobre experiência de classe, principalmente nas análises qualitativas dos materiais referente aos anos de solicitação de 1983 e 1988, no entanto, tal perspectiva faz parte do olhar sobre cada pergunta formulada no banco de dados, que servirão a princípio para uma análise quantitativa desse corpo documental. O objetivo maior desse item é que, posteriormente, se criem condições de classificação e localização mais específica da atuação desses trabalhadores, porém já nessa pesquisa pretendemos iniciar a análise da experiência de classes desses grupos sociais.

2.2. Métodos de análise

Quanto ao método de análise da documentação do FAM-CERIS, construímos uma tabela, com critérios elaborados a partir do que consideramos mais relevante para analisar esse processo. Os itens considerados pertinentes foram feitos com o intuito de

fornecer um panorama da abrangência dos projetos pelas regiões brasileiras, definindo suas características principais e seus objetivos. Para isso, formulamos uma média de 12 itens com alguns subitens de perguntas a serem respondidas pela análise das fontes. Ao olharmos as cartas enviadas ao FAM, tentaremos responder às perguntas elaboradas através do banco de dados, trazendo assim uma abordagem quantitativa que facilita a pesquisa qualitativa ao estabelecer os critérios de seleção dessa documentação:

1) O nome do projeto, ou seja, o solicitador, a pessoa ou grupo que estava pedindo o auxílio, tais como grupos de agricultores, proletários de uma fábrica, associações de moradores, etc., e a solicitação feita ao CERIS, isto é, o tipo de ajuda que estava sendo pedido. O importante desse primeiro item é dar um nome para a solicitação enviada, o qual, por sua vez, servirá para designar o projeto e, de alguma forma, identificá-lo, assim como um título identifica um texto, trazendo a informação básica.

2) A localidade – Servirá para sabermos onde foram realizados esses pedidos, para que possamos traçar um mapa das regiões que eram beneficiadas, ou não, com a ajuda do CERIS. Para isso, selecionamos não só a **região**, mas também o **Estado** e a **Cidade**, através de subitens. Com essas informações, saberemos a abrangência da atuação do CERIS, não só por região, mas no âmbito local. Essa escolha se deu, por percebermos a importância dessa atuação, por exemplo, através da Igreja Católica em determinadas regiões, principalmente em decorrência da atuação das Comunidades Eclesiais de Base, identificando o quanto essas comunidades foram importantes na construção de novos tipos de intervenção que abrangeram não só o campo pastoral, mas também o social. Temos o exemplo do movimento popular no bairro de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, que teve muita influência da Igreja no início dos anos 70, através das CEBs (Mainwaring: 2004, pp. 73-75). Ao longo dos anos, essas organizações passaram a ir além das Comunidades Eclesiais de Base, construindo um importante movimento popular na região. Assim, podemos identificar as regiões em que o CERIS mais atuou, especificando também uma atuação mais localizada.

3) Data de envio e recebimento do projeto – Através desse item, podemos saber o período de maior ocorrência de pedidos. Saberemos, por exemplo, em que mês

houve maior número de solicitações, para que, a partir disso, possamos relacionar a determinados acontecimentos históricos, verificando se há também alguma sazonalidade. .

4) Data de recebimento do pedido – Através desse item, pretendemos perceber, comparando-o com o item acima – Data de envio do projeto –, o tempo que demorou para tal projeto ser iniciado, ou seja, perceber o intervalo desde o envio do pedido de auxílio até o envio do dinheiro pelo CERIS, para que, com isso, possamos identificar o tempo médio de duração dos projetos como um todo.

5) O mediador – Identificar se esses projetos eram mediados por pessoa física ou jurídica, identificada por uma instituição, como, por exemplo, paróquias, sindicatos, partidos etc., ou pessoas e/ou grupos que não pertenciam ou não estavam ligadas a nenhuma instituição.

6) Tipo de mediador – O objetivo é saber o tipo de mediador, ou seja, se esse mediador está ligado ou não à Igreja. Para isso, a pergunta – Tipo de mediador- é seguida de duas opções: Igreja ou instituição laica. É interessante sabermos se o solicitador do projeto está diretamente ligado à Igreja, ou não. As informações obtidas com os coordenadores do CERIS sugerem que sua intenção era que a propagação dos projetos não fosse intermediada pela Igreja. No entanto, se os movimentos estão ligados às paróquias, podemos verificar uma ligação maior com a Igreja. Com isso, podemos visualizar o quanto esses grupos de trabalhadores e sua forma de organização estão relacionados a essa Instituição.

7) Solicitador – O tipo de instituição que está pedindo auxílio. Esse item serve para identificarmos que tipo de organização popular está fazendo a solicitação. Por exemplo, se é uma creche, um grupo de trabalhadores agrícolas, etc.

8) Solicitação – O que o solicitador está pedindo, ou seja, para que servirá o dinheiro que o CERIS enviará. Esse item tem a intenção, através da própria fala da Instituição, de identificar qual seria o auxílio. Essas informações são retiradas da página de identificação, que é preenchida pelo CERIS.

9) Valor aprovado – O montante de recursos destinados aos projetos. Com esse item, podemos também saber a média de valores que o CERIS destinava para os projetos como um todo e por cada região, em cada ano.

10) Escrito à mão? – As cartas eram, às vezes, escritas à mão pelo solicitador do auxílio. Isso é importante para entender a precariedade escolar, e mesmo econômica, de quem está pedindo ajuda ao CERIS.

11) Páginas referentes ao projeto – O número de páginas a partir da numeração do CD de cada ano, atribuídas a cada projeto. Esse recurso nos ajuda a identificar, nos CDs, as imagens escaneadas, já que foram organizadas seguindo uma ordem cronológica nos projetos.

12) Observações? – Esse item servirá para escrevermos alguma informação interessante que conseguimos identificar ao preenchermos a tabela do projeto analisado. A partir dele, conseguiremos iniciar as análises qualitativas, já que é nesse espaço que identificamos falas e materiais importantes, que, uma vez identificados, têm sua citação extraída e o número da imagem no CD, registrado.

13) Objetivos do projeto: Esse último item é um dos mais importantes, pois nos mostra o caráter de cada projeto. Com ele, podemos selecionar os diferentes temas de pesquisa que essa documentação apresenta. Assim, temos a possibilidade de aprofundar nossa análise, por exemplo, caso decidamos entender o processo de sindicalização no Brasil nas décadas de 80 e 90 através da análise dos processos de formação de associações. Com esse item, podemos ter acesso à constituição de diversas associações pró-sindicais distribuídas entre as regiões brasileiras ao longo dos anos.

– **Associação** – Conforme apresentado anteriormente, esse subitem registra os pedidos feitos para formar ou manter diversos tipos de associação. Temos a criação de associações de operários metalúrgicos, de lavradores, entre outros. Outras têm o intuito de conseguir a conquista de direitos junto ao Estado, de trabalho, de organização de base nos bairros, etc.

–**Educação** – Compõe-se de projetos que têm como objetivo a construção de espaços educacionais, ou sua manutenção. Alguns projetos são recusados quando o pedido é feito para o pagamento de educadores, já que o CERIS não tem a intenção de estimular movimentos que não consigam uma autonomia financeira.

–**Congresso** – O objetivo é conseguir identificar projetos que tenham como meta diversos tipos de eventos que envolvam a discussão ou o estudo sobre determinados assuntos. Nesse item podemos identificar o crescimento, cada vez maior, dos movimentos identitários e das reivindicações por lutas e discussão de cunho não classista, que cresceram muito nas décadas de 1980 e 1990, como os congressos sobre saúde, doenças sexualmente transmissíveis, ecologia, etc.

–**Trabalho Rural** – Através desse tipo de projeto, conseguimos perceber o caráter específico de organização do trabalho das diversas regiões brasileiras. Projetos de trabalho rural são identificados através de reivindicações com objetivos no meio agrícola ou ligadas, de alguma forma, ao meio rural. Através desse item, podemos ver a diferença, por exemplo, entre a região Nordeste e Sudeste no ano de 1983. A maioria dos projetos desse ano é de trabalhadores rurais, principalmente dos Estados do Ceará e de Pernambuco, onde o movimento progressista católico das pastorais da terra foi muito desenvolvido.

–**Trabalho Urbano** – Assim como o item sobre trabalho rural, este pretende qualificar o tipo de atividade (urbana ou rural) que será executada com o auxílio recebido pelo CERIS. O trabalho urbano é caracterizado por pedidos geograficamente localizados com características urbanas e através de grupos que têm seus pedidos baseados em reivindicações que se definam como urbanas e/ou industriais.

–**Outros** – Esse item serve para classificarmos os projetos que não se enquadram nos subitens pré-estabelecidos. Não só devemos classificá-los como *Outros*, mas também especificá-los por meio de uma palavra chave, ainda que essa palavra não esteja pré-determinada. O Objetivo é definir melhor esse sub-item, facilitando sua identificação.

Abaixo, trazemos um modelo de tabela-cadastro preenchida com as perguntas formuladas para a análise da pesquisa documental:

Projetos por nome			
Código	1	Solicitador	Centro de Promoção Humana Nossa Senhora da Aparecida
Ano do Projeto	1983	Decisão	Negado
Identificação	1-1983	Solicitação	Os trabalhadores estão pedindo um auxílio no valor de 300.00, 00 para auxílio na oficina de bordado e
Nome do Projeto	Auxílio para oficina de bordado e costura	Valor Aprovado	Cr\$ 0,00
Região	Sul	Escrito à mão?	<input type="checkbox"/>
Estado	PARANÁ	Páginas referentes ao projeto	1-9
Cidade	Rio Bom	Objetivos	Trabalho Urbano
Data de envio do Projeto	28/03/1983	Observações	Valor não aprovado. Fica claro que esta associação por ter outro financiamento não se enquadra nos critérios do CERIS (doc 4). É dito também sobre Cristo Jesus em uma das cartas dos solicitantes. (doc. 9)
Data de recebimento do pedido	27/04/1983		
Tipo de Mediador	Pessoa Jurídica		
Mediador	Igreja		

2.3. Análise quantitativa das solicitações em 1983

Ao construirmos uma tabela de análise desses documentos, pretendemos traçar um panorama inicial do que foi o Fundo de Apoio a Miniprojetos e qual foi a sua atuação junto aos grupos que solicitaram o auxílio. Como sabemos, esse setor foi criado em 1979 para atender às demandas de pequenos projetos que o CERIS passou a receber, cada vez mais, na década de 1970. Diante do imenso desafio de analisar mais de 600 projetos ao todo¹², nossa prioridade nesta dissertação será fornecer um panorama mais quantitativo do que qualitativo, pois os documentos trazem uma imensidão de possibilidades de análise qualitativa. No entanto, procederemos a uma avaliação qualitativa inicial das fontes, ainda que saibamos que esse tipo de análise não se esgota de forma alguma neste trabalho.

As análises quantitativas pretendem trazer uma visualização do que trata essa documentação, de qual é a abrangência do FAM nas diversas regiões brasileiras e de que tipos de projeto foram enviados ao CERIS nos anos de 1983 e 1988. Traremos, no capítulo 2, uma análise quantitativa e parte de uma análise qualitativa referentes ao ano de 1983. No capítulo 3, faremos o mesmo caminho com o ano de 1988. Ao todo, analisamos em torno de 12.000 documentos que incluem diversos tipos de fontes, como

¹² O ano documental de 1983 possui 106 projetos, e o ano de 1988, 530 projetos.

cartas, cheques, notas fiscais, materiais de atividades do grupo solicitante, relatórios, lista de assinaturas, fotos, etc. Para cada projeto, temos uma capa com informações básicas, como as datas das cartas trocadas entre o CERIS e o grupo solicitante, e a situação da solicitação, que contém informações como, por exemplo, se o projeto foi aprovado, o valor aprovado, a localidade do grupo, o nome do grupo, o responsável, etc. Abaixo temos a “capa” de um projeto do ano de 1983:

1) IDENTIFICAÇÃO Nº 48/83 CR

NOME PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS DO RIO DE JANEIRO
 NO 3º CONGRES. NACIONAL DE JOVENS TRABALHAD.
 LOCAL RIO DE JANEIRO - RJ
 RESPONSÁVEL COMISSÃO ORGANIZADORA - CIDADE DO RIO DE JANEIRO

2) CORRESPONDÊNCIA E CONTATOS

	TEOR	DATA
1	comunicado	05.07.83
2	memoria cont	11.07.83
3	com cont	13.07.83
4		
5		
6		

3) DECISÃO

DATA: 11.07.83.

- APROVADO
- APROVADO COM EXIGÊNCIAS
- NEGADO
- NEGADO COM SUGESTÕES
- RECONSIDERAÇÃO — DATA: / /

RESULTADO: _____

VALOR APROVADO: Cr\$ 80.000,00

4) DESENVOLVIMENTO

	PARCELAS			
	1	2	3	4
VALOR APROVADO	80.000,00			
DATA ENVIO	13/07/83			
DATA RECIBO	23/07/83			
DATA RELATÓRIO	22.09/83			
DATA CONTAS	22.03/83			

5) NOVO PEDIDO

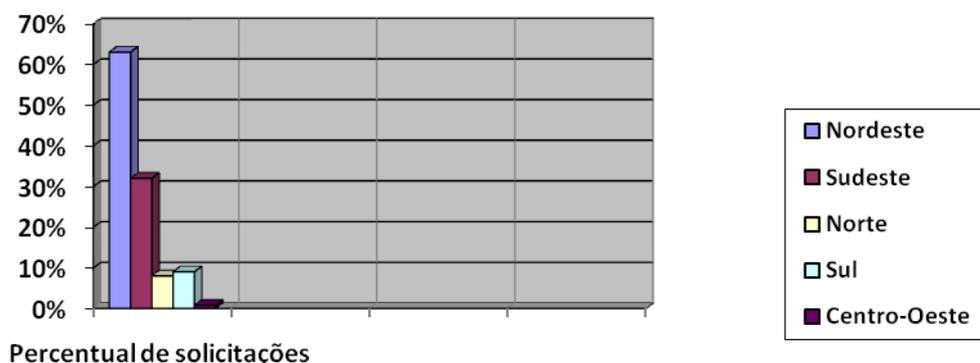
DATA: _____ Nº _____

Nos processos do ano de 1983, identificamos 106 solicitações ao todo, sendo que apenas 61 foram aprovadas, ou seja, apenas 57% receberam auxílio do CERIS. Tivemos 45 processos negados (43%) e 2 reconsiderados (1,8%), que são solicitações a princípio negadas, mas aprovadas num contato posterior. Foram analisados tanto os processos aprovados quanto os negados, pois se pretende, através das cartas de pedidos negados do CERIS, identificar os critérios adotados para a aprovação dos projetos e se estes foram mudando ao longo do tempo. Observamos que existe uma diferença significativa no apoio do CERIS aos processos de solicitação por região e por objetivo de solicitação, ou seja, identificamos que a região Nordeste é quantitativamente maior, tanto na quantidade dos processos de solicitação enviados, quanto no percentual comparativo de projetos aprovados. Outro perfil importante foi o da quantidade de solicitações com objetivos de atuação em atividades rurais e de associação, que foram muito ricas em 1983. Para isso, faremos as subdivisões da análise a partir de critérios temáticos e regionais

2.4. Processos de solicitação por Região

Para compreendermos melhor essa abrangência do CERIS, cruzaremos os processos de solicitação classificados por critérios regionais. Não deixaremos de incluir outras perguntas que foram feitas no banco, para assim identificarmos, com maior qualidade e especificidade, tanto os critérios de aprovação do CERIS, quanto a atuação desses grupos populares, que estavam enviando os processos de solicitação ao FAM-CERIS no ano de 1983. Mais abaixo, elaboramos um gráfico de proporção (Gráfico1) que nos mostra a significativa diferença entre as regiões.

Gráfico 1 – Percentual de solicitações enviadas por cada região no ano de 1983



Nesse gráfico fica clara a desproporção no envio das solicitações. A impressão de que o CERIS era relativamente mais conhecido, tinha mais contato com algumas regiões, em detrimento de outras, é observada nos números de solicitações enviadas em 1983. A região com maior número de solicitações é a Nordeste. De 106 processos, 52 são da região. O Sudeste fica em 2º lugar, com 33 solicitações ao todo (32% do total); o Sul com 10 (9%); a região Norte, com 9 processos (8%); e, por último, o Centro-Oeste, com apenas 2 solicitações (1,8%).

Tabela1- Total de solicitações enviadas por região em 1983

Regiões	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste
Total de solicitações	9	33	10	52	2
Percentual	9,6%	31%	9,6%	50%	1,8%

Dos processos de solicitação por região, o índice de aprovação variou muito. Regiões como o Sudeste tiveram um percentual muito maior de processos negados, 23 projetos negados do total de 33 solicitações (Tabela 2), que corresponde a 70% de processos negados em relação ao total de solicitações enviadas pelo Sudeste. Já a região nordestina teve, de 52 processos enviados, 40 aprovados, ou seja, 77% de solicitações aprovadas.

Tabela 2 – Percentual de processos aprovados e negados por região em 1983

	Regiões	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Total
	Projetos Aprovados	4	10	5	40	2	61
	Projetos Negados	5	23	5	12	0	45
	Total	9	33	10	52	2	106
Percentual referente ao total de solicitações por região	Aprovados	45%	30%	50%	77%	100%	
	Negados	55%	70%	50%	23%	0%	
Percentual em relação ao total de projetos enviados ao CERIS no ano de 1983	Aprovados	3,8%	9,6%	4,8%	38%	1,8%	= 58%
	Negados	4,8%	22%	4,8%	11%	0%	= 42%

Essa diferença no percentual de aprovação nas regiões pode caracterizar a prioridade do CERIS em apoiar alguns processos de solicitação em detrimento de outros. Norte e Sudeste tiveram mais solicitações negadas do que aprovadas. Já Nordeste e Centro-Oeste tiveram um significativo percentual de projetos aprovados. Em relação ao total de solicitações enviadas ao CERIS, podemos observar que quase 40% do total de projetos aprovados foram para solicitações da região nordestina. Em segundo lugar, está a região Sudeste, com 9,6% de aprovados em relação ao total de processos enviados. No entanto, proporcionalmente, o número de solicitações negadas no Sudeste supera os projetos na região. O Sudeste teve, de 33, apenas 10 projetos aprovados, ou seja, em torno de 30% de aprovados. Mas, no número de solicitações aprovadas, fica em segundo lugar, pois teve um número maior de projetos enviados, do que as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

O significativo número de processos negados no Sudeste e o grande percentual de aprovados no Nordeste mostram a intenção do FAM em focar no apoio a projetos vindos do meio rural, pois, quando cruzamos as solicitações com propostas de atividade rural, vemos que sua maior abrangência encontra-se na região nordestina. Para

verificarmos a abrangência de cada região e cruzarmos com o tipo de atividade predominante em cada uma, será feita uma amostragem que se baseia no cruzamento de critérios por região e objetivo. No entanto, é importante fornecer um panorama dos projetos por objetivo num âmbito mais geral, para percebermos, com isso, o apoio do CERIS e o seu direcionamento aos tipos de grupos populares no ano de 1983.

2.5. Processos de solicitação classificados por objetivos

Este item se refere à classificação feita aos processos de solicitação enviados ao CERIS. Ele está ligado ao critério de classificação construído no banco de dados que tem como identificar que tipo de atividade cada grupo pretendia desenvolver com o apoio solicitado. Definimos cinco principais atividades, que foram determinadas através das observações iniciais do corpo documental, mas também a partir dos objetivos da própria pesquisa. Identificamos as atividades desenvolvidas por esses grupos e as relacionamos aos diversos tipos de organizações e atividades desenvolvidas historicamente por grupos populares no Brasil da década de 1980 e 1990. As atividades definidas foram: Associação, Trabalho Rural, Trabalho Urbano, Congresso e Educação. Elaboramos o item chamado *Outros* para incorporar os projetos que não se enquadram nessas classificações. O critério do objetivo Associação baseia-se na constatação de diversos tipos de organização que estavam se formando ou que pediam auxílio ao CERIS para sua manutenção e fortalecimento. Não eram necessariamente grupos sindicais, mas uma grande porcentagem desses tipos de projetos referia-se à construção de sindicatos, ao apoio à manutenção de organizações já constituídas, ao apoio a diversos grupos de oposição sindical, entre outros. No entanto, incluímos nesse item associações com menos complexidade jurídica, que pediam ajuda para se organizarem apenas num âmbito local e sem nenhuma intenção mais orgânica.

O campo de Trabalho Rural foi estabelecido em função de percebemos uma quantidade significativa de processos vindos da área rural, os quais tinham o objetivo de fortalecer comunidades agrícolas, possibilitando uma melhoria na sua condição de vida, ou mesmo de resistência à lógica de produção agrícola em grande escala. Nessas solicitações podemos ver também a organização de trabalhadores rurais, que levou, em meados da década de 1980, à constituição do Movimento dos Sem-Terra, o que é mais perceptível principalmente nos processos de 1988. Podemos ver uma grande disposição

do CERIS em apoiar esse tipo de projeto. Esse significativo percentual de aprovação, mostra o caráter progressista que o Centro de Estatística teve nesses anos, que foi inclusive maior em 1988 em relação a 1983.

No item sobre Trabalho Urbano, incluímos um grande volume de demandas vindas das associações de bairro, muitas para a construção e manutenção de creches, casas populares e escolas comunitárias. Eram projetos de demandas imediatas, que se situam num contexto de “costas para o Estado”, em que setores populares procuram, através de iniciativas comunitárias, construir estruturas de saneamento básico e saúde, com alguma autonomia frente ao Estado.

O item sobre Educação relaciona-se, de forma significativa, com o item de Trabalho Urbano. Muitos movimentos de bairro enviaram solicitações ao CERIS para criar ou manter escolas e creches, mas, além desses, identificamos diversas paróquias pedindo auxílio para otimizar o trabalho nas escolas católicas. A quantidade dessas solicitações não é significativa no ano de 1983, talvez porque são processos ligados a movimentos mais organizados, o que não é uma característica principal desses projetos em 1983.

O item sobre Congresso foi criado ao se perceber uma quantidade significativa de solicitações que tinham como objetivo a organização de congressos ou encontros de movimentos sociais já organizados, ou mesmo de instituições ligadas diretamente à Igreja Católica, como as paróquias locais. Entretanto, tais solicitações são encontradas em quantidade significativa em 1998 e não em 1983 e 1988. Isso ocorreu possivelmente porque os anos 1980 foram caracterizados pela organização desses movimentos, que já estariam mais consolidados na década de 1990.

Abaixo elaboramos uma tabela que mostra o percentual total dos projetos por objetivos, enviados ao FAM no ano de 1983.

Tabela 3 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas por objetivo em 1983

	Objetivo	Associação	Trab. Rural	Trab. Urbano	Educação	Congresso
	Total de processos de solicitação	33	23	23	19	9
	Processos aprovados	22	20	11	6	5
	Processos Negados	11	3	12	13	4
Percentual referente ao total de solicitações por objetivo	Aprovados	66%	86%	47%	31%	55%
	Negados	34%	14%	52%	68%	45%
Percentual em relação ao total de projetos enviados ao CERIS no ano de 1983	Aprovados	20% do total de projetos enviados	18%	10%	5%	4,6%
	Negados	10%	3%	11%	13%	3,8%

Podemos perceber que existe uma proporção mais equitativa entre as solicitações classificadas por objetivo. A maior quantidade de solicitações foi de Associação. Em segundo, tivemos solicitações com propostas de Trabalho Urbano e Rural. Contudo, o percentual de projetos aprovados é proporcionalmente maior para trabalho de atividade rural, com 86% de aprovação (Tabela 3). Nos processos de Associação, o percentual de aprovados ficou em segundo lugar, com 66% de aprovados. Referente ao total de solicitações, o maior número de aprovações foi para atividades classificadas como Associação, com 22 projetos aprovados, que correspondem a 20% do total de projetos enviados ao FAM. Todavia não há uma diferença significativa entre o percentual de projetos aprovados por objetivo. Eles giram em torno de 50% de aprovação, com apenas uma diferença significativa em Trabalho Rural, onde 86% dos projetos enviados foram aprovados. Se cruzarmos os processos de solicitação

classificados por objetivos e por região, veremos um apoio significativo do CERIS às solicitações do Nordeste e de Trabalho Rural. Na tabela abaixo, podemos observar melhor a abrangência desse tipo de solicitação.

Tabela 4 – Percentual de processos aprovados e negados por região e objetivo em 1983

<u>Objetivos</u>	<u>Associação</u>		<u>Trabalho Rural</u>		<u>Trabalho Urbano</u>		<u>Educação</u>		<u>Congresso</u>		<u>Outros</u>	
	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>
Norte		3	1		3	1				1		
Sudeste	5	4		1	1	7	2	10	2			1
Sul	3	1	1	1		1		1		1	1	
Nordeste	9	3	18	1	7	3	4	2	2	2		1
Centro-Oeste			2									

Como dissemos acima, o percentual de solicitações aprovadas e negadas, no que se refere aos objetivos dos projetos, é de praticamente 50%. Entretanto, esse apoio não foi uniforme: houve a predominância não só no número de projetos enviados por cada região, mas uma diferença percentual no tipo de atividade que os grupos pretendiam realizar com o apoio do CERIS. Como podemos ver na tabela 4, o maior índice de aprovação está na região Nordeste, nos projetos de Trabalho Rural, com 18 projetos aprovados. Em segundo lugar, temos de novo a região Nordeste, com solicitações com objetivos de Associação. O maior índice de projetos negados, como já foi ressaltado, localiza-se no Sudeste. O item Educação está entre os mais negados, com 10 projetos negados e somente 2 aprovados, do total de 12 processos de solicitação. Houveram também, as atividades classificadas como Trabalho Urbano, com 7 negados e apenas 1 aprovado. No entanto, é importante pensarmos esses índices de aprovação de forma proporcional. Por exemplo, não parece que o CERIS tenha tido algum tipo de aversão às atividades de trabalho urbano, pois, nos 4 processos de solicitação enviados pela região Norte, 3 foram aprovados. Já em Associação, os enviados dessa mesma região foram negados em sua totalidade.

Provavelmente ocorria uma análise caso a caso, projeto a projeto. No ano de 1988, podemos encontrar alguns relatórios nos quais figura o parecer individual de cada coordenador sobre os processos de solicitação. Esses pareceres divergiam muito quanto

à aprovação de um determinado pedido de solicitação. Isso nos mostra que provavelmente o CERIS e principalmente o FAM foram espaço de disputa, não só entre os coordenadores de forma individual, mas também sob a forma na qual a hierarquia católica e os movimentos leigos divergiam, a todo o tempo, sobre como tratar a questão social no Brasil.

Para conseguirmos avançar no entendimento dessa documentação, procederemos a uma análise pormenorizada dos projetos por região, para que, com isso, visualizemos melhor a atuação desses grupos populares. Faremos também uma análise quantitativa dos Estados em cada região, mostrando a abrangência de atuação do FAM nos principais Estados que foram atendidos. Através desse tipo de análise, conseguiremos entender a atuação de alguns grupos populares e organizações que participaram da construção de importantes movimentos sociais na década de 1980.

Região Norte

Começamos com a região Norte, origem de 10% das solicitações enviadas ao CERIS, com apenas 9 solicitações enviadas. Desses nove processos de solicitação, 4 foram aprovados e 5, negados. Da totalidade desses projetos, 30% foram processos de solicitação com objetivo de Associação, mas todos foram negados pelos CERIS; já nas solicitações classificadas como Trabalho Urbano, houve um bom índice de aprovação: de 4 enviados, 3 foram aprovados.

Na distribuição por Estado, tivemos a maior demanda vinda do Rio Grande do Norte, para o qual, dos 4 projetos enviados, 2 foram negados.

Tabela 5 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Norte no ano de 1983

Estados	Amapá	Pará	Rio Grande do Norte	Acre
Aprovados	1	1	2	
Negados		2	2	1

Região Sudeste

No Sudeste tivemos significativas demandas vindas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O índice de aprovação no Sudeste (tabela 6), no entanto, não foi grande, principalmente no Rio de Janeiro, mais especificamente no município de Nova Iguaçu

(de 5 projetos enviados, apenas 1 foi aprovado). Nova Iguaçu, nos anos 1980, teve uma organização nos bairros muito significativa.

Tabela 6 – Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Sudeste no ano de 1983

Estados	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais
Aprovados	3	6	1
Negados	10	7	6

Região Sul

Na região Sul, tivemos poucos processos de solicitação enviados, com o total de 10 projetos, sendo que apenas 5 foram aprovados. Como podemos observar na tabela, o maior percentual vem do Rio Grande do Sul, com 5 projetos enviados e 3 aprovados.

Tabela 7- Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Sul no ano de 1983

Estados	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
Aprovados	3	2	
Negados	2		3

Região Nordeste

Na região Nordeste, como já dissemos, tivemos o maior percentual de processos de solicitação enviados, com quase 50% do total de solicitações enviadas ao FAM. Ao examinarmos de forma pormenorizada, verificamos que o Estado nordestino com maior demanda foi o Ceará, com 23 solicitações, ou seja, 45% do total das solicitações vindas do Nordeste. Essa região, principalmente em Fortaleza, teve um histórico de significativas organizações populares, principalmente nos bairros, com o auxílio das CEBs nordestinas, que eram apoiadas por parte da hierarquia católica. Não podemos esquecer também a importância da ligas camponesas e o posterior Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Tabela 8- Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Nordeste no ano de 1983

Estados	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí
Aprovados	1	5	18	4	2		9
Negados		2	5			4	1

Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste teve muito pouca expressão nos projetos do CERIS, Apenas duas solicitações foram enviadas, no entanto, todas foram aprovadas.

Tabela 9 - Percentual de solicitações aprovadas e negadas na região Centro-Oeste no ano de 1983

Estados	Góias	Mato Grosso do Sul
Aprovados	1	1

2.6. Tempo de tramitação dos processos de solicitação

A média de execução das solicitações foi de dois meses, havendo casos de resolução em menos de um mês ou até de mais de um ano. Essas alternâncias ocorreram por motivos de comunicação entre o CERIS e os solicitadores. Muitas vezes era longo o tempo entre o pedido de cartas de esclarecimento feito pelo CERIS e a resposta dos trabalhadores. Isso fazia com que a aprovação dos projetos demorasse ainda mais. Quando o CERIS não tinha questionamentos sobre o desenvolvimento do projeto, a aprovação durava menos de uma semana, levando menos de um mês para o dinheiro chegar até o grupo solicitante. As solicitações encaminhadas explicitam a lógica do CERIS em aprovar projetos que consigam, com o auxílio, garantir sua autonomia de funcionamento. Outro critério reiterado é o caráter coletivo do grupo. Para isso, eram exigidas a assinatura de todos os envolvidos no projeto e explicações detalhadas do que seria feito com a ajuda do FAM.

2.7. Os mediadores nos processos de solicitação

O item Mediador teve a intenção de identificar a relação de mediação que alguma outra Instituição, principalmente a Igreja (representada quase sempre pelas

paróquias locais), teve com os grupos solicitantes. No ano de 1983, tivemos um percentual significativo da relação entre Igreja e grupo solicitante. De 106 solicitações, 71 estavam ligadas de alguma forma à Igreja Católica, através de padres intermediando as cartas, de paróquias pedindo solicitação, de projetos sendo realizados nos espaços paroquiais, etc. Esse percentual de 67% de participação da Igreja junto aos grupos de solicitadores demonstra a ligação estreita entre os solicitadores e a Igreja

Os tipos de mediadores

O tipo de mediador foi criado com o intuito de localizarmos o nível de organização que os grupos solicitantes possuíam. Dos 106 processos de solicitação, 83 são ligados ou são organizados como pessoa jurídica, perfazendo 78% do total dos projetos

Esse item não mostra com clareza o perfil jurídico dos grupos solicitantes. Essa especificidade só será possível através de uma análise qualitativa mais específica sobre cada solicitação. Só assim será possível identificar o nível de organização desses grupos. O objetivo da criação de um item para uma análise quantitativa é problematizar o nível de organização, mas também o quanto esses grupos solicitadores eram mediados por outros tipos de organização, entre elas, a própria Igreja, que, de várias formas, pode ter limitado a ação desses grupos, direcionando suas atividades.

2.8. Média de valor aprovado

Para falarmos sobre esse item e entendermos o que significavam os valores aprovados pelo FAM às diferentes regiões no Brasil na década de 1980, devemos primeiro entender o processo histórico ocorrido no Brasil e em parte do mundo, principalmente a relação entre a crise financeira mundial e as altas inflacionárias da década de 1980. Tivemos, nesse período, uma alta inflacionária que sai de 100% em 1980 para 1320% anuais em 1989. Como estamos nos propondo a analisar os anos de 1983 e 1988, devemos entender melhor o quanto valia essa moeda, até porque em 1986 ocorreu a mudança monetária de cruzeiro para cruzado, o que dificulta ainda mais nossa análise. No entanto, é necessário entender o processo político-monetário que envolveu a realidade desses trabalhadores que estavam encaminhando essas solicitações de apoio

ao CERIS. Para mensurar o valor desses projetos e o montante que o CERIS disponibilizou a cada ano para os projetos do Fundo de Apoio a Miniprojetos, será feito dois tipos de conversão de valores monetários, uma para a moeda Real e outra para a moeda dólar, segundo tabela fornecida pelo professor de História Econômica da Universidade Federal Fluminense, Carlos Gabriel Guimarães.

Essas conversões permitiram mensurar os valores dos projetos em Real (preço de hoje), ainda que não necessariamente esse valor forneça o real valor de compra da época, já que no ano de 1983 e 1988 vivia-se uma alta inflacionária muito grande. Teremos uma dimensão mínima de quanto valia cada aprovação, pois esta era baseada nos orçamentos dos grupos solicitadores aprovados nas solicitações. A conversão em dólar terá a função de mensurar a partir de uma moeda de circulação internacional, o valor desses projetos, já que o próprio CERIS recebia seus financiamentos em sua maioria, em dólar. Isso permitirá mensurar melhor ainda o valor do montante de apoio financeiro do FAM ao conjunto dos projetos dos anos pesquisados.

A proposta dessa conversão é ter uma idéia do montante de dinheiro aprovado anualmente, mas também a média monetária dos projetos, já que o FAM foi um setor de pequenos projetos com valores de solicitação menores do que os projetos que o CERIS costumava aprovar. Ao nos propormos a analisar os valores monetários na década de 1980 no Brasil, nos colocamos um imenso desafio, pois a realidade inflacionária e monetária em 1980 oferece bastante dificuldade no que concerne a algum tipo de comparação com o custo de vida atual. Era complicado mensurar o valor real dos produtos diariamente, pois muitas vezes o que dava pra comprar com x dinheiro na segunda, na terça já não era mais possível. Para analisarmos os anos de 1983 e 1988, precisamos entender o caso inflacionário e monetário daqueles anos, de forma pormenorizada, já que um valor aprovado no mês de janeiro de 1988 não representava a mesma quantia, sequer em junho ou julho do mesmo ano. É como se tivéssemos de analisar, no mínimo de mês a mês, a média de valor aprovado e seu poder de aquisição. Imaginemos as dificuldades surgidas com os projetos que demoravam quase um ano para ser aprovado, já que o grupo solicitante deveria estipular um orçamento bem minucioso.

Essas dificuldades provavelmente atravessaram a relação entre o CERIS e os grupos que solicitavam apoio financeiro da Instituição. O projeto de número 18 do ano de 1983 tinha como objetivo a construção de uma cisterna para auxiliar no

abastecimento de água de uma comunidade agrícola. Nesse projeto podemos ver um exemplo do descompasso financeiro entre o CERIS e os solicitadores: o valor aprovado inicial foi de 105.000 cruzeiros, mas depois passou para 195.000 Cz\$. Outro caso interessante é a reclamação do CERIS com o mesmo tipo de projeto (construção de cisterna), em que a Instituição se queixa do crescente aumento do custo.

O primeiro orçamento que vocês mandaram, o custo total das cisterna (sic) era de Cz\$ 1.149.360,00. Falamos que estava alto e vocês reduziram para Cz\$ 1.079.360,00. Isto foi em agosto de 1983. Curiosamente, apesar da inflação, vocês gastaram menos. Por que isto ocorreu? O que houve que ainda não conseguiram saldo?¹³

Através dessa carta do Fundo de Apoio a Miniprojetos, podemos perceber a dificuldade enfrentada pela Instituição para apoiar financeiramente esses grupos nos anos de 1980. O documento demonstra uma enorme fluidez desse projeto quanto aos recursos enviados pelo FAM ao grupo. Dependendo do tempo que o CERIS demorava em aprová-lo, o recurso solicitado talvez não fosse suficiente para realizar o projeto proposto.

Com o intuito de compreender a dinâmica da crise brasileira na década de 1980 e as “estratosféricas” altas inflacionárias ocorridas nessa década, é necessário articular as determinações externas e internas, tanto políticas como econômicas. Não pretendemos realizar uma análise abrangente, mas uma rápida exposição sobre a conjuntura da época.

2.10. A crise econômica brasileira

A dificuldade em mensurarmos o financiamento dos processos de solicitação enviados ao FAM se deu por conta da conjuntura de grande instabilidade financeira não só no âmbito nacional, mas também na relação econômica que os governos ditatoriais tiveram com o capital internacional. Tivemos no Brasil, até fins da década de 1970, um relativo crescimento econômico, que permitiu alguma estabilidade inflacionária. No entanto, na década de 1980, mais precisamente a partir da crise cambial do México em 1982, explicitou-se a fragilidade dos balanços de pagamento de praticamente todos os países da periferia do sistema capitalista: “estava começando a crise da dívida externa,

¹³ Fonte de número 2971, ano de 1983, projeto de número 83.

que atravessaria toda a década de 1980 e adentraria os anos de 1990”. (Filgueiras:2000, p.71).

Ainda na década de 1970, com a crise do Petróleo em 1973, o Brasil começou a reduzir o seu crescimento, que até então era relativamente acelerado. Em relação aos outros países latino-americanos, o crescimento econômico, já no Governo Geisel, prosseguiu em ritmo menos acelerado, com investimentos de maturação mais lenta, com taxas de crescimento em torno de 4% ao ano, contra a média de 10 a.a no período anterior (Almeida: 2000, p. 36). Essa marcha “forçada” da economia teve em 1979 seu limite, com o início de uma política recessiva de “ajuste”, promovida pelo governo conforme os mandos do FMI, que começava a estar cada vez mais presente na política econômica do governo brasileiro. Estima-se que tenha ocorrido um acréscimo de US\$ 10 a 16 bilhões na dívida externa brasileira entre 1979 e 1982¹⁴. (Serra, 1982, apud Almeida, 2000, p.38).

Assim, de uma década com facilidade na obtenção de recursos financeiros, passou-se a uma caracterizada por uma escassez dramática. Segundo Luiz Filgueiras, a receita recomendada e imposta para solucionar o problema ficou conhecida como o “ajuste monetário do balanço de pagamentos”. Essa receita era baseada, essencialmente, na redução da demanda interna, principalmente dos gastos dos governos, possibilitando assim, em decorrência da queda da atividade econômica, uma diminuição das importações. Isso era feito através do controle das necessidades de financiamento do setor público e da elevação das taxas de juros. Em paralelo, estimulavam-se as exportações, através de uma política cambial de desvalorização das moedas desses países, a qual sustentava, juntamente com o arrocho salarial e os subsídios creditícios e fiscais, uma espécie de competitividade dos seus produtos. (Filgueiras: 2000).

O resultado desse processo, para o Brasil em particular, foi um período de estagnação que durou quase toda a primeira metade da década de 1980, com quedas de 4,3% do PIB, em 1981, e de 2,9% em 1983, e redução das taxas de investimento,

¹⁴ A primeira avaliação é de Serra, José, a “economia estrangida”, in: Novos Estudos, Cebrap, S. Paulo, v.1, no.4, 1982. A segunda, de Cardoso, Eliana e Dornbusch, R. “Dívida brasileira: réquiem para a política de mudding Through. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 18, no.2, ago, 1988. Citação retirada de Ameida, Gelsom Rozentino de. História de uma década quase perdida:1979-1989, Vol1, tese de doutoramento, 2000.

principalmente entre 1981 e 1985, com uma alta inflacionária nunca antes vista. (tabela 10).

Tabela 10- Inflação, PIB e taxa de investimento nos governos Figueiredo e Sarney

Ano	Inflação	Taxa de crescimento do PIB (em %)	Investimento Interno Bruto	Governo
1980	100,2	9,3	22,9	Figueiredo
1981	109,9	-4,3	24,3	
1982	95,4	0,8	23,0	
1983	154,5	-2,9	19,9	
1984	220,6	5,4	18,9	
1985	225,5	7,8	18,0	Sarney
1986	142,3	7,5	20,0	
1987	224,8	3,5	23,2	
1988	684,5	-0,1	24,3	
1989	1320,0	3,2	26,9	

Fonte: *Conjuntura Econômica* – FGV (abril/99). Apud: Filgueiras, op. Cit., p.75.

Como podemos ver na tabela 10, os anos 1980 foram de intensa instabilidade inflacionária. Essa realidade trouxe grandes problemas econômicos para o Brasil, pois se assistiu ao aumento das taxas de desemprego e ao arrocho salarial, ao corte de crédito para a produção agrícola e à ampliação do atraso tecnológico do setor industrial, ao crescimento da dívida interna e à fragilidade financeira do setor público e, o que é de extrema relevância, às elevações sucessivas e dramáticas da taxa de inflação – que saiu de 100% em 1980 para 1320% em 1989 (tabela 10). O PIB, por sua vez, cresceu a uma taxa média de apenas 2,9% ao ano, contrastando com os altos índices de crescimento da década de 1970 (tabela 10).

Os impactos negativos dessa política, que se fizeram sentir durante todo o resto dos anos 1980 e chegaram até os nossos dias, deram origem aos diversos planos de estabilização conhecidos, a começar pelo Cruzado, em 1986. Não por outra razão, na história econômica brasileira, os anos 1980 ficaram conhecidos como “a década perdida”, um período de estagnação econômica e instabilidade inflacionária. Ao mesmo tempo, O autor Gelsom Rozentino contestou essa expressão, na sua tese de doutorado defendida em 2000, com o título: *História de uma década quase perdida*. Nessa pesquisa, o autor mostrou as grandes conquistas dessa década na organização popular, nas lutas por direitos e pela conquista da cidadania e da democracia. Não podemos ignorar esse ambiente e sua influência no campo econômico, através de políticas monetárias que foram feitas com o intuito de conter a inflação durante toda a década de 1980.

A chamada “Nova República”, fruto de uma transição pactuada entre as classes dominantes, se expressou de forma evidente na composição do Governo Sarney – caracterizado pela participação de personalidades e forças políticas claramente associadas aos governos anteriores. Em particular, essa situação de ausência de ruptura inequívoca com o passado foi mais óbvia na área econômica, onde o Ministério da Fazenda, sob a direção de Francisco Dornelles, continuou a implementar, no fundamental, a mesma política econômica anterior. Todavia, as novas circunstâncias, caracterizadas por outra correlação de forças políticas no interior da sociedade brasileira, não admitiam mais o combate à inflação associado à recessão, pressionando por certa mudança na política econômica. Até porque a inflação e a estagnação econômica persistiam, difundindo-se um sentimento de desânimo e grande frustração com a nova ordem democrática que estava sendo construída (Filgueiras: 2000, p.78). Ao mesmo tempo, com o Estado altamente endividado, os recursos públicos seriam disputados pelos diferentes setores empresariais, até então contemplados. As principais entidades empresariais voltavam a criticar abertamente o tipo de intervenção realizada pelo Estado na economia e a demandar maior espaço de atuação privada. Essa demanda não apenas demonstrava as lutas internas pelos recursos públicos, mas permitia ao conjunto do empresariado precaver-se frente às lutas populares, que reivindicavam a extensão de serviços públicos (Fontes: 2006, p.217).

Decidida a forma de atacar a inflação, em meados da década de 1980, o Governo Sarney anunciou, através do Decreto-lei n 2.284, de 28 de fevereiro de 1986, o Plano

Cruzado. A criação do Cruzado veio junto com a decretação do congelamento total de preços e rendimentos e a desindexação. Circunstâncias externas favoreceram inicialmente o Plano Cruzado: as taxas de juros internacionais caíram, reduzindo o serviço da dívida externa; a queda do preço do petróleo; e a redução da taxa de câmbio, com a valorização do cruzado frente ao dólar, diminuiu o custo da dívida em dólar e facilitou as importações. (Almeida: 2000,p.50). No entanto, não muito tempo depois, a obsessão da inflação zero que o Cruzado tinha mostrou sua inviabilidade. Gelsom Rozentino explica o fracasso do Cruzado sob vários ângulos, trazendo entre os principais motivos: o congelamento de preços e as conseqüentes distorções, que se tornaram cada vez mais evidentes; o endividamento das empresas estatais; a formação de estoques especulativos, decorrente do aumento do consumo, em função do aumento real dos salários, que fez com que ocorresse, inclusive, uma escassez de alguns produtos, como a carne e o leite, no mercado. Não é a toa que, no meio da década de 1980, ocorreu intensa organização popular, com o aumento da organização sindical. Talvez esse contexto explique os motivos que levaram ao surgimento do Plano Cruzado e sua tentativa de acabar com a inflação. Entretanto, essa iniciativa não solucionou a crise instaurada, e, em 1987, tentou-se criar o chamado Cruzado II, que foi uma espécie de ajuste econômico, que tinha como política um aumento generalizado de preços, taxas e impostos, à custa, inclusive, do corte de salários. Tal iniciativa provocou mais insatisfação popular, contribuindo para um novo crescimento do movimento grevista no Brasil.

Ao compararmos o número de solicitações enviadas ao CERIS no ano de 1983 e no ano de 1988, podemos ver um aumento muito significativo no número de solicitações enviadas à Instituição. Em 1983 temos o total de 106 processos enviados. No ano de 1988, temos 534 solicitações. Não só o número de processos, mas o tipo de solicitação também muda, trazendo um caráter ainda mais popular e progressista, no que se refere ao objetivo pretendido do CERIS, com os projetos que seriam desenvolvidos com o apoio da instituição católica. Havia um número considerável de solicitações, em 1988, de sindicatos, de oposição sindical, de formação de associações consideravelmente combativas. No espaço rural, podemos ver um número expressivo de apoio a assentamentos rurais, entre eles, o Movimento dos Sem-Terra, na região Sul. No início da pesquisa desse corpo documental, tínhamos em mente outro tipo de atuação dessa entidade no apoio aos movimentos sociais, mas, com a análise dos anos

subsequentes, principalmente das solicitações do ano de 1988, visualizamos um apoio significativo aos setores populares e um aumento muito considerável de processos de solicitação, com um crescimento percentual de quase 500% em relação a 1983.

Diante da média anual de valores aprovados pelo FAM no ano de 1983, foi realizada uma conversão anual da respectiva moeda (1983 e 1988) para a moeda atual, real. Essa fórmula de conversão foi fornecida por Carlos Gabriel Guimarães e foi incluída no próprio formulário do Banco de dados do programa Windows Access gerado com os valores aprovados¹⁵. No caso do cruzeiro Cr\$, que vigorou de 15/5/1970 a 27/2/1986, foi dividido o valor Cr\$ X por $(2,75 \times 1000^4)$. Com relação ao cruzado Cz\$, que vigorou de 27/2/1986 a 15/1/1989, dividimos o valor Cz\$ X por $(2,75 \times 1000^3)$.

Tabela 11 – Tempo de duração das moedas brasileiras a partir de 1970

- de 1970 a 1985	- Valores em Cruzeiros	= Cr\$
- a partir de 1º/3/1986	- Valores em Cruzados	= Cz\$
- a partir de 15/1/1989	- Valores em Cruzados Novos	= NCz\$
- a partir de 15/3/1990	- Valores em Cruzeiros	= Cr\$
- a partir de 1º/8/1993	- Valores em Cruzeiros Reais	= Cr\$
- a partir de 1º/7/1994	- Valores em Reais	= R\$

*Tabela enviada por Carlos Gabriel Guimarães

No caso dos projetos aprovados em 1983, tivemos 61 projetos aprovados, que gerou um total de 59.812.393,00 cruzeiros. Ao realizar a conversão, tivemos um montante de 217.500,00 reais enviados aos projetos pelo FAM no ano de 1983. A média de valor aprovado em 1983 foi de 1.013.769,37 cruzeiros, que em reais significa 36.864,00 por cada projeto. Essa média de valor aprovado em 1983 foi três vezes maior que os projetos aprovados em 1988, que teve uma média de 283.883,47 cruzeiros. Esse valor convertido em real girou em torno de 10.323,35 reais por projeto. O número de projetos aprovados em 1983 foi quase 3 vezes maior que em 1988, com 142 projetos.

Foi fornecida também por Carlos Gabriel uma tabela de conversão mensal da moeda referida dos anos 70, 80 e 90 para dólar. Abaixo podemos verificar essa conversão referente aos de 1983 e 1988:

¹⁵ Ver anexo de número 3.

Tabela 12 - Conversão da moeda brasileira para o dólar (índice mensal)

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1970	4,350	4,410	4,410	4,490	4,490	4,560	4,620	4,650	4,650	4,720	4,810	4,860
1971	4,950	5,030	5,030	5,110	5,195	5,285	5,285	5,405	5,505	5,505	5,635	5,635
1972	5,635	5,785	5,785	5,845	5,915	5,915	5,965	5,965	6,025	6,095	6,130	6,180
1973	6,215	6,030	6,030	6,100	6,100	6,100	6,130	6,130	6,130	6,160	6,160	6,220
1974	6,220	6,340	6,455	6,555	6,555	6,680	6,885	7,020	7,130	7,220	7,325	7,435
1975	7,550	7,620	7,735	7,845	7,975	8,070	8,130	8,285	8,520	8,670	8,775	9,070
1976	9,245	9,420	9,600	10,270	10,550	10,650	10,955	11,170	11,370	11,620	12,055	12,345
1977	12,590	12,870	13,055	13,365	13,700	14,350	14,560	14,810	15,020	15,275	15,535	15,800
1978	16,250	16,495	16,630	17,265	17,370	18,030	18,410	18,685	19,250	19,640	20,050	20,470
1979	21,260	22,250	22,720	23,790	24,775	25,655	26,115	26,810	29,215	30,415	32,040	42,530
1980	43,890	45,310	46,800	49,060	50,135	51,645	53,310	54,805	56,740	58,480	61,355	64,210
1981	67,130	70,510	73,380	79,860	82,940	88,140	93,200	99,110	104,64	110,67	116,91	125,42
1982	129,97	136,75	143,59	150,62	158,36	167,04	176,28	189,90	202,29	214,68	229,60	244,86
1983	260,99	286,54	396,03	434,45	474,29	515,31	565,96	641,02	701,00	780,00	856,00	940,00
1984	1.013,00	1.134,00	1.267,00	1.376,00	1.492,00	1.649,00	1.809,00	1.961,00	2.177,00	2.449,00	2.698,00	3.008,00
1985	3.318,00	3.802,00	4.161,00	4.680,00	5.200,00	5.710,00	6.200,00	6.700,00	7.455,00	8.135,00	8.870,00	9.855,00
1986	11.170,00	12.985,00	13,84	13,84	13,84	13,84	13,84	13,84	13,84	13,84	14,09	14,452
1987	15,589	17,985	20,729	23,820	30,874	38,097	44,918	46,931	49,719	53,016	58,026	67,423
1988	77,277	90,538	106,80	125,15	148,39	177,05	213,91	264,97	321,35	403,69	519,60	661,37
1989	859,25	1,00	1,00	1,00	1,10	1,3480	1,8820	2,4360	,2190	4,3380	6,0480	9,1770
1990	13,735	24,345	38,388	46,853	51,239	55,962	66,531	71,982	75,493	92,477	118,24	151,31

Ao verificar a correspondência de valores da moeda em cruzeiro no ano de 1983 e do cruzado em 1988, é possível identificar a variação que uma moeda tinha anualmente. Entretanto, havia uma variação mensal muito grande do dólar em relação à moeda brasileira, o que dificultava inclusive a ajuda fornecida pelas Agências de Cooperação Internacional, mas também o próprio apoio do CERIS em relação aos projetos aprovados. Para termos uma idéia, no ano de 1983, 1 dólar valia 260,99 cruzeiros em janeiro. Em dezembro o mesmo dólar valia 940,00 Cr\$. No ano de 1988, a variação foi maior ainda, em janeiro de 1988 um dólar valia 77,277 cruzados. Já em dezembro do mesmo ano, a correspondência de um dólar era de 661,37 Cz\$.

Tabela 13 – Conversão da moeda brasileira para dólar (1983 e 1988)

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1983	260,99	286,54	396,03	434,45	474,29	515,31	565,96	641,02	701,00	780,00	856,00	940,00
1988	77,277	90,538	106,80	125,15	148,39	177,05	213,91	264,97	321,35	403,69	519,60	661,37

Com essa tabela mensal que demonstra a variação do valor monetário da moeda no Brasil em relação ao dólar, verificamos que havia a necessidade de construirmos uma tabela mensal de cada ano de projetos aprovados. Realizamos a conversão dos projetos mês a mês. Seguimos o critério de classificação baseado na data de aprovação do projeto, ou seja, os projetos classificados em janeiro de 1983, foram baseados nas datas de aprovação da solicitação feita pelo FAM em janeiro, mesmo que esse projeto tenha demorado um ano para ser aprovado. Com isso, pretendíamos aproximar a data de aprovação do valor à correspondência monetária da moeda ao valor correspondente em dólar. No entanto, como já explicitamos, às vezes um projeto demorava tanto tempo para ser aprovado, que o dinheiro enviado pelo FAM acabava não mais correspondendo à necessidade financeira estipulada pelo grupo no orçamento enviado. Isso certamente esteve relacionado ao período de grande inflação que ocorreu no Brasil nos anos de 1983 e 1988.

Tabela 14 – Conversão em dólar dos meses de 1983 e a média de valor aprovado nos projetos

1983 – Total de Projetos	1983 – média de valor aprovado em cruzeiro	1983 – Média de valor aprovado convertido em <u>dólar</u>	1988 – média de valor aprovado em cruzado	1988 – Média de valor aprovado convertido em <u>dólar</u>
JAN	0 (nenhum projeto foi aprovado nesse mês)	0	0	0
FEV	358.750,00	1.252,00	43.083,00	4.787,00
MAR	200.000,00	505,00	53.750,00	5.070,00
ABR	350.646,00	807,94	97.610,00	7.808,00
MAI	183.000,00	386,00	152.000,00	1.027,00
JUN	317.300,00	616,00	427.000,00	2.412,00
JUL	233.770,00	413,00	203.856,00	9.570,00
AGO	3.709.602,00	5.787,00	187.940,00	7,118,00
SET	380.894,29	543,00	339.258,00	1.056,00
OUT	761.420,00	976,00	488.305,00	1.211,00
NOV	839.680,00	980,00	406.062,87	782,00
DEZ	273.333,00	290,00	449.323,60	679,00

Ao analisar a tabela acima, percebemos uma média mensal que girou em torno de 1.000 dólares por projeto. A maior variação ocorreu no mês julho do ano de 1988, com uma média mensal de 9.570,00 dólares por projeto. Além disso percebemos um aumento no valor dos projetos de 1988. Em 1983, somente no mês de fevereiro houve uma média um pouco acima de 1.000 dólares, ocorrida no mês de fevereiro. Já em 1988, essa média mensal aumentou de forma significativa, tendo apenas os meses de novembro e dezembro médias abaixo de 1.000 dólares. Como já foi dito, tivemos 62 projetos aprovados em 1983 e 142 em 1988. Ou seja, houve um aumento de 130% no número de projeto aprovados em 1988. Não só isso, como a média de valores aprovados também aumentou, o que comprova um aumento da capacidade de financiamento do CERIS ao longo da década de 1980, que certamente passou cada vez mais a receber apoio das Agências de Cooperação Internacional.

2.10. Análise qualitativa das solicitações do ano de 1983

Para realizar a análise qualitativa, usaremos uma metodologia baseada numa classificação temática e regional. Essa seleção baseia-se na intenção de trazer uma análise passível de cruzamento entre os objetivos de atuação dos grupos solicitadores e as regiões das quais se originam as solicitações, localizando-as no processo histórico no Brasil na década de 1980. Não pretendemos esgotar a análise qualitativa do ano de 1983, sabemos que essa documentação é muito rica, pois possui várias possibilidades temáticas para analisarmos. O objetivo maior desta dissertação é expor, através da análise quantitativa, um panorama do que foram esses processos de solicitação. Pretendemos continuar, em pesquisa posterior, nos debruçando sobre essas informações e, a partir delas, analisarmos ainda mais a qualidade desse corpo documental.

Como dissemos, houve uma abrangência maior no número de solicitações enviadas ao CERIS, vindo da região nordestina. Não só isso, como também o perfil dos objetivos de atividades propostas foram quantitativamente fortes em “Associação” e “Trabalho Rural”. Esses objetivos tiveram considerada relevância nos processos de solicitação de 1983. A partir da análise desses documentos, podemos perceber o histórico de atuação da Igreja no Nordeste, onde, desde a década de 50, uma ala da Igreja foi ocupando uma posição proeminente na transformação da Igreja brasileira. Alguns bispos nordestinos defendiam a reforma agrária e foram responsáveis pelas inovações mais importantes da Igreja na educação popular. Mesmo após o golpe, mantiveram, pelos primeiros quatro anos, sua posição reformista, sobressaindo-se em relação aos outros Estados brasileiros até o ano de 1968. No entanto, essa região já tinha um histórico de pobreza desde o século XIX e foi somente na década de 50 que a Igreja demonstrou real interesse pelas questões sociais candentes na região nordestina. “Mais relevantes para a mudança do que a pobreza foram as lutas sociais da região, que tornaram a Igreja mais consciente da realidade que as classes populares enfrentavam” (Mainwaring: op. cit., 115).

2.10.1. Os Relatos – Ceará

A maior incidência dos processos de solicitação da região nordestina no ano de 1983 veio do Estado do Ceará, principalmente dos bairros da periferia de Fortaleza, que historicamente teve a Igreja como mediadora, junto aos poderes públicos, na luta dos movimentos urbanos cearenses. Por isso, faremos uma análise pormenorizada das

solicitações do Estado do Ceará. Como ressaltamos acima, nas análises quantitativas, das 53 solicitações vindas do Nordeste, 33 (62%) foram aprovadas. Do total de 53 solicitações nordestinas, vinte e duas vieram do Ceará (41% do total de solicitações vindas do Nordeste), dentre as quais, apenas 13 foram aprovadas. Dos vinte e dois projetos, nove são de “Trabalho Rural” (7 aprovados e 2 negados) e 3 de “Trabalho Urbano” (apenas 1 aprovado). No entanto, as solicitações com objetivos de “Associação” e “Educação”, que em sua maioria se localizam no setor urbano, tiveram uma maior incidência nas demandas urbanas (Associação: 5 projetos enviados e 2 aprovados/ Educação: 3 projetos e 1 aprovado). O crescimento do movimento de bairros em Fortaleza fica evidente nos projetos urbanos. Mesmo que estes estejam também classificados por “Associação” e “Educação” como objetivo, podemos perceber o espaço urbano como majoritário no perfil dos grupos solicitadores. A maior parte das solicitações que estão ligadas à cidade tem como proposta a intervenção nos bairros, seja para a construção de casas, seja para a melhoria delas, como, por exemplo: saneamento urbano ou reforma das casas já existentes, reivindicações que respondiam, em sua essência, a demandas econômicas imediatas dos bairros. Iris Barreira afirma que a pouca expressividade do momento sindical e a enorme quantidade de trabalhadores não engajados diretamente no setor produtivo no Ceará tornaram o bairro um local privilegiado de mobilização (Barreira: op. cit., 145). Na área rural, fica mais clara a capacidade organizativa de alguns grupos de agricultores. Mesmo com uma redação precária, as cartas mostram a consciência da realidade de exploração que eles viviam e as diversas tentativas de luta e superação. Contudo, em muitas dessas cartas do Estado do Ceará, podemos perceber a atuação dos mediadores diretos, como advogados, intelectuais, médicos, etc.

Com a chegada do dinheiro nós organizamos da seguinte maneira: Este dinheiro ficou na responsabilidade de uma pessoa que faz parte da diocese de Itapipoca e que acompanha de perto a nossa luta. Daí só usávamos este dinheiro quando íamos a uma reunião em Fortaleza no INCRA e em Itapipoca, quando a empresa nos pressionava pela delegacia e com encontros com o nosso advogado também. (...) Com o projeto, melhorou mais as nossas reuniões com o nosso advogado, que antes eram menos por falta de condição financeira¹⁶.

¹⁶ Retirada da fonte de número 1972, projeto 56, numerado no banco de dados do Windows Access.

Os movimentos sociais urbanos, no seu processo de constituição, encontram-se direta ou indiretamente articulados, seja como forma de apoio ou motivação. Essa articulação, no caso do FAM, já estava feita no momento em que a carta era enviada, pois eram os critérios do CERIS que definiam se o projeto seria realizado ou não. Além disso, temos, na maioria dos movimentos solicitadores, a participação da Igreja, através de suas paróquias, dioceses, etc., mas passou a existir a figura do “intelectual” nesses movimentos, que passou a falar em nome dos solicitadores. Essa mediação, apesar de muitas vezes facilitar a organização dos grupos, tornando-os mais eficazes em suas lutas, poderia comprometer em algum grau a autonomia política desses movimentos.

2.10. Construção da cisterna de ferrocimento

Os projetos para a construção de cisterna tornam-se relevantes pelo seu quantitativo nas fontes. Encontramos 7 projetos da mesma região (Nordeste- Ceará), e todos foram aprovados. A construção de cisternas de ferrocimento serviu para fornecer água para as famílias nordestinas que sofriam com a seca na região. Uma cisterna beneficiava até 40 famílias. Talvez esse fator incentivasse a aprovação desses projetos pelo CERIS. A transferência solidária nessas solicitações foi muito incentivada pelos coordenadores do FAM nas cartas. Essa transferência se dava pela ajuda que o grupo solicitante deveria fazer a outro grupo com a mesma necessidade ou qualquer outra que fosse possível de ser auxiliada por quem fazia o pedido. Essa transferência não era obrigatória, mas fazia parte da dinâmica de incentivo do Centro de Estatística. Através da lógica de solidariedade local, pretendia-se estimular a solidariedade entre as comunidades locais que se beneficiavam do dinheiro doado.

2.14. Organização de trabalhadores rurais

Os processos de solicitação que estão claramente ligados à organização de trabalhadores rurais foram identificados através das observações mais relevantes sobre o seu processo de organização no meio rural. Ao analisar o corpo das solicitações, pudemos observar algumas características comuns a esses pedidos de auxílio. Dos oito

processos de solicitação que selecionamos para uma análise mais detida¹⁷, todos foram aprovados pelo CERIS. Podemos perceber, nos pedidos de 1983, a clara disposição da instituição em financiar projetos que tinham como tema a organização dos trabalhadores no meio rural. Alguns dos processos, como os de número 54, 72 e 92, estavam ligados diretamente à Pastoral da Terra e já eram financiados por essa organização. É possível que as pastorais enviassem solicitações ao CERIS para dinamizar a sua atuação. Todas as solicitações identificadas também apresentam cartas escritas a mão, o que dá um caráter muito popular a essas organizações e aos seus pedidos de auxílio. Através dessa documentação, temos acesso à história do surgimento da Pastoral da Terra e parte de sua atuação. Mais uma vez, a incidência maior encontra-se na região nordestina. Dos 8 processos analisados, 5 são do Nordeste, 1 é da região Sul, 1 é do Norte e 1 do Centro-Oeste. A luta desses trabalhadores rurais, em geral, focou-se na posse da terra e na formação de comunidades agrícolas, como a construção de minigranja, horta e minipadaria para a população rural local. Um caso interessante é relatado no projeto de número 55, denominado “enquanto trabalhadores”. Eles lutam pela posse de uma terra supostamente comprada por uma empresa. Na disputa pela permanência nessas terras, os trabalhadores precisam ir a frequentes reuniões com o INCRA e acabam tendo um desgaste financeiro muito grande, o que, diante das adversidades econômicas já enfrentadas por esses agricultores, prejudica-os ainda mais. O projeto enviado ao CERIS consiste em um pedido de auxílio para financiar essas viagens e todo o processo de luta pela terra, que está sendo tomada por essa empresa que é ligada ao grupo dos Jereisate.

Prezados senhores e senhoras. Nós, pertencente a nove comunidades (...). Fizemos-vos esta para pedir ajuda, por causa de uma grande luta nossa, que vem se mantendo contra uma empresa do grupo Gereisate (sic). E já faz mais de dois anos que este grupo, se diz adquirido estas terras, onde moramos e por isto vem nos pressionando com viagens e já faz cinco anos que no Nordeste não chove. E mesmo assim nós lutando bastante, agora as coisas se dificultam, mas por causa das viagens, pois a meses que somos obrigado a irmos para Fortaleza, até três vezes por mês. Isto porque levamos a nossa causa ao Incra e ainda estamos nesta fase de luta e cumpre que vamos a estas viagens é um grupo de 9 pessoas

¹⁷ Esses projetos foram escolhidos a partir da leitura das principais observações indicadas no Banco de Dados. O item observações serviu para identificarmos informações importantes nas documentações. A partir daí, conseguimos realizar uma análise mais pormenorizada dessas solicitações.

(...) Se quiserem mais informações sobre nossa luta, podem nos escrever por intermédio de Dom Paulo Pontes, bispo diocesano de Itapipoca¹⁸.

Fica clara a intermediação que a paróquia local exerce no processo de luta desses trabalhadores. Essa ligação que os movimentos populares tiveram com as paróquias locais esteve muito próxima à atuação das Comunidades Eclesiais de Base nas décadas de 1970 e 1980 e, apesar dessa ligação com a área pastoral, instituições como o CERIS tinham como objetivo central a atuação na área social, e não na área pastoral, na aprovação dos projetos enviados. Observamos essa prioridade da Instituição na solicitação de número 42. Trata-se de um pedido negado a um grupo de favelados do parque da Boa Esperança, no bairro do Caju, Rio de Janeiro. Pede-se ajuda para a construção de um centro comunitário (servindo de capela e escola) e uma creche. Abaixo temos uma carta-resposta do FAM :

(...) A construção servirá para capela, como vocês dizem. O fundo de Miniprojetos, apoiado por duas entidades de ajuda externa, da Holanda, não se destina a apoiar atividades na área pastoral. Ele se destina aos trabalhos no campo social, logo, a construção de uma capela não se enquadra dentro de seus objetivos¹⁹.

No entanto, essa separação acabava não sendo clara quando um movimento social estava ligado a uma paróquia, ou seja, o benefício poderia favorecer tanto socialmente o movimento popular, quanto a paróquia que estava intermediando o projeto. Podemos constatar essa realidade em solicitações que pedem auxílio para melhorar a estrutura da paróquia com o objetivo de servir como espaço para cursos de corte e costura para mulheres da região, ou até processos como o de número 106, que pede auxílio para reformar o telhado da capela que é usada para as reuniões da CEB de Icó - Sítio Salgadinho, no Ceará. Abaixo temos a carta transcrita por inteiro dos trabalhadores que estavam pedindo a ajuda ao FAM:

Icó, 10.10.1983

Paz e Saúde

Prezados senhores componente do CERIS.

Mais uma vez estamos lhes escrevendo para pedir uma ajuda para o nosso trabalho aqui na nossa capelinha que é muito quente e estamos com um projeto de 4000 quatrocentos mil cruzeiro e para este trabalho temos uma quantia adiantada de 50 cinquenta mil cruzeiro. Pos o nosso projeto aqui é mudar as telhas da capela para ver se acaba com essa peste de morcego que nos

¹⁸ Relato extraído da fonte de números 2069-2071, do ano de 1983, FAM-CERIS.

¹⁹ Idem, fonte 1423, ano de 1983.

encomoda muito e por outro lado nós estamos precisando trabalhar isto e que é mais importante para nós. Ficamo certo da vossa compreensão.

Esperamos uma resposta o mais breve possível. (sic)

O benefício do espaço onde funcionavam as reuniões eclesiais era duplo. A antiga distância que a Igreja mantinha das classes populares e seus problemas cotidianos sofreu uma transformação com o movimento de aproximação e valorização dos pobres por parte da Igreja Católica, desde o concílio do Vaticano II e da atuação do CELAM em Medellín e Puebla. As CEBs trouxeram um entrelaçamento entre os interesses sociais e pastorais em muitas paróquias e estabeleceram critérios sociais de auxílio separados das pastorais. Tal fato acaba sendo cada vez mais difícil, já que a aproximação das classes populares e de seus problemas pela Igreja fazia parte da estratégia católica de manter e conseguir mais fiéis que podiam estar sendo absorvidos por outras religiões e, principalmente, pelo tão temido comunismo. No entanto, nesse processo, o interesse pastoral ficou muitas vezes em segundo plano em algumas CEBs, chegando ao ponto de haver uma posterior separação entre a Igreja e essas organizações, que muitas vezes surgiram dentro das paróquias e tinham como objetivo inicial discutir de forma mais democrática a bíblia.

2.10.3. Os relatos de extrema pobreza

No ano de 1983, conseguimos localizar os principais processos de solicitação que trouxeram relatos da dificuldade econômica e social que os solicitantes viviam. Esse grupo de solicitações conseguiu reunir características comuns que impressionaram muito. Ao olharmos o banco de dados, projeto a projeto, pudemos identificar 4 processos (processos de solicitação de números 10, 32, 47 e 50) que nos chamaram especial atenção pelo relato de extrema dificuldade econômico-social vivida. Das quatro solicitações, dois relatos são do Nordeste (Bahia – 32 e Piauí –50) que foram aprovados pelo CERIS, e os outros dois são do Pará (10) e Rio de Janeiro (47), estes, recusados. Ao analisarmos os quatro processos de solicitação (que a princípio foram selecionados por nós pelo relato de extrema pobreza), percebemos que se tratava de solicitações de grupos de mulheres e que todos estavam muito ligados às paróquias locais. Os projetos do Rio de Janeiro e do Piauí têm o mesmo pedido, a saber, de um auxílio para ser

realizado um curso de corte e costura com o intuito de beneficiar economicamente as mulheres que estão ligadas à paróquia local. Mas apenas o projeto do Piauí foi aprovado. Apesar de aprovada, essa solicitação foi aceita pelo FAM com ressalvas em sua argumentação, pela falta de credibilidade no sucesso de cursos de corte e costura e na melhoria econômica dos grupos que o realizam. Mesmo assim, o CERIS envia a solicitação. Os projetos do Pará e do Rio de Janeiro, que foram negados, falam igualmente da extrema dificuldade que essas mulheres encontram por causa do abandono de seus maridos, que muitas vezes saem para a cidade grande, em busca de emprego, e nunca mais voltam. Relatam também a dificuldade que elas enfrentam para garantir a sobrevivência de seus filhos.

Oeiras do Pará, pequena cidade da região tocantina, no Estado do Pará, é muito pobre e sua população é bastante carente, principalmente no que se refere a empregos, pois exceto os que vivem de pequena agricultura, da pesca e da caça, ou dos que se ocupam de alguns empregos públicos e no comércio e uns poucos que vivem de trabalhos braçais, todos os demais vivem em situação de miséria. Muitos emigram em busca de trabalho fora do Município e aqui deixam as suas famílias quase no abandono e até passando fome e outras necessidades. Geralmente, nós, as mulheres lutamos com grande dificuldades e temos de assumir, muitas vezes toda a responsabilidade da família: educação dos filhos, manutenção da casa e até empregos pesados, tais como, limpeza de ruas, capina, etc., e ainda os trabalhos da casa. Muitas vezes, nós e nossos filhos passamos fome²⁰.

A situação de êxodo rural, que regiões como o Norte e Nordeste viveram e vivem com intensidade, realmente pode provocar ainda mais dificuldades para a família que fica. As mulheres passaram a ter de sustentar, sozinhas, uma família que era sustentada por dois integrantes já com muita dificuldade. No entanto, o CERIS negou o pedido e indicou outras formas de superação das dificuldades econômicas vividas por essas mulheres.

O caráter das cartas baseia-se no relato da realidade vivida por esses trabalhadores que, na maioria das vezes, é de intensa precariedade. Eles escrevem explicando o motivo do pedido de auxílio e qual o objetivo que querem alcançar com o dinheiro solicitado. Quase 50% das cartas enviadas no ano de 1983 têm, pelo menos, um relato escrito à mão, apresentando, na maioria das vezes, uma ortografia muito insipiente. Através da análise de 1983, podemos perceber esse caráter precário na educação escolar dos solicitadores, ainda que algumas cartas sejam escritas por

²⁰ Relato extraído da fonte de número 301, do ano de 1983, FAM-CERIS.

intermediadores, como padres, bispos, advogados, arquitetos e alguns letrados vindos do meio acadêmico, que auxiliam o grupo solicitador na elaboração do projeto e no pedido de auxílio ao FAM. Essas cartas dificilmente deixam de vir acompanhadas do relato escrito pelos próprios trabalhadores. O caráter popular desses projetos parece ajudar na sua aprovação, já que o CERIS é uma instituição que, desde a década de 70, majoritariamente da ala progressista, defendia o pobre e a base, como o baluarte da religião. Essa perspectiva mais inclinada aos grupos de base facilita o olhar mais interessado da Instituição sobre esse perfil de trabalhadores.

2.10.4. Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

Outro conjunto de processos de solicitação que chama a atenção pelo aspecto quantitativo são os projetos da região Sudeste, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente do município de Nova Iguaçu. Das 13 solicitações no estado do Rio, 5 (38%) são de Nova Iguaçu. No entanto, apenas 1 projeto foi aprovado. Os motivos que o CERIS alega para a não aprovação das solicitações são diferenciados. No primeiro processo (no banco de dados o nº do projeto é 35), a solicitação é negada, pois se refere a uma compra de equipamentos para fazer funcionar a secretaria de um centro de ação comunitária. Segundo o CERIS, o pedido não envolve coletivamente o grupo que está pedindo o auxílio. A solicitação pretendia fazer funcionar uma secretaria que se destinaria a assuntos comunitários. Tais justificativas de não aprovação, apesar de mencionados alguns critérios gerais, algumas vezes não seguem o critério padrão desenvolvido pelo CERIS, ou não deixam claro o porquê de determinada iniciativa não envolver coletivamente o grupo. No caso do processo 35, a secretaria beneficiaria o centro comunitário e, conseqüentemente, o coletivo envolvido. No entanto, o FAM afirma que tal iniciativa não envolveria coletivamente o grupo. O pedido baseia-se na compra de um mimeógrafo, uma escrivania e um arquivo para a secretaria, que realiza trabalhos comunitários e pastorais de uma Comunidade Eclesial de Base. Abaixo temos a carta-resposta do CERIS ao grupo:

Prezados amigos,

(...) O fundo de Miniprojetos destina-se a apoiar atividades no campo social, e vocês já tiveram experiência disto, quando aprovamos o projeto do mutirão da terra. O projeto de casas é uma atividade que possibilita o envolvimento de pessoas, com interesses diversos, que se juntam para enfrentar uma situação.

Pode até não dar certo, mas o que apoiamos foi a iniciativa, apostando nas possibilidades que esta iniciativa iria permitir.

O caso deste pedido, agora, é diferente. Vocês pedem equipamentos para fazer funcionar um tipo de secretaria. Achamos que isto é importante e necessário, mas não se enquadra dentro dos critérios do fundo de Miniprojetos, pois não possibilita, em si, um envolvimento de pessoas numa atividade comum. Por outro lado, achamos que localmente vocês podem obter estes equipamentos através de campanhas, festas, rifas, etc. (...) ²¹.

Não fica claro por que o funcionamento de uma secretaria de um centro comunitário não possa envolver coletivamente o grupo, uma vez que a melhoria de sua estrutura aumentaria o atendimento das demandas da comunidade local.

No segundo projeto (nº 37), temos o único auxílio atendido pelo CERIS. Trata-se de uma solicitação para a participação de delegados num congresso convocado pela JOC (Juventude Operária Católica). Essa documentação é muito rica em informações sobre o Congresso e sobre a JOC. Os solicitadores fazem parte da comissão organizadora do Congresso. Analisando-se as cartas, percebemos facilmente que o redator tem significativa escolaridade. O processo de número 51 pede dinheiro para o pagamento do muro que foi construído na escola para impedir a fuga de alunos. O CERIS considera tal ato não só conservador, mas sem participação da comunidade. Nos outros 2 projetos (39 e 47), que também foram negados, existe uma similaridade nos pedidos. Duas paróquias estão pedindo auxílio ao FAM para melhorar sua estrutura física, assim como o projeto 35, que analisamos acima. O projeto 39 solicita mimeógrafos, projetores, máquinas de escrever e livros para a biblioteca localizada na paróquia. A solicitação 47 pede ajuda para a compra de materiais que ajudem o clube de mães da paróquia a desenvolver trabalhos manuais e mais uma vez é negado pelo CERIS.

Podemos perceber a intensa ligação dos solicitadores com as paróquias locais e com movimentos ligados à Igreja, como a JOC. Porém, essa ligação não fica clara, porque o CERIS muitas vezes não aprova tais pedidos de auxílio. A alegação do não envolvimento coletivo dos solicitantes esclarece muito pouco os critérios reais que levaram o CERIS a negar alguns pedidos.

Outro ponto muito comum seria o apelo que os solicitadores fazem a Deus. Pudemos identificar, em mais de 10 processos de solicitação, alguma citação a Jesus

²¹ Fonte de número 1092, projeto 35, do ano de 1983.

Cristo ou a Deus. Os projetos não têm um perfil comum, mas, em sua maioria, a citação divina ocorre no fim da carta de solicitação, pedindo a Deus que ajude na melhoria da vida dos solicitantes ou agradecendo, de uma forma geral, pela realidade cotidiana.

2.10.5. Os mediadores

Outra questão muito observada foi a mediação de “letrados” nas solicitações e no próprio envolvimento nas comunidades. Esse item pode ser importante para explorarmos a mediação feita nos movimentos populares a qual ocorreu com regularidade nas décadas de 1980 e 1990.

Os mediadores são, em sua maioria, relacionados à Igreja (71 de 106 – 70% do total) e a estruturas de representação coletiva (35 de 106 – 33%), como sindicatos, associações de moradores, entre outros. Isso não quer dizer que os movimentos que pedem auxílio ao CERIS se constituam de coletivos organizados juridicamente. Torna-se fundamental identificar a procedência dos intermediadores desses processos para que possamos visualizar o possível processo de mediação nos movimentos sociais brasileiros ao longo das décadas de 1980 e 1990.

O processo de mediação nos movimentos sociais foi crescendo ao longo da década de 1980. Os acontecimentos que levaram ao fim da ditadura no Brasil proporcionaram aos ex-exilados a possibilidade de participar do processo de democratização. Esses militantes, na maioria “letrados”, foram ocupando a direção de muitos movimentos que estavam em processo de organização e estruturação. A lógica “basista” dos anos 1980 favorecia o apoio dado a essas organizações, vistas com exagerada pureza nas suas demandas, trazendo ao conceito de sociedade civil e de democracia uma associação sem o caráter de classe como referência principal. O próprio perfil financeiro do FAM por pequenas demandas favorece um trabalho com a base e com grupos ainda em formação. No entanto, a Igreja, através de suas paróquias e dioceses, foi a grande mediadora dessa relação entre os solicitadores e o CERIS.

Em algumas cartas, observamos a presença de mediadores na elaboração do pedido de auxílio, na própria elaboração do projeto, como também na sua execução. Dentro de um mesmo projeto, podemos ver cartas com escrita muito precária, intercaladas com cartas bem escritas e projetos bem formulados, na maioria das vezes, elaborados por escritores autointitulados “representantes” desses grupos. Um exemplo

interessante é o caso do arquiteto Leonardo (projeto de número 4-1983), um uruguaio que auxilia um grupo de trabalhadores no projeto de construção de casas populares em mutirão em São Bernardo, São Paulo. Ele mesmo elabora e escreve o pedido pelos solicitantes. Os solicitadores procuram justificar a importância de Leonardo como representante da associação enviando seu currículo e histórico, falando da dificuldade nas reuniões com o prefeito e da má vontade deste em ajudá-los. Leonardo é visto como um líder na Associação. Trazendo sua experiência do Uruguai, o arquiteto analisa diversas possibilidades para o projeto a ser realizado e elabora um detalhado projeto-piloto para a construção de casas populares. Abaixo trouxemos um relato dos trabalhadores que faz referência à atuação de Leonardo

Ata da reunião do dia 14 de maio de 1983

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de um novecentos e oitenta e três, reuniram-se a diretoria da Sociedade Amigos da Favela do Parque São Bernardo (...).

Ao iniciar a reunião o engenheiro fez uma narrativa da experiência realizada no Uruguai, especificando que em seu país hoje existem leis que possibilitam a construção de casas com financiamentos bancários, podendo o projeto ser realizado por uma organização de direito denominada: Cooperativa Habitacional, informou também que no caso de Campo, alguns advogados que estão colaborando com o projeto, estão estudando qual a forma jurídica, ou seja, se mediante as leis brasileiras poderemos formar uma cooperativa, uma sociedade ou outro tipo de organização que seja permitida e que possa encaixar o projeto²².

Apesar da organização do processo, o pedido foi cancelado pelo CERIS. A única carta da Instituição a que tivemos acesso apenas pede esclarecimentos sobre o projeto. Não identificamos, nos documentos escaneados, nenhuma carta negando o auxílio em definitivo.

Percebemos, portanto, alguns pontos relevantes nas cartas enviadas ao CERIS no ano de 1983. Fica clara a abrangência do Nordeste nos processos de solicitação, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. Ao examinarmos os principais pontos que são comuns às solicitações, percebemos a mediação nesses movimentos populares. Apesar do perfil das cartas ter, em grande parte, um português precário, um mesmo processo com cartas mal escritas foi intercalado com cartas muito bem elaboradas. Fica clara a participação do CERIS na organização política de alguns movimentos solicitadores. Contudo, não podemos deixar de perceber que muitos

²² Processo de solicitação do ano de 1983, de número 4.

pedidos precisavam garantir a sobrevivência de grupos que sofrem de extrema dificuldade financeira. Para isso, a instituição procurou solucionar essa realidade econômico-social, incentivando a autonomia desses grupos que foram beneficiados. Segundo os critérios gerais do FAM-CERIS, essa Instituição pretendeu gerar um quadro de autossustentação nos grupos de base, melhorando a qualidade dessas comunidades. De fato, muitos projetos provavelmente conseguiram gerar melhorias na realidade econômico-social dos alguns grupos solicitantes. A questão é o quanto a lógica dessa mediação pode ser positiva para a autonomia e desenvolvimento político dessas organizações populares. As ONGs, como afirma Lúcia Neves (Neves: 2005), podem no máximo conseguir desenvolver o segundo estágio que Gramsci trabalha, no que tange aos momentos distintos da consciência política dos grupos sociais presentes na sociedade capitalista. Para o autor, na sociedade existem diferentes graus de relações de forças. Uma é a relação de força ligada à estrutura objetiva, ou seja, independentemente da vontade dos homens, cada grupo social representa e ocupa três momentos distintos. Esses momentos vão desde grupos sociais simplesmente homogêneos à consciência de classe. O primeiro momento ocorre quando se nota individualmente uma unidade homogênea entre os componentes de um mesmo grupo social e se sente o dever de organizá-lo. Um segundo momento acontece quando os grupos específicos atingem a consciência da solidariedade entre todos os membros da classe, mas ainda no campo meramente econômico, reivindicando-se transformações, mesmo que ainda nos marcos do Capitalismo. No terceiro momento, alcança-se a consciência de que os interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses dos grupos sociais, ultrapassando o plano econômico corporativo e atingindo o plano universal. Nesse momento se percebe a natureza de classe do estado capitalista e suas formas de atuação.

Não podemos negar que as décadas de 1980 e 1990 contribuíram para um alargamento da cidadania político-social. No entanto, essa cidadania tem, muitas vezes, como pressuposto, a aceitação das relações sociais vigentes como única solução possível de convivência social. Ainda assim, ao analisarmos os anos 1980 através dessa documentação, não podemos desconsiderar a atuação não só dessas organizações populares, mas também de instituições como o CERIS e seu apoio financeiro e estratégico a esses trabalhadores. A nossa hipótese inicial pretendia concluir o quanto o CERIS pode ter prejudicado a autonomia desses grupos sociais, limitando e ditando o que, quando e quanto eles poderiam se desenvolver. Isso de fato ocorreu, pois esses

grupos estavam recorrendo a uma Instituição de filantropia católica, que demonstrava contradições no apoio a essas organizações. Ao mesmo tempo, podemos verificar um apoio salutar ao desenvolvimento desses grupos, que pode ter contribuído para o sucesso na organização de movimentos sociais como MST, PT, CUT, entre outros; e quem sabe essa mediação ocorrida impediu, de certo modo, que as perdas econômicas, políticas e sociais fossem ainda maiores na década de 1980, diante do complicado cenário econômico que vivíamos nesses anos, não só no Brasil, mas no ambiente internacional.

Capítulo terceiro

3.0. Análise dos processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS no ano de 1988

Nesse capítulo se pretende analisar as solicitações enviadas ao FAM no ano de 1988. Seguiremos os mesmos objetivos de análise realizados com as documentações de 1983. Iniciaremos com breve apresentação do processo histórico em curso na década de 1980, possibilitando visualizar a consonância dessa documentação com o contexto social daqueles anos. O fim da década de 70 e, em especial, o ano de 1979 foram importantes para o reavivamento das lutas populares no Brasil. Nesse último ano da década, ocorreu a criação do Fundo de Apoio a Miniprojetos (FAM), que é o nosso objeto de estudo. O nosso objetivo é estabelecer correlações entre as solicitações enviadas ao CERIS e o processo histórico brasileiro da década de 1980.

Esse corpo documental corresponde a uma ínfima parte da carência social que o país vivia naquela época. Entretanto, essa documentação pode proporcionar um panorama muito interessante do desenvolvimento de diversos grupos de trabalhadores e movimentos sociais, principalmente a atuação de uma Instituição católica e seu diálogo com os grupos populares de diversos lugares do Brasil. Para que se compreenda a dinâmica dos grupos sociais representados nos documentos de 1983 e 1988, não basta relacionar tais grupos aos acontecimentos históricos de 1983 e 1988 simplesmente, pois as carências desses trabalhadores não resultam apenas do ano histórico analisado, além do que, processos de organização popular se iniciam também anteriormente. É possível identificar, através das solicitações enviadas em 1983, movimentos sociais que se constituíram ainda na década de 1970. Por isso, ao fazermos esse resgate histórico-cronológico, pretendemos dar subsídios à análise desse corpo documental, para que, com isso, seja possível construir as relações entre o processo histórico e os grupos populares que enviaram os pedidos de solicitação ao FAM-CERIS na década de 1980.

3.1. Os principais movimentos sociais na década de 1980: A fundação da CUT, do PT, do MST e a formação das ONGs no processo de abertura democrática no Brasil.

Pretende-se, nesta seção, refletir sobre a história brasileira recente, partindo da concepção gramsciana de sociedade civil. A década de 1980 é crucial para a

compreensão da sociedade civil no Brasil atual. Ao nos propormos a analisá-la, precisamos inevitavelmente fazer escolhas, pois o leque de possibilidades de análise é bastante amplo. Poderíamos, por exemplo, reivindicá-la como uma “década perdida”, se nos limitássemos aos indicadores econômicos, às altas inflacionárias, ao aumento do desemprego e do custo de vida, entre outras coisas. Mas, quando focamos nos movimentos sociais e nas diversas conquistas democráticas dessa década, é possível visualizá-la com características muito diversas. É um período de “reavivamento” das reivindicações populares, com a construção de importantes movimentos sociais combativos, como o Partido dos Trabalhadores, a formação da CUT (reflexo dos diversos tipos de sindicatos e oposições sindicais e sua luta nessa época, principalmente o chamado Novo Sindicalismo), o surgimento do MST e a constituição de uma grande diversidade de entidades e associações autodenominadas Organizações Não Governamentais. É, nessa mesma época, que instituições que se definiam como filantrópicas, como exemplo o CERIS, modificaram sua atuação. Em parte respondendo a demandas populares, em parte estimulando-as, cria-se o Fundo de Apoio a Miniprojetos. Esse Fundo visava apoiar grupos de base, incentivando, inclusive, sua autonomia financeira e organizacional. Nesse contexto de organização popular, parte da Igreja Católica teve papel fundamental no apoio aos setores populares, principalmente através das CEBs e das Pastorais. Para falarmos dessa participação, que já foi em parte discutida no primeiro capítulo, é necessário apresentar alguns aspectos que marcaram o surgimento da “Nova República”, não para esgotar fatos ou situações, mas procurando capturar a dinâmica daquele momento, suas contradições e lutas em diversos níveis de resistência.

Em termos gerais, seguiremos a divisão cronológica feita por Gelsom Rozentino²³, que é, inclusive, a classificação padrão desse período histórico. O primeiro período, entre 1974 e 1982, pode ser identificado como período de liberalização, época marcada pelo controle do processo de abertura pelos dirigentes militares. Essa dinâmica vinda do alto trouxe divergências internas no campo militar, as quais levaram a conflitos entre os diversos grupos militares no interior das forças armadas.

²³ Seguiremos esses marcos históricos estabelecidos pelo autor. Almeida, Gelsom Rozentino. História de uma década quase perdida: 1979-1989. Tese de doutoramento – UFF. 2000, pp. 9-12

O segundo momento foi quando se instaurou efetivamente a transição democrática (1982-88). O ano de 1984 foi marcado por intensa luta popular. Ocorreram, nesse mesmo ano, as primeiras eleições indiretas, vencidas por Tancredo Neves. Em 1985 é iniciada uma desmontagem lentíssima da ditadura, com menor repressão, mas com a permanência de uma legislação que favorecia as práticas ditatoriais. Ao mesmo tempo, é nessa mesma época que são lançados os planos econômicos, que visavam diminuir a inflação, “acalmado” a população. Posteriormente, tivemos a nova Constituinte em 1988, que trazia parte das reivindicações dos movimentos sociais não só da década de 1980, mas dos anos precedentes. Os anos de solicitação dos documentos analisados nesta dissertação situam-se no segundo momento de abertura, em que os canais de participação estavam em franca expansão e o CERIS, apesar de se autodenominar uma instituição de filantropia religiosa, apoiou de forma efetiva essa efervescência popular.

Ao falar do processo de abertura democrática brasileiro, é necessário atentar para a condução dessa análise, pois é fácil privilegiar apenas o processo vindo do alto, pelos dirigentes governamentais, visto que a consolidação da democracia veio quando e o quanto esses governantes desejavam. Outro caminho é privilegiar esse processo histórico como resultado da pressão dos grupos populares que floresceram ainda na década de 1970, sob os muros ditatoriais. Mas, numa condução analítica de perspectiva dialética, faz-se necessário analisar esse momento com a complexidade das lutas entre interesses de ambas as classes, ou seja, a influência da classe dominante e a pressão e luta dos setores populares. Ambos contribuíram para a abertura democrática ocorrida na década de 1980. No entanto, é fundamental considerar o peso da classe dirigente num sistema capitalista, principalmente na estrutura ditatorial-militar civil então vigente.

O pontapé inicial foi dado pelo próprio regime militar, numa crise de hegemonia vinda das classes dominantes, a qual se caracteriza muito bem num golpe militar. Segundo Sônia Mendonça, o Estado dele resultante, baseado na aliança militares-empresários-tecnoburocratas, lança mão de uma política anticrise voltada para duas direções: gerar recursos para a retomada da expansão e institucionalizar a concentração de empresas e capital. (Mendonça, 1986, p.122). O resultado dessa política teve como consequência o chamado “milagre brasileiro”, que foi obtido através da superexploração do trabalho, sem a redistribuição dos ganhos de produtividade. O chamado “milagre brasileiro” começa a entrar em crise a partir de 1974, como efeito das mudanças na

conjuntura internacional, muito influenciada pela crise do petróleo de 1973. “A crise econômica brasileira, pela profunda interdependência entre Estado e capitalismo no país, tornou-se uma crise também política. O limite entre elas se confunde e aprofunda” (Mendonça, 1986, p.122).

O fim do “milagre” foi acompanhado de forte recessão, que colocou em xeque os fatores de sustentação do regime militar, ou seja, as bases de sustentação político-ideológica do regime se viram ameaçadas. Por isso, desde 1974, as classes dominantes vinham criando alternativas de distensão lenta, gradual e segura para sua permanência no poder, como se pôde verificar através da abertura eleitoral. “O projeto de abertura eleitoral se explicaria pela crise de legitimidade do governo militar e seria visto como um caminho interessante para a sua sobrevivência” (Almeida: 2000 p. 12). Para Sônia Mendonça, a partir, então, de meados da década de 1970, vem tomando corpo um “novo projeto burguês”. Esse novo projeto:

É diverso daquele oriundo do corporativismo predominante durante os quinze primeiros anos do autoritarismo militar. Apesar de sua dependência contraditória com relação ao Estado – que centraliza e “isola” as decisões econômicas, mas que também controla rigidamente as classes trabalhadoras -, alguns setores empresariais passaram a se interessar em propor novas formas políticas de dominação. A própria necessidade de maior participação efetiva das classes nas decisões econômicas e de criação de canais mais flexíveis de contato com os centros do poder fundamentaram esta mudança do comportamento político da burguesia. (Mendonça: 1986, p.118).

Nesse sentido, podemos afirmar que houve uma pressão desses aparelhos privados de hegemonia, de que fazem parte, segundo Gramsci, as entidades empresariais, atuando corporativa e politicamente como sociedade civil, mas participando intimamente do Estado. Não obstante, o discurso vigente dessas entidades era de que a sociedade civil era um espaço redentor, distante da opressão vigente no Estado e no mercado. Essa visão redentora de sociedade civil foi muito profícua nos anos de abertura democrática brasileira. Esses “aparelhos” se apresentavam como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Conjugavam, em nome da sociedade civil, os interesses da classe detentora já de uma hegemonia econômica e política, garantindo uma atuação ideológica sem medida junto às classes populares.

É necessário recordar que parte dos anos 1960 e 1970 foram de intenso controle ditatorial, de modo que o Estado não poderia ser um espaço de luta, pois, através da repressão aplicada, não haveria lugar para as reivindicações populares. Os movimentos sociais anteriores ao Golpe passaram a usar espaços como as Comunidades Eclesiais de

Base, as associações de moradores, instituições católicas e as novas “ONGs”, que estavam em franco crescimento na década de 1980. A sociedade civil passou a ser percebida, sobretudo, como o terreno dos movimentos populares, esquecendo-se o peso histórico e social das organizações de base empresarial. (Fontes:2005, p. 225). No entanto, essa concepção de sociedade civil não impedia que esse espaço de fato se tornasse um ambiente de luta dos setores populares. Quando percebemos que, de 1983 para 1988, ocorreu um aumento de 500% no número de solicitações enviadas ao CERIS, concluímos que houve um crescimento muito significativo dos diversos tipos de organização popular. Após quatorze anos de regime autoritário, os trabalhadores buscaram formas alternativas de organizar seu movimento, de modo a criar um efetivo processo de mobilização de base. Dentre essas organizações, as mais importantes foram a formação de uma Central Sindical (CUT), o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem-Terra. Podemos acompanhar, na documentação do FAM, a atuação desses importantes movimentos sociais ao longo dos anos de 1980.

3.2. O Movimento Sindical nos anos de 1980

No que se refere ao movimento sindical, se a década de 1980 se iniciou com uma retração dos movimentos grevistas, estes voltaram a expandir-se entre 1983 e 84. O quadro de refluxo do movimento grevista marcou os três primeiros anos daquela década (1980/82). O ressurgimento do movimento grevista, a partir do ABC paulista, adquirira, no biênio 1978/79, uma dimensão decisiva. A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. (Antunes: 1995, p.12), que pode ser demonstrada através das mudanças nas reivindicações sindicais nesses anos iniciais de 1980.

A partir de 1983, abriu-se caminho para ações mais generalizantes que giravam em torno de uma organização mais efetiva do movimento sindical. Naquele mesmo ano, ocorreu a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), resultado das greves de 1978 no ABC paulista e da criação do Partido dos Trabalhadores em 1979. Essas entidades reuniam os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais.

Para fundar a Central reuniram-se os dirigentes sindicais que afirmavam “autênticos e o grupo das oposições sindicais. Entre estes dois pólos existiam diferenças, principalmente quanto ao grau de compromisso ou rejeição à estrutura sindical oficial. Porém prevaleceram as proximidades, ainda mais porque a CUT não unificou, em seu surgimento, o conjunto do movimento sindical. (Mattos: 2002, p.83).

A divergência na formação da CUT resultaria, posteriormente, na criação da Força Sindical, fundada na década de 1990, através do chamado *sindicalismo de resultados*. Essa nova central sindical tinha nas demandas imediatas a prioridade de sua atuação. Segundo Marcelo Badaró, a redemocratização do país, com a aprovação da Constituição em 1988 e as eleições presidenciais de 89, encerrou, de alguma forma, a “era” do novo sindicalismo brasileiro, e os anos 90 acabaram não sendo muito positivos em relação ao movimento sindical. (Mattos, 2002, p.84). Não podemos esquecer a importância político-ideológica que a queda do muro de Berlim teve na década de 1990, o que, no campo sindical brasileiro, foi nuançado pela proposta imediatista da Força Sindical, com reivindicações trabalhistas “pragmáticas”, com o apoio patronal.

Na documentação de 1988 (FAM-CERIS), ainda podemos perceber uma forte combatividade dos sindicatos, a das oposições sindicais. Muitos grupos solicitantes denunciavam, através das cartas enviadas ao FAM, a “pelegagem” dos companheiros e propunham discussões e reivindicações que iam além de demandas imediatas. Veremos, nas análises quantitativas e qualitativas, um panorama mais específico dessa atuação sindical.

3.3. O PT e os Movimentos Sociais

O PT manteve estreita relação com os sindicatos, tanto de cunho rural, quanto urbano. Apesar de sua importância para analisar as cartas de solicitação enviadas ao FAM nos anos de 1983 e 1988, não há referências explícitas ao Partido na documentação analisada. Podem-se identificar, nos documentos, grandes movimentos rurais e urbanos, que muito provavelmente foram influenciados pela atuação do PT. Esses grupos populares certamente estiveram na formação do Partido, através de vários tipos de grupos e organizações populares, como os setores progressistas da Igreja Católica, representados pelas CEBs e pelas pastorais, assim como organizações sindicais, ex-militantes de esquerda revolucionária, etc.

Mas a grande influência sobre o Partido foi o sindicalismo originado no ABC paulista. Desde 1978, já havia a discussão sobre a necessidade de um partido que conjugasse as reivindicações desse movimento sindicalista. No entanto, ao se criar o Partido, necessitou-se de uma estrutura que agregasse não só sindicalistas, mas também outros grupos sociais, de forma a transformar essa nova organização em um dos protagonistas da luta pela democratização do país, o que não ocorreu de forma rápida, mas teve um processo prolongado e complexo. Segundo Gelsom Rozentino, um dos elementos que poderiam contribuir para compreender esse processo seria a adoção da categoria “classe trabalhadora” ou “trabalhadores”, em vez da definição tradicional de “classe operária” (Almeida: 2000, p. 156). Essa abertura no perfil do Partido aglutinou inclusive parte da intelectualidade e pequena e média burguesia brasileira. Esse ambiente heterogêneo teve grande peso no surgimento do PT. Os primeiros anos de existência do Partido tiveram um papel fundamental na politização da sociedade civil de base popular, atuando como conexão entre os diversos movimentos populares, como base para a ampliação do teor e do escopo das lutas sociais. Todavia, “desde cedo, carregou tendências não apenas diferentes, mas em diversos terrenos abertamente contraditórias” (Fontes: 2006, p.221). Mesmo assim, não podemos desconsiderar o papel fundamental que o Partido dos Trabalhadores teve junto à classe trabalhadora brasileira, no processo de organização dos movimentos sociais da década de 1980.

3.4. O Movimento dos Sem-Terra e as Instituições Católicas

Entre os anos de 1983 e 1988, observam-se diversas mudanças na abrangência das solicitações encaminhadas ao CERIS. Uma forte mudança ocorreu nos números de solicitações enviadas das regiões Sul e Nordeste. Observando as permanências, percebemos um crescimento contínuo dos processos de solicitação de cunho rural, tanto no ano de 1983, quanto em 1988. Em 1983, tivemos 23 (do total de 106) processos de solicitação com objetivos rurais, que tiveram um índice de aprovação de 86%, com apenas 3 projetos negados. Em 1988 houve 220 solicitações (do total de 534) de processos rurais, com um percentual de apenas 30% de projetos aprovados. Ao olhar de forma qualitativa para esses projetos, percebemos um grande diálogo do CERIS com os trabalhadores rurais, seja através de apoio a comunidades agrícolas, na construção de estruturas que beneficiavam a produção, como cisternas, permitindo maior qualidade de

vida no meio rural; seja pelo apoio a grupos de trabalhadores rurais organizados, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Nessa documentação podemos visualizar o apoio que uma ala da Igreja Católica ofereceu aos trabalhadores agrícolas nesses anos. Nesse contexto de organização dos trabalhadores rurais, podemos verificar a atuação da Pastoral da Terra junto aos movimentos rurais, apoiando a resistência que esses grupos faziam à lógica, cada vez mais presente, de modernização agrícola, muito característica nos governos militares, durante os quais o meio rural passou a concentrar cada vez mais a propriedade da terra, com uma modernização tecnológica que beneficiava os grandes produtores, em detrimento da agricultura familiar e dos pequenos agricultores.

Com esse aumento da expropriação do pequeno agricultor, ocorreu um crescimento do êxodo rural nos anos 1970, mas parte desses trabalhadores, mesmo com a repressão às formas de organização camponesas pelo regime militar, continuou na luta pela terra, em todo o território nacional. Para Bernardo Mançano, um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento dessa luta foi a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (Fernandes: 2000, p.49). Junto a isso, não podemos esquecer também a influência e a convergência das Comunidades Eclesiais no apoio aos trabalhadores rurais. Como já foi dito, o CERIS esteve em consonância com esses setores da Igreja que se dedicaram a apoiar os movimentos populares no Brasil a partir de meados do século XX.

Por meio dessas entidades criadas, os trabalhadores rurais tiveram oportunidade de questionar a realidade cada vez pior no campo, começando assim a se organizar. A gênese do MST “aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado” (Fernandes: 2000, p.50). De 1979 a 1984, houve o processo de gestação do MST. A partir de 1979, ocorreram as primeiras experiências de ocupação de terra, realizadas na região Sul do país, ainda sob o regime militar. Mesmo com as intensas repressões aos acampamentos, parte da sociedade, principalmente os movimentos de luta pela redemocratização, apoiaram essas ocupações.

A CPT teve um papel fundamental na articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país, financiando os encontros entre trabalhadores sem-terra de diferentes Estados. Podemos verificar, através das solicitações enviadas ao CERIS, um importante espaço católico de

financiamento desses grupos de trabalhadores sem-terra, antes mesmo da fundação oficial do Movimento, em 1984, durante o primeiro encontro nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná.

Na documentação de 1983, encontramos alguns projetos de apoio à organização dos trabalhadores rurais da região sul. No entanto, é na documentação do ano de 1988, que podemos verificar um aumento muito significativo de solicitações vindas da região Sul, com 196 solicitações - em torno de 46% do total de projetos enviados. Muitos desses projetos são de formação sindical ou de apoio a assentamentos rurais. Ao analisarmos o ano de 1988, mostraremos os pormenores dessas solicitações, que permitiram o estabelecimento de um panorama muito significativo não só de apoio do CERIS a esses movimentos, mas também da dinâmica desses grupos através do relato do cotidiano nos assentamentos rurais.

Através do processo histórico de fundação do MST, podemos notar o caráter progressista que certos setores da Igreja Católica tiveram nesse momento. Um bom termômetro para essa atuação foi o financiamento, feito pela CPT e por instituições como o CERIS, de encontros promovidos, nos quais se constituiria o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Um exemplo importante foi o encontro regional promovido em 1982, quando a CPT favoreceu o encontro de trabalhadores rurais de vários lugares. Grupos aprofundavam a discussão sobre a organização do MST, preparando politicamente a realização do congresso nacional, que ocorreria dois anos depois, em julho de 1984. No Estado do Paraná, foi oficializada a organização do Movimento Sem-Terra. Na fundação do MST, houve um forte apoio da CPT e das CEBs, mas não só, também participaram representantes da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo. Essas participações expressavam a dimensão da luta pela terra que unia os grupos indigenistas, os camponeses e os operários (Fernandes: 2000, p.80). Pretendemos verificar, nas solicitações enviadas ao CERIS, o diálogo que a Instituição manteve com esse movimento, assim como pretendemos extrair relatos de ocupação nos assentamentos, a dinâmica de atuação e organização desses trabalhadores rurais na década de 1980.

3.5. O CERIS, Sociedade Civil e ONGs

Como afirmamos na introdução desta dissertação, qualificar o CERIS como uma Organização Não Governamental é um desafio. O conceito de Organização Não Governamental contém uma proposta que foge da nossa concepção do que seria uma entidade como o Centro de Estatística Religiosa. Entretanto, as entidades que se autodenominam ou que são denominadas “ONGs” apresentam um conjunto de características que precisam ser analisadas, para que, assim, possamos compreender a disputa pelo conceito de sociedade civil no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990, anos da transformação de diversos tipos de entidades associativas em Organizações Não Governamentais.

Trabalhamos com a perspectiva gramsciana de sociedade civil. Gramsci, ao tratar de Estado e sociedade civil, adota a postura de uma concepção dialética entre esses dois conceitos, pois parte da categoria de Estado ampliado, que seria a junção de sociedade política + sociedade civil. O autor considera Estado e sociedade civil como um nexo de unidade-distinção, onde tal unidade ocorre sob a hegemonia do Estado. Essa distinção é puramente metodológica, não orgânica.

Mesmo que Gramsci considere a sociedade civil como um conjunto de organizações “ditas privadas”, para ele tais aparelhos hegemônicos aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de “Estado ampliado”. Ao mesmo tempo, “Sociedade civil seria o conjunto de associações sindicais, políticas, culturais genericamente ditas ‘privadas’, para diferenciá-las do Estado. Mas, o marxismo dialético de Gramsci impede tal distinção nítida, orgânica”²⁴. Gramsci procura superar a visão reducionista e instrumental do Estado, mas, segundo Guido Liguori, ele pensa essa relação entre sociedade e Estado a partir do Estado.

Gramsci permite compreender que a sociedade civil não é feita de consenso e de triunfo da democracia e da cidadania²⁵, mas convive com severas lutas e com a coerção típica do Estado. O conceito de sociedade civil, em alguns autores brasileiros, aparece “referido, de modo quase exclusivo, às formas de organização popular, deixando em

²⁴ LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. RJ; Ed: UFRJ, 2007.

²⁵ COUTINHO, C. N. “A democracia como valor universal.” *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.9, março de 1979.

segundo plano as modalidades organizativas dos grupos dominantes”²⁶. Essa visão é bastante reivindicada também pelas Organizações Não Governamentais.

Gramsci redefiniu o conceito de Estado, bem como ampliou o conceito de política. “Ao separar sociedade e Estado, política e economia, sociedade e política, seja em que direção for, fica-se de fora da trilha do seu pensamento”²⁷. Numa divisão que poderíamos chamar de metodológica, Gramsci define que a sociedade política seria composta pelos órgãos das superestruturas encarregados da implementar a função de coerção e domínio, enquanto a sociedade civil seria definida enquanto o conjunto dos organismos que possibilitariam a direção intelectual e moral da sociedade, através do consenso em torno dos projetos de determinada classe. Cito:

“Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.”²⁸

Nessa concepção, a sociedade civil seria composta pelo conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, tanto entidades de cunho empresarial, organizadas pelas classes dominantes e em prol de seus projetos, quanto iniciativas organizativas de cunho popular, próprias das classes subalternas. É importante destacar que, nessa classificação, a noção de privado não se constitui enquanto oposição ao público, porém remete ao tema de adesão voluntária²⁹. Em outras palavras, a sociedade civil é o espaço da organização e síntese prática das vontades coletivas, articuladas de forma voluntária, as quais moldam e difundem uma determinada visão de mundo. É o âmago da ação política consciente, dirigida a obter objetivos precisos, pois, se pensarmos a partir de Gramsci, verificamos que a Igreja Católica é um clássico aparelho privado de

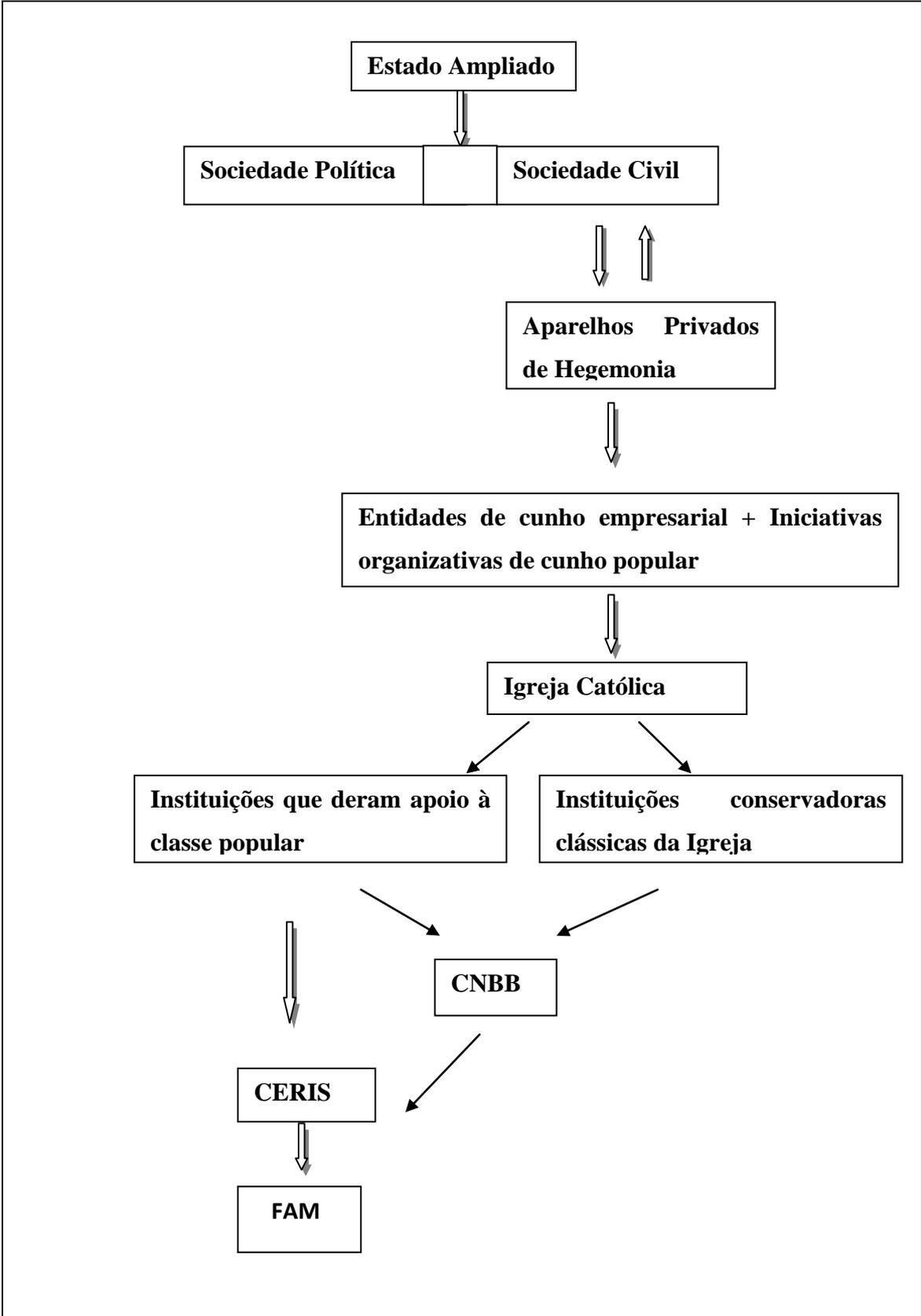
²⁶ FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil.” *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005, p.217-218.

²⁷ LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. RJ; Ed: UFRJ, 2007. p. 48.

²⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio, Civilização Brasileira, V. 2, 2001.p. 20-21.

²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e Sociedade*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro, LDH, 1998.

hegemonia, que busca o consenso da classe dominante já há bastante tempo. Se fossemos seguir uma rede de ligações, poderíamos definir o FAM a partir do seguinte caminho:



Ao iniciarmos a análise dessa documentação, pretendíamos, ao focar numa instituição católica, verificar a mediação que essa entidade realizava com as classes subalternas, supondo então um possível apassivamento dos movimentos sociais. Ao longo da pesquisa, percebemos um tipo de apoio popular que caminhou no sentido contrário. O CERIS dispunha-se a assegurar a autonomia política desses grupos sociais solicitantes e não realizava, ao menos de maneira direta, o apassivamento previsto. Derivou daí a necessidade de melhor classificar que tipo de Instituição seria o CERIS. Ao expormos no quadro acima uma possível definição, justificamos a simplificação da análise gramsciana para explicitar em que tipo de “nicho” se constituiu a atuação do FAM na década de 1980.

Como já foi dito, o CERIS foi criado pela CNBB na década de 1960, com o intuito de construir o Anuário Católico, ou seja, a Instituição tinha um objetivo inicial apenas estatístico. Não tivemos acesso à trajetória dessa entidade na década de 1970, de forma pormenorizada, mas, através da criação do Fundo de Apoio a Miniprojetos, é possível afirmar que, além do perfil estatístico inicial, o CERIS acumulou, ao longo dos anos, outras atividades, como o apoio dado aos grupos populares brasileiros através do repasse de financiamentos das agências de cooperação internacional católicas. Mesmo o CERIS tendo sido criado pela CNBB com um intuito específico, devemos atentar para o caráter progressista que essa instituição católica - CNBB - teve ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesse caminho, podemos perceber que Instituições como o CERIS estavam no grupo de entidades católicas que foram criadas para um determinado tipo de atuação, mas que posteriormente foram se transformando, assim como as CEBs, Pastorais, etc. O ambiente posterior ao Concílio do Vaticano II e ao Congresso de Medellín favorecia essa nova atuação de determinadas instituições católicas. Mesmo assim, não podemos definir essas solicitações somente analisando o Centro de Estatística, já que o corpo documental que foi analisado pertenceu ao Fundo de Apoio a Miniprojetos, setor interno do CERIS, criado em 1979, que, segundo relatos dos coordenadores, surgiu para atender às novas demandas populares da década de 1970. Esse setor pode ter sido um espaço popular de uma Instituição que já vinha transitando para um caráter mais progressista. Ainda assim, não podemos afirmar que havia sequer uma predominância progressista no FAM.

Ao analisar a documentação, encontramos relatórios dos coordenadores com pareceres individuais de vários projetos. Esses documentos mostram a existência de

divergências internas no grupo de coordenadores em relação à aprovação dos projetos. No período de análise proposto, verificamos uma atuação do FAM de apoio efetivo às organizações das classes subalternas. Mesmo a autodefinição de *instituição filantrópica* foge ao tipo de apoio e à relação dessa Instituição com os grupos solicitantes, pois vemos uma perspectiva de atuação que se pautou pelo respeito à autonomia dos setores populares. Não deixamos de atentar para a subordinação do CERIS à Igreja Católica, aparelho hegemônico tradicional da classe dominante. Ao mesmo tempo, é necessário entender o CERIS como um braço que escapava à dinâmica clássica de atuação conservadora da Igreja. Também não definiremos o caráter contra-hegemônico do FAM como permanente, pois somente com a análise dos anos posteriores é que poderemos afirmar que tipo de atuação junto às classes populares o Fundo manteve ao longo de duas décadas de atuação.

Nesse sentido, a Instituição pesquisada não será qualificada como uma ONG, já que o conceito de ONG pouco resolve o problema de definição que a maioria das entidades atuantes na década de 1980 teve. Mas, apesar de não usarmos tal definição, o CERIS participou do movimento de constituição, crescimento e mudança de muitas dessas instituições, que passaram a oficialmente se definir como Organizações Não Governamentais. Com o objetivo de localizar a participação do CERIS no movimento de constituição das ONGs, feito pelos diferentes tipos de entidades que anteriormente se autodenominavam filantrópicas, analisaremos o processo histórico de legalização e legitimação dessas Instituições em ONGs.

Nosso objetivo nessa pesquisa não é aprofundar a discussão sobre ONGs, pois o foco do trabalho é a atuação do Centro de Estatística, especialmente do Fundo de Apoio a Miniprojetos que, como foi dito acima, não é considerado como tal nesta dissertação. Porém, com o intuito de enriquecer essa análise, traremos um panorama inicial de constituição e definição dessas Organizações e da participação do CERIS nesse processo.

3.5.1.O que seria uma “ONG”?

Caracterizar uma Organização Não Governamental atualmente ainda é uma tarefa difícil, pois até hoje existe um processo de luta entre as Instituições que se reivindicam como “ONGs”, para caracterizar e delimitar o que seria uma Organização

Não Governamental. Ao iniciar a pesquisa desse corpo documental, definimos o CERIS como uma Organização Não Governamental. Com a necessidade de entender o que seria uma “ONG” e o que havia de pesquisa sobre esse tema, recorreremos à bibliografia especializada. Os primeiros lugares pesquisados foram: a biblioteca Central do Gragoatá, na UFF, e a de Ciências Sociais da UERJ³⁰. Ao utilizar o índice de obras por assunto, colocando a sigla ONG ou o nome Organização Não Governamental, não conseguimos encontrar nenhum livro ou revista sobre o assunto. Quando a entrada no catálogo era: Terceiro Setor, Filantropia e Movimento Social, foi possível encontrar uma bibliografia que tinha às vezes, no próprio título, o nome ONG. Passei então a procurar temas como Filantropia, Movimento Social, Associação, que poderiam trazer informações importantes sobre as principais características da Instituição. Essa descoberta serviu para causar mais dúvidas do que seria exatamente uma Organização Não Governamental e, principalmente, se o CERIS se enquadraria nessas definições. Nesse sentido, tornou-se cada vez mais necessário investigar o que seria exatamente a diferença entre uma ONG, por exemplo, e uma Associação Filantrópica.

Segundo Leilah Landim, não existe nenhum dispositivo jurídico que diferencie as “ONGs” de qualquer outra organização sem fins lucrativos, ou melhor, o termo ONG não aparece em classificações existentes nos textos legais, não existindo enquanto tal para efeitos de regulamentação jurídica. “Não é também reconhecida como tipo de entidade particular pela legislação do país, ou seja, quem quiser, portanto, saber o que é uma ONG através da lei, não chegará à grande coisa”. (Landim: 1993, pp.33-40). Mas isso não quer dizer, que essas Organizações que se definem como “ONGs” não venham tentando ter seu reconhecimento dado pelas instâncias oficiais

³⁰ Leilah Landim afirma ter procurado na Biblioteca Nacional, na fundação Getúlio Vargas, no IUPERJ, na faculdade de serviço Social da UERJ, na do PPGAS (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRJ e na do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social). A pesquisadora alega não ter encontrado, em 92, divisões temáticas, ou sequer obras soltas, com títulos que as recortassem pelo objeto “Organizações Não Governamentais”, ou “sem fins lucrativos”, ou “voluntárias”. Landim, Leilah. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutoramento, 1993, pp. 42-43. Atualmente é possível encontrar através da sigla ONG, referências bibliográficas na Biblioteca Nacional.

Para definirmos quais seriam as especificidades de uma Organização Não Governamental, usamos a perspectiva de Leilah Landim, que, através de uma extensa pesquisa de doutorado, procurou responder a essa difícil questão. Para ela, nos trabalhos acadêmicos sobre o tema, a expressão “ONG” é muito utilizada, mas sem maiores estudos e definições enquanto instituições particulares. É o caso do CERIS, pois seria mais fácil se apenas usássemos a expressão “ONG” para definir o Centro de Estatística, entretanto será que estaríamos trazendo, com o termo, a complexidade da atuação desse Centro? Mais que isso, poderíamos entender não só a Instituição como um todo, mas a especificidade do que foi o setor de Miniprojetos, criado pelo CERIS no fim da década de 1970?

O debate sobre o que seria uma ONG começa no Brasil, em meados da década de 1980 (18 anos após a criação do CERIS). Esses espaços de debate que foram sendo criados tinham, como uma de suas intenções, pensar numa definição mais exata do que deveria ser uma “ONG”. Suas principais definições de Organização Não Governamental pouco ajudaram a esclarecer o termo, mas certamente fundaram mitos com forte papel teórico liberal, que separava essas organizações do Estado, colocando-as no campo da sociedade civil, sem parar para pensar no entrelaçamento dessas duas instâncias societárias. Landim, em sua pesquisa sobre o universo das “ONGs”, faz um resumo do que seria uma Organização Não Governamental:

Genericamente: as “ONGs” brasileiras têm a ver com servir aos outros, não a si; mas não a quaisquer outros, ou de qualquer forma, e sim, existem a “serviço” de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimidas ou exploradas, ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social. São alternativa às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda. (...) dentro desses enfoques, não são entidades representativas, e ligam-se aos movimentos sociais sem se confundirem com eles. (Landim: 1993, pp. 49-51).

Podemos verificar, que dentre as características explicitadas, temos, como uma das principais funções de uma ONG, o “servir aos outros”, dando um caráter quase de redenção ao universo dessas entidades, tirando a real condição de espaço de geração de relações trabalhistas precarizadas e geração de propostas ideológicas que caminham no campo do voluntarismo e da caridade, circunstâncias que podem gerar um consenso de alienação da relação social de produção do capital. Considera-se também que uma ONG deve ser uma “alternativa às práticas institucionais características à Igreja”. Tal definição vai contra a prática majoritária do CERIS por muitos anos: a construção do

Anuário Católico, que nunca deixou de ser produzido pela instituição. Entretanto, ao qualificarmos o CERIS apenas como um Centro de Estatística Religiosa, estaremos subestimando a atuação desse Centro junto aos movimentos populares. Podemos comprovar o alcance desta Instituição, através da riqueza de atuação apenas de uma parcela do que seria a prática dela – o Fundo de Apoio a Miniprojetos.

Muitas das instituições filantrópicas, que hoje são consideradas “ONGs”, foram subordinadas à Igreja nas décadas anteriores a 1980. Porém essas entidades passaram, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a se autointitular *instituições laicas*, ainda que continuassem vinculadas à Igreja Católica. Essas entidades a princípio religiosas ou fortemente ligadas à Igreja foram aumentando sua atuação e se desenvolvendo nos âmbitos de discussão e organização das ONGs, ampliando sua autonomia em relação ao espaço eclesial, com um discurso quase evolutivo sobre essa emancipação.

Estas entidades que caminhavam para uma autodefinição de “ONG” se entendiam como seculares e autônomas, mas autonomia de quem? Já que saíam da subordinação da lógica de instituições religiosas para a de subfinanciadores, estabelecendo critérios que fossem favoráveis aos interesses das agências de financiamento internacional, como *Banco Mundial*, *Bird*, Fundação *FORD*, etc. Essas “ONGs” acabaram transformando, muitas vezes, miséria em mercado, na corrida pela captação de recursos.

Podemos identificar certas divergências na trajetória do CERIS em relação a essas entidades que se constituíram em “ONGs”: o CERIS desde 2007 teve seus trabalhos suspensos, e atualmente sua única função voltou a ser o motivo de sua criação: a produção do Anuário Católico, ou seja, apesar das mudanças internas na Instituição, para se adaptar à nova realidade das “ONGs”, ela não deixou de estar subordinada à Igreja Católica, voltando inclusive à função estritamente estatística, de construir o Anuário Católico. A partir desse caminho de reconhecimento do termo ONG e sua relação com o conceito de sociedade civil, não é possível identificarmos o CERIS, nem mesmo o FAM, como uma Organização Não Governamental, não apenas porque ele esteve mais ou menos ligado aos critérios de definição de uma Organização Não Governamental, mas simplesmente porque o conceito de “ONG” não é suficiente para entender a dinâmica de atuação dessas entidades que atuaram no Brasil nos anos de 1980.

3.5.2. O desenvolvimento do FAM-CERIS junto aos processos de solicitação

Acompanhando a trajetória do Fundo de Apoio a Miniprojetos, podemos verificar parte do crescimento da Instituição católica. A Tabela (Tabela 15) abaixo corresponde ao total de documentos por ano e total de processos de solicitação enviados ao FAM-CERIS em cada ano. Esse número de solicitação anual foi feito a partir da contagem do CERIS na primeira página de identificação dos processos de solicitação que foram escaneados nos CDs.

Tabela 15 – Total de documentos e total de processos de solicitação por ano

Ano	Total de documentos por ano	Total de projetos por ano
1983	6363	106
1984	5154	222
1985	Não foi identificado	213
1986	Não foi identificado	
1987	Não foi identificado	
1988	8981	537
1989	7668	451
1990	6938	390
1991	7432	394
1992	6183	276
1993	8725	381
1994	7980	454
1995	8922	424
1996	6288	406
1997	Não foi identificado	Não foi identificado

1998	5265	48*
1999	4522	70*
2000		50*
2001		99
2002		3

* Informações retiradas do CD com a documentação escaneada, especificamente da numeração das primeiras páginas dos processos de solicitação

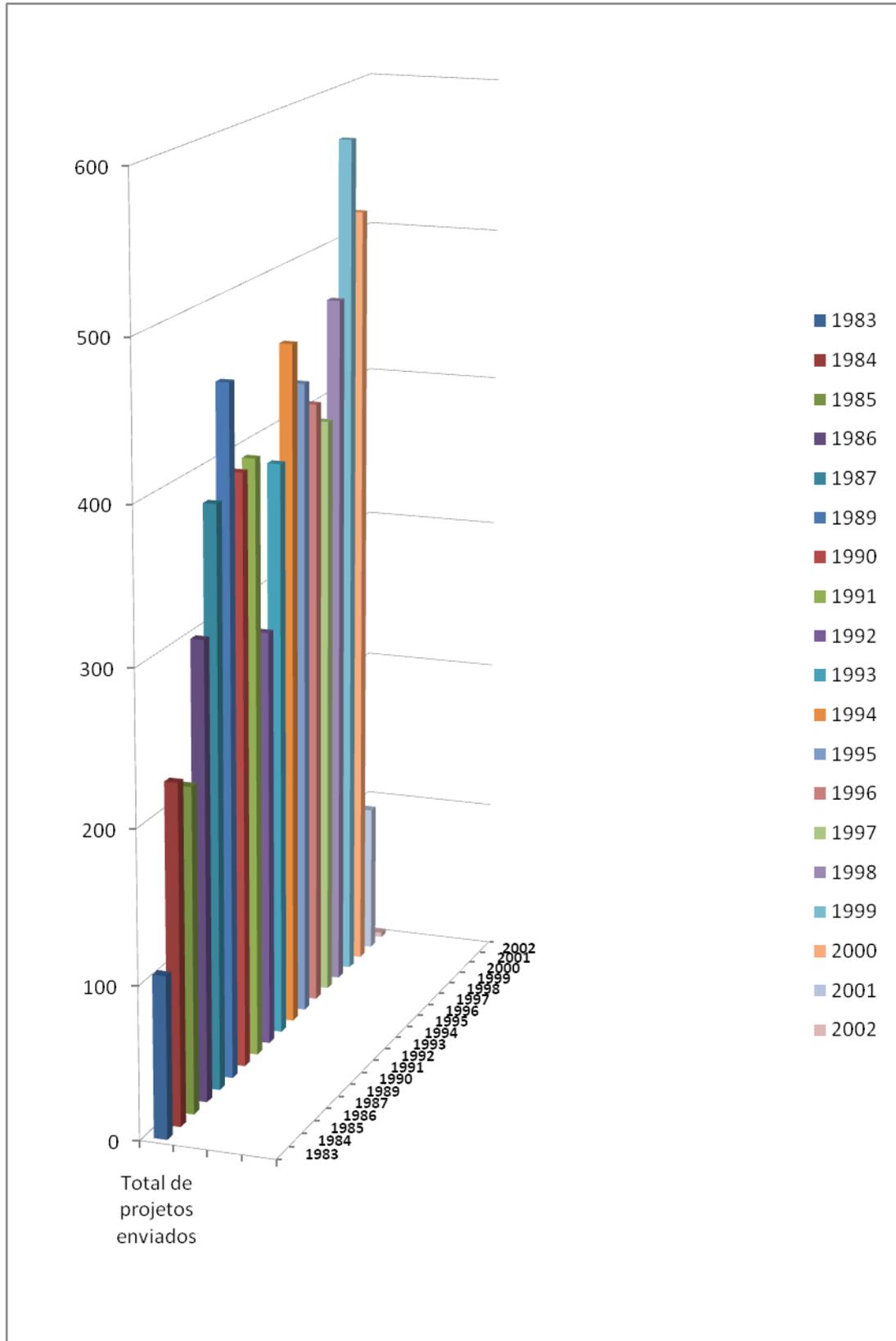
Através dessa amostragem anual de solicitações ao FAM, podemos perceber uma razoável capilaridade nos movimentos sociais no Brasil. Pelos números, percebemos um aumento expressivo da quantidade de solicitações enviadas ao CERIS nas décadas de 1980 e 1990. O número de aprovações também cresce. Nas solicitações de 1983 para 1988, houve um aumento de 230%, ou seja, de 61 projetos aprovados em 1983, o CERIS aumentou para 140 o número de aprovados. Em relação ao número de solicitações de 1983 para 1988, ocorreu um aumento de mais de 500%, com 106 projetos no ano de 1983 e 537 em 1988. Essa estatística nos mostra que, nos anos 1980, a Instituição um teve aumento de solicitações que continuou até o fim da década de 1990. A partir de 2000, podemos visualizar uma queda muito considerável, chegando a 3 projetos em 2002. As informações sobre os anos de 1998, 1999 e 2000 não correspondem à análise dos documentos a princípio. Essa informação foi retirada do relatório do FAM, mas, quando pesquisamos a documentação detalhada nos CDs, o número de solicitações era bem menor. Ou existe um erro nas informações, ou os CDs disponíveis não estão completos, ou, ainda, não ocorreu a preservação digitalizada da documentação referente aos processos de solicitação desses anos. Abaixo segue a análise do CERIS e a análise desta pesquisa sobre o número de projetos verificados através dos CDs. Essa informação nos traz dúvidas sobre o real número de solicitações enviadas a cada ano. No entanto, continuaremos seguindo a análise conforme o que foi disposto nos CDs.

Tabela 16- comparação do total de solicitações segundo o CERIS e segundo os CDs disponíveis

Ano	Qtd de solicitações segundo o relatório do CERIS	Qtd de solicitações segundo os CDs disponíveis
1998	466*	48
1999	568*	70
2000	517*	50

*Informações retiradas do CD de apresentação do CERIS sobre o FAM

Gráfico 2 - Total de projetos enviados ao FAM-CERIS (1983-2002) , segundo as informações contidas nos CDs com a documentação.



Através desse número crescente de demandas populares, podemos perceber o florescimento na atuação do CERIS junto aos grupos populares. Por mais que a Instituição estivesse ainda ligada à Igreja, realizando inclusive trabalhos estatísticos, havia também uma aproximação de movimentos sociais combativos, como o MST, CUT, PT, entre outros. Esse tipo de apoio mostra a contradição que essa Instituição ligada à Igreja Católica teve nesse período. Ao mesmo tempo em que apoiava diversos projetos ligados às paróquias locais, apoiava, ainda no período ditatorial, movimentos sociais classistas e não ligados diretamente à Igreja, característica muito forte também das entidades que na década de 80 passavam a se autodenominar ou serem denominadas de ONGs, mas que, diferentemente do CERIS, caminhavam para uma atuação e um discurso de autonomia setorial, afastando-se de uma reflexão/organização do tipo classista

O CERIS atuou, muitas vezes, longe dos olhares da alta hierarquia, ligando-se aos setores vindos da Teologia da Libertação e aos movimentos leigos da Igreja. Não obstante, a partir do fim da década de 1990, podemos verificar que esse apoio popular foi diminuindo drasticamente. Os caminhos que explicam essa diminuição no apoio de base podem vir da própria mudança nos movimentos populares brasileiros, que vão perdendo a sua vivacidade, sendo mediados e perdendo sua autonomia política. Mas sabemos que, já na década de 1980, os setores progressistas da Igreja Católica sofreram cada vez mais repressão institucional da hierarquia, a começar pela condenação de Frei Beto em 1985 por Roma. Mainwaring resume as modificações na atuação da hierarquia católica:

A partir de 1976, a Igreja brasileira era provavelmente a mais progressista do mundo. Continuou a se desenvolver numa direção progressista durante os seis anos que se seguiram. Entretanto, por volta de 1982, as pressões conservadoras contra a Igreja aumentaram e ela começou a se movimentar num ritmo mais cauteloso e se tornou um agente político de menor importância. (Mainwaring: 2004, p.265).

Não sabemos se o CERIS atuava com o total conhecimento da hierarquia de suas práticas, mas, em certa medida, essa atuação progressista era provavelmente permitida. O contexto de repressão ditatorial, a Guerra Fria, a Revolução Cubana, etc. colocaram para a Igreja a necessidade de se aproximar das classes populares e disputar, por exemplo, com as idéias socialistas uma visão de mundo junto às classes populares. Tal “permissão”, vinda da alta hierarquia na atuação de certas instituições junto às classes

populares e suas demandas, resultou numa atuação que foi além de uma relação caritativa. Muitos eclesiásticos compreenderam que o problema social não se resolvia com a caridade católica tão estimulada por tanto tempo, passando a questionar a lógica da acumulação capitalista e suas consequências na miséria das classes subalternas. Nesse contexto, instituições como o CERIS tiveram uma atuação bastante progressista, assegurando apoio a movimentos que tinham inclusive propostas que iam além das lutas imediatas, como MST, CUT e PT.

Analisando a trajetória do CERIS, podemos observar que a Instituição acabou perdendo o seu vigor no apoio às classes populares, até a sua suspensão em 2007. Na declaração do coordenador Isaias Bezerra, o CERIS passou a não mais interessar às agências de cooperação internacional no papel de mediador entre essas agências e os grupos populares brasileiros. Será que, de alguma forma, essa atuação da Instituição passou a incomodar a hierarquia católica e, conseqüentemente, essas agências de cooperação internacional, que quase na sua totalidade são instituições católicas? É difícil responder a tais perguntas, precisamos de mais material sobre o CERIS para chegar a conclusões mais precisas. No entanto, através da diminuição das solicitações, a mudança no caráter de atuação do CERIS junto aos solicitadores, principalmente nos documentos do fim da década de 1990, e do posterior fechamento do Centro de Estatística, em 2007, podemos afirmar que, de alguma forma, esse tipo de atuação mais progressista em determinado momento não interessou mais à ala majoritária da Igreja Católica.

Até agora encontramos nos documentos do CERIS uma autodefinição da Instituição como: “Sociedade civil sem fins lucrativos” ligada à Igreja Católica³¹. Ao mesmo tempo em que podemos ver essa dificuldade na caracterização da Instituição como uma ONG, na tese de doutoramento de Leilah Landim, a pesquisadora fornece

³¹ Temos um documento do CERIS, do ano de 2000, que se refere a uma apresentação em *Power Point*, produzido pela instituição para fazer análise de um projeto. Nessa apresentação, a Instituição se define da forma que ressaltamos acima: “Sociedade Civil sem fins lucrativos” (no primeiro slide); e “Realização de pesquisas sociais e religiosas, coleta de informações qualitativas e quantitativas sobre a realidade do país e da Igreja Católica. Análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, assessorias, financiamento e apoio a pequenas iniciativas”(no segundo slide). Ver anexo 2. .

uma lista de ONGs que foram pautadas nas declarações da ABONG e PNUD. Nessa lista podemos perceber que a classificação do CERIS como uma Organização Não Governamental veio da lista do PNUD e não da ABONG. Se formos ao site da ABONG, podemos confirmar essa informação, quando não encontramos o CERIS como entidade cadastrada. No entanto, ao colocarmos CERIS como busca no site da Instituição, tivemos acesso a um artigo da ABONG identificando o CERIS como ONG:

O Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – Ceris é uma organização não-governamental dedicada à pesquisa sociológica e a ações sociais, com sede no Rio de Janeiro e presença nacional. Atua junto à sociedade civil, desde sua fundação, em 1962, elaborando pesquisas e apoiando iniciativas comunitárias, em todas as regiões do país³²

Diante de tantas ambiguidades na definição do Centro de Estatística como uma “ONG”, torna-se necessário localizar o CERIS no processo de constituição dessas entidades, pois, como o Centro de Estatística foi criado em 1962 e a definição de “ONG” é característica da década de 1980, podemos verificar que uma mesma organização pode identificar-se como “movimento” em um contexto, e como “ONG” em outro. Leilah Landim, num seminário produzido pela ABONG em 2001, ao discutir sobre a identidade das “ONGs” no Brasil, fala dos diferentes tipos de relação e tensão que essas entidades que vieram a se constituir como “ONGs” na década de 1980 tiveram, por exemplo, com a Igreja:

Pode-se constatar que, nas discussões sobre identidades e papéis das ONGs, estiveram presentes sucessivamente e coexistindo, ao longo das conjunturas, suas relações tensas entre distinção e semelhança, alternativa e suposição, dependência e autonomia, colaboração e conflito, com relação às organizações filantrópicas, à Igreja, aos movimentos e organizações populares representativas, aos sindicatos, partidos, universidade, Estado. (Landim: 2002, p.22).

Nesse cenário que obtivemos - de contradições e variações na atuação dessas organizações - podemos incluir o CERIS. Faz-se necessário identificarmos o início desse processo de constituição de entidades filantrópicas, centros de promoção social e movimentos sociais em “ONGs”. Isso certamente não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer da década de 1980, pela necessidade de institucionalização e reconhecimento dessas organizações.

³² Nome do artigo: *O CERIS e a Tecnologia Social*. www.abong.org.br, consultado no dia: 15/07/2010.

Até o final dos anos 1970, não havia, nas entidades associativas que se tornaram ONGs nas décadas de 1980 e 1990, uma representação de pertencimento a um universo institucional particular. Eram, na sua quase totalidade, instituições de forte relação com as igrejas, especialmente a Igreja Católica. Só no início da década de 1980 é que passaria a haver articulações e encontros que começaram a discutir “definições possíveis” para essas entidades que atuavam desde a década de 1970 (algumas antes de 70). Em 1986, houve o Encontro de Centros de Promoção Social, no Rio de Janeiro, que discutiu pela primeira vez a adoção do termo “ONG”. (Landim: 2002, p.27). Junto a isso, ocorreu o encontro internacional entre “ONGs” e agências das Nações Unidas em 1991(PNUD); e, finalmente, a fundação da ABONG, em 1991, que até hoje se reivindica como a Associação das “ONGs” no Brasil. De fato, não existe nenhuma outra associação que tenha conseguido competir com ela em relação à aglutinação e filiação de “ONGs”. No entanto, não podemos afirmar, como ela faz, que congrega o conjunto das “ONGs” brasileiras. Leilah Landim, em sua pesquisa, usou a ABONG e o PNUD para caracterizar 423 entidades como Organizações Não Governamentais até o ano de 1993.

Nesse conjunto de encontros e Congressos, foi realizada, no Rio de Janeiro, a conhecida ECO-92, em que as chamadas “ONGs” montaram uma grande reunião internacional paralela, chamada de Fórum Brasileiro de ONGs, que foi uma espécie de congresso preparatório para a Conferência da Sociedade Civil Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reafirmando sua importância e sua especificidade junto aos grupos populares brasileiros. Segundo Leilah Landim, os dois primeiros eventos (PNUD e a criação da ABONG) “foram espaços de consenso e homogeneidade”. Já o segundo, o chamado “Forum Global”, “foi lugar da pluralidade”. (Landim:1993, p.27).

Esse histórico de formação e definição do termo “ONG” foi uma tentativa dessas entidades associativas de trazerem legitimidade na sua atuação. Essas entidades, que passavam a se denominar se identificavam como sociedade civil. O problema era que o conceito de sociedade civil esteve ligado pela maioria dessas entidades a um significado redentor, de luta pela democracia e autonomia em relação ao Estado e ao mercado. Nesta dissertação trabalhamos com a perspectiva gramsciana de sociedade civil, que identifica as contradições desse conceito autônomo reivindicado por muitas instituições na década de 1980.

3.6. Análise das solicitações do ano de 1988

Seguindo o caminho da análise feita com as documentações do ano de 1983, pretendemos analisar as solicitações em 1988. No entanto, temos o desafio de expor uma análise de 534 projetos, ou seja, 500% a mais de processos de solicitação que o ano de 1983. Alimentar o banco de dados com essa quantidade documental exigiu um trabalho árduo de leitura dos documentos, não só pela quantidade, mas também pela qualidade das solicitações de 1988, que são ainda mais ricas que as do ano de 1983. Há diferenças significativas de um ano para o outro, tanto no campo temático, quanto no regional, que dão um panorama cada vez mais complexo da atuação do CERIS e também dos grupos solicitadores de várias regiões do país. Procuramos analisar as solicitações de 1988, pretendendo comparar com a análise documental do ano de 1983, para percebermos as mudanças na atuação desses grupos populares e no diálogo do CERIS com esses trabalhadores.

O percentual de aprovação dos projetos em 1988 teve pouca expressão, se comparado a 1983. O índice de aprovação do ano de 1983 foi de mais de 50% de aprovação (57%). Dos 534 processos de solicitação em 1988, apenas 140 foram aprovados, ou seja, em torno de 28%. Mas, como já observamos, o número de solicitações cresceu muito nos cinco anos de atuação do FAM. Esses números mostram não só o aumento da atuação do FAM, mas também a capilaridade que os grupos populares passam a ter na década de 1980. Identificamos diversos movimentos, como o MST, CUT e PT, nos processos de solicitação de 1988. Pretendemos focar no panorama quantitativo, para que possamos dimensionar os grupos populares e sua abrangência regional e temática no ano pesquisado.

Diante do total de solicitações, é necessário também analisarmos os percentuais de aprovação, pois estes trazem o apoio que de fato foi realizado pelo FAM, já que, com a não aprovação de um projeto, não temos nenhuma garantia de que o grupo solicitante sequer tenha continuado a funcionar. Essa é uma dificuldade que o próprio CERIS teve com os grupos que receberam apoio financeiro. Após o envio do auxílio, o CERIS passou a pedir, meses depois (ou até um ano depois), um relatório com as atividades desenvolvidas pelo grupo. Esse relatório já era solicitado em 1983, mas não abrangia a totalidade dos processos. Nas solicitações de 1988, mesmo com uma quantidade muito maior de pedidos, para quase todos os projetos aprovados, foram enviados os

questionários, para que fossem respondidos pelo grupo apoiado. Encontra-se abaixo a lista de perguntas feitas pelo FAM:

- 1) *A atividade prevista no miniprojeto que vocês enviaram, e nós aprovamos, em que situação ela se encontra hoje? Se continua falem um pouco sobre como ela se realiza? Se não continua, digam quais as razões que levaram à sua suspensão.*
- 2) *As nossas cartas ajudaram o grupo a pensar sobre sua prática? Se ajudou, falem um pouco sobre o tipo de reflexão que foi feita. Se não ajudou, digam o que vocês pensam sobre elas e possíveis sugestões de como devemos agir.*
- 3) *Ao realizar o miniprojeto vocês conseguiram maior aproximação entre vocês e com outros grupos da região? Se conseguiram, como isto ocorreu?*
- 4) *O que o grupo está pensando em fazer daqui para frente? Quais os planos que vocês têm para o futuro?*³³

Ao ler esse questionário, percebemos a tentativa da Instituição em proporcionar algum tipo de autonomia ao grupo solicitador. No ano de 1983, aparentemente houve poucos questionários respondidos. Nos projetos do ano de 1988, percebemos um número maior de respostas. Não quantificamos essas respostas no banco, pois as cartas-questionários surgiram na documentação a partir do meio do ano de 1983, por isso, não consideramos a princípio um critério importante para ser contabilizado no banco de dados. Ao terminar a análise dos anos de 1983 e 1988, ficou clara a importância desses questionários, no que se refere à continuação das atividades dos grupos apoiados pelo FAM. As respostas eram feitas, em geral, através de um texto corrido, onde o grupo apoiado pretendia responder às perguntas do questionário elaborado pelo CERIS.

Com base nas instruções que recebemos, estamos enviando a esta entidade a prestação de conta do mini-projeto renovação sindical, onde esta equipe decidiu apoiar a nossa solicitação. Gostaríamos de ressaltar que a verba liberada foi destinada a um ano, conforme descrito no pedido, devido a desvalorização do cruzado, deste modo, concluímos em 09 meses.

(...)

Metas alcançadas:

Fortalecemos mais o trabalho de base, deu-se mais prioridade as áreas de assalariados, por estas estarem em piores condições econômicas, a assessoria jurídica, que presta serviço ao sindicato deu acompanhamento aos cursos de

³³ Este documento é de número 6181, do ano de 1984, projeto ainda não incluído no banco de dados. A solicitação foi enviada em 13/02/83 e a carta-questionário foi enviada pelo CERIS ao grupo em 20/03/1985, ou seja, mais de dois anos após o envio do processo de solicitação.

aprimoramento dos direitos trabalhistas, sendo só possível atender 40% por cento dos nossos objetivos, é de costume em nossa região quando um empregado de cana açúcar é dispensado do trabalho, e este procure o sindicato para reclamar os seus direitos, e quando este tornar-se impossível a conciliação, acionamos judicialmente a empresa e este quando não faz a indenização em dinheiro faz em terra de acordo com a compensação da dívida, de modo que entramos com 200 ações trabalhista na junta de conciliação e julgamento de Guarabira, desse total 102 processos conciliados, 40 processos os pagamentos foram feitos em terra devido as empresas não pagarem em dinheiro, a justiça obriga as indenizações serem revertidas em terra, sendo 40 famílias assentadas em gleba de 10 hectares cada, isto de janeiro a abril de 1989, restando 62 que foram indenizados em dinheiro totalizando 156.000,00, com o dinheiro recebido cada um dos indenizados procurou melhorar sua vida, como pôde, comprando sítio para plantar³⁴.

Diante das atividades relatadas, é possível perceber que nem sempre os objetivos iniciais do projeto aprovado eram executados. Os motivos são diversos: um deles é a realidade posterior diferente do que foi previsto, como, por exemplo, o aumento do custo de materiais, que, num período de inflação como ocorreu em 1988, poderia ser bastante comum.

O questionário serviu para a instituição controlar o apoio concedido aos grupos populares, fornecendo às agências financiadoras uma justificativa do dinheiro investido nesses projetos. Com isso, provavelmente o CERIS pode ter conseguido mais credibilidade e, conseqüentemente, mais financiamentos. Não só isso, como o Centro de Estatística pôde, através dessas cartas-respostas, identificar o tipo de projeto que mais teria condições de ser executado satisfatoriamente, criando, assim, novos critérios de aprovação para os projetos posteriores. Para a continuação desta pesquisa, pretendemos posteriormente incluir uma análise desses questionários, como também das cartas dos grupos que relataram a execução dos projetos. Com isso, teremos capacidade de definir informações mais relevantes sobre a atuação do CERIS e dos grupos que eram apoiados pela Instituição, identificando melhor o desenvolvimento dos projetos que foram aprovados.

3.7. Análise quantitativa dos processos de solicitação de 1988

A partir das tabelas elaboradas no banco de dados, podemos visualizar a documentação de 1988 de uma forma pormenorizada. Houve em 1988 o total de 8.985

³⁴ Documento de número 4125-4126. Projeto 255, do ano de 1988.

documentos analisados, que somaram 534 processos de solicitação. Desses 534 processos, 140 foram aprovados, e 355 foram negados, além disso, 39 solicitações foram canceladas. Faremos uma análise quantitativa tanto das solicitações aprovadas, quanto das negadas. No entanto, haverá sempre uma separação de análise entre projetos aprovados e negados, pois o interesse nas solicitações negadas foi o de verificar o critério de aprovação do CERIS. O nosso maior interesse está nos projetos aprovados, pois eles nos mostram a atuação do CERIS junto aos grupos populares. Todavia não podemos negar que, mesmo quando um processo de solicitação é negado, é possível ainda assim identificar a atuação dos grupos solicitantes, já que o material enviado antes mesmo da aprovação da solicitação é de imensa riqueza analítica.

A análise das solicitações foi feita a partir de uma classificação temática, ou seja, fizemos uma classificação das solicitações enviadas e dos projetos aprovados por região, Estado e objetivo dos grupos solicitantes. Traremos, também, o resultado quantitativo dos mediadores, ou seja, da relação de mediação que os grupos mantinham com determinadas organizações, principalmente a Igreja Católica através de suas paróquias. Quantificaremos também o número de cartas escritas a mão, dos valores aprovados, entre outros, para que assim possamos partir para uma análise qualitativa mais específica. Como fizemos com a análise das solicitações de 1983, na documentação de 88, não pretendemos esgotar nem mesmo a análise quantitativa desse corpo documental. A riqueza dessa documentação nos dá a possibilidade e a necessidade de continuarmos pesquisando esses documentos, trazendo cada vez mais um panorama de maior qualidade dos vários tipos de grupos populares espalhados pelas diversas regiões brasileiras os quais enviavam solicitações ao FAM. Nesta dissertação, focamos na análise quantitativa. No entanto, finalizamos com uma análise qualitativa, sinalizando as possibilidades de pesquisa que essas solicitações enviadas à Instituição podem trazer ao conhecimento desses diferentes tipos de grupos populares brasileiros.

3.7.1 Solicitações classificadas por Região

Nos processos de solicitação de 1988, a região com maior demanda foi o Sul, com 39% (196 processos) do total de 534 solicitações enviadas ao CERIS em 1988. No entanto, apenas 46 projetos foram aprovados, ou seja, somente 9,2% do total de solicitações. Esse percentual de aprovação das solicitações em 1988 se manteve nas

outras regiões. Não houve, em nenhuma região, um percentual muito significativo de aprovação (Ver tabela 16). É difícil explicar um percentual tão baixo de aprovação. A impressão que passa é que o CERIS passou a ter critérios de aprovação mais rígidos, devido ao aumento do número de solicitações enviadas a cada ano. Como vimos, o número de projetos aprovados aumentou em relação a 1983, mas não de forma proporcional, já que, se a Instituição mantivesse o percentual de aprovação, deveria ter aprovado uma média de 280 projetos e não 140, para que assim mantivesse o percentual de 57% ocorrido em 1983.

Tabela 17 - Total de solicitações enviadas por região em 1983

Regiões	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Total de solicitações	9	33	10	52	2	= 106
Percentual	9,6%	31%	9,6%	50%	1,8%	= 100%

Tabela 18 - Total de solicitações enviadas por região em 1988

Regiões	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Total de solicitações	46	79	196	145	34	= 500
Percentual	9,2%	15%	39%	29%	6,8%	= 100%

Ocorreu também uma diminuição das demandas vindas do Sudeste em 1988 (15% do total de solicitações), em relação a 1983 (31%). O Nordeste teve uma queda acentuada no percentual dos processos de solicitação: 1983=50% / 1988=29%. As regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram uma média percentual de solicitação parecida nos dois anos pesquisados. No Norte tivemos 9,6% do total de solicitações em 83, e 9,2% em 88. No Centro-Oeste houve um ligeiro crescimento, com 1,8% em 83 e 6,8% em 88.

Podemos perceber que a região Sul teve um crescimento muito significativo nas solicitações, mas o índice de aprovação foi bem baixo (ver tabela 19). A região que teve

o percentual mais alto de aprovação foi a região Sudeste, com 27 projetos aprovados, do total de 79 solicitações, que correspondem a 34 % de aprovação. Apesar de esse ter sido o maior índice de aprovação por região em 1988, ele manteve a mesma média percentual de aprovação do Sudeste em 1983, com 30%. Nas solicitações do ano de 1983, a região Sudeste teve o menor percentual de aprovação (Ver tabela 2, capítulo 2). Fica claro que, apesar do número de projetos aprovados ser bem maior nas solicitações de 1988 (1983=64 projetos aprovados/ 1988=142 projetos aprovados), quando verificamos os percentuais, identificamos uma queda significativa (percentual de aprovação em 83=57%/ percentual de aprovação em 88=27%).

Tabela 19 – Percentual de projetos aprovados e negados por região em 1988

	Regiões	Norte	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Total
	Projetos Aprovados	18	27	46	44	7	
	Projetos Negados	27	52	150	97	27	
	Total	46	79	196	145	34	
Percentual referente ao total de solicitações por região	Aprovados	41%	34%	23,5%	30%	20%	
	Negados	59%	66%	76,5%	69,5%	80%	
Percentual em relação ao total de projetos enviados ao CERIS no ano de 1983	Aprovados	3,4%	5%	9,2%	9%	1,4%	8%
	Negados	5,6%	10%	30%	20%	5,4%	2%

O maior percentual de solicitações negadas em 1988 vem da região Centro-Oeste, com 80% de solicitações negadas. Em segundo lugar vem a região Sul, com 76,5%, depois a Nordeste, com 69%, e a Sudeste, com 66%. Por último vem a região Norte, com 59% de solicitações negadas. Para entendermos melhor os critérios de

seleção do FAM para aprovar ou não determinado projeto, é necessário examinarmos os tipos de projetos que mais foram aprovados, cruzando-os com o aspecto regional. Assim podemos entender qual foi o tipo de projeto que o CERIS mais apoiou no ano de 1988. A partir desse critério analítico, poderemos comparar se houve uma permanência mínima nos critérios de aprovação, que serão analisados com mais riqueza nas avaliações qualitativas.

3.7.2. Processos de solicitação por objetivos de atuação

Como já observamos anteriormente, as solicitações de 1988 trazem uma imensidão de possibilidades de análise, não só pelo aumento quantitativo que o ano teve em relação a 1983, mas também pelos novos grupos que apareceram nessa documentação. Com o preenchimento do banco de dados, percebemos a necessidade da criação de novos tópicos de classificação, pois a riqueza da documentação não seria explorada suficientemente com as perguntas anteriormente formuladas. No entanto, para mantermos uma análise padrão, que permitisse comparar a atuação do FAM junto aos grupos populares, as perguntas do banco de dados foram mantidas. Com o intuito de manter a comparação entre os dois anos de solicitação e, ao mesmo tempo, ressaltar as especificidades de cada ano de documentação, incluímos o tópico: observações, sobre as especificidades de cada ano documental.

Como dissemos, foi mantido o mesmo padrão de resposta para o tópico Objetivos, com a classificação das solicitações em: Associação, Trabalho Rural, Trabalho Urbano, Congresso e Educação. Tivemos uma dificuldade maior em classificar processos de solicitação de Associação e Trabalho Rural e o cruzamento também entre Associação e Trabalho Urbano, pois pudemos visualizar uma forte organização dos grupos rurais e urbanos em 1988, dificultando classificá-los em Associação ou Trabalho Urbano e Associação ou Trabalho Rural, já que a maioria dos grupos urbanos e rurais, de alguma forma, estava em processo de organização ou de manutenção de suas associações e sindicatos, ou seja, um grupo de trabalhadores rurais que pretende criar uma associação deve ser classificado como Associação ou como Trabalho Rural? Se o classificarmos como Associação, perdemos a dinâmica da luta rural, caso decidamos analisar o tópico Trabalho Rural. Do mesmo modo, quando classificamos uma associação de metalúrgicos como Trabalho Urbano, perdemos a

dimensão organizativa desse grupo. Em função dessa dificuldade de classificação, criamos a partir do tópico Observações, os chamados subtópicos, que pretendem classificar melhor cada grupo de trabalhadores solicitantes. No entanto, se o critério foi analisar, por exemplo, o Novo Sindicalismo, é necessário verificar tanto o tópico Trabalho Urbano, quanto o Associação.

Ao classificarmos os processos de solicitação por Objetivos, verificamos uma abrangência muito forte no meio rural, com muitos sindicatos rurais se organizando. Por isso, os tópicos com maior percentual de solicitação em 1988 foram Trabalho Rural (44% do total de solicitações) e Associação (com 34%). Em terceiro lugar, tivemos os processos classificados como Trabalho Urbano, com 13% do total de solicitações (ver tabela 20). Educação e Congresso tiveram uma ínfima expressão, com 3% e 1,4% do total de solicitações, respectivamente.

Tabela 20- Percentual de solicitações aprovadas e negadas por objetivo em 1988

	Objetivo	Associação	Trab. Rural	Trab. Urbano	Educação	Congresso
	Total de processos de solicitação	172 (34%)	220 (44%)	63 (13%)	33 (3%)	7 (1,4)
	Processos aprovados	48	65	15	9	3
	Processos Negados	124	155	48	24	4
Percentual referente ao total de solicitações por objetivo	Aprovados	28%	30%	24%	27%	45%
	Negados	72%	70%	76%	73%	55%
Percentual em relação ao total de projetos enviados ao CERIS no ano de 1983	Aprovados	9,6%	13%	3%	1,8%	0,6%
	Negados	25%	31%	10%	4,2%	0,8%

Portanto, as solicitações classificadas por objetivo tiveram um percentual de aprovação equitativo. No que tange aos diferentes objetivos, houve um percentual significativo de processos negados, mas nenhum tópico temático se sobrepôs de forma significativa a outro. A média de projetos aprovados girou em torno de 30%. O maior índice percentual de aprovação foi para projetos com objetivos de Congresso, com 45%, ou seja, 3 projetos do total de 7 solicitações. Todavia, se compararmos ao total de solicitações, é o tipo de solicitação que menos teve processos aprovados, com 0,6% de aprovação referente ao total de solicitações enviadas. No entanto, quando comparamos proporcionalmente, o resultado muda. Em segundo lugar, temos Trabalho Rural com 30% de projetos aprovados, ou seja, 65 projetos do total de 220 solicitações. Esse objetivo teve o maior percentual de solicitações enviadas ao CERIS. Muitas solicitações de Trabalho Rural vieram da região Sul. Mais abaixo poderemos verificar esse cruzamento de dados, que foi importante para identificarmos o perfil de apoio do CERIS e o perfil dos grupos solicitantes em 1988.

Tabela 21—Total de processos aprovados e negados por região e objetivo em 1988

<u>Objetivos</u>	<u>Associação</u>		<u>Trabalho Rural</u>		<u>Trabalho Urbano</u>		<u>Educação</u>		<u>Congresso</u>		<u>Outros</u>	
	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>	<u>Ap</u>	<u>Ne</u>
Norte	6	4	6	17	5	4	1	1		1		
Sudeste	9	27	8	9	3	7	4	7	2	2		
Sul	15	39	27	81	4	23		6		1		
Nordeste	15	36	20	40	3	13	4	8	1			
Centro-Oeste	3	17	4	8		1		1				

Ap= Aprovado / Ne= Negado

Através da tabela de número 21, podemos perceber o cruzamento das informações regionais com as temáticas, tornando mais clara a abrangência do CERIS nas regiões. Começamos com a **região Norte**, com o total de 46 solicitações. Ao olharmos a tabela 21, percebemos que o número de solicitações negadas com objetivo *rural* é significativo. Nos projetos aprovados, temos o mesmo número de aprovados

para Associação e Trabalho Rural (6 projetos) e 5 para Trabalho Urbano. Percebemos um interesse maior em aprovar projetos com objetivos de Associação, que poderiam inclusive vir do meio rural, que tivessem objetivos associativos.

Na **região Sudeste**, percebemos grande número de solicitações negadas nos objetivos de Associação, com 27 processos negados do total de 36 solicitações, ou seja, 75% das solicitações com objetivo de Associação enviadas ao sudeste foram negadas. O maior equilíbrio esteve em Trabalho Rural, com 8 projetos aprovados e 9 negados, ou seja, um percentual de quase 50% de aprovação. A maioria desses projetos rurais do sudeste veio de Minas Gerais, do interior do Estado. Os outros objetivos tiveram um percentual de negação maior que o de aprovação.

Na **região Sul**, tivemos um número muito significativo de solicitações, tanto em Trabalho Rural, quanto em Associação, no entanto, o índice de aprovação foi bem baixo. De 108 solicitações enviadas pelo Sul com objetivos de Trabalho Rural, 81 foram negadas, ou seja, em torno de 75% dos processos de solicitação enviados do meio rural foram negados. Nas solicitações de Associação, não foi muito diferente: de 44 solicitações, apenas 15 foram aprovadas, gerando um percentual de 29% de aprovação, apenas 5% maior do que Trabalho Rural. Em Trabalho Urbano, o índice de projetos negados também é significativo, com 23 projetos negados do total de 27, ou seja, 85% das solicitações enviadas com esse objetivo foram negadas. Apesar desse alto percentual de projetos negados, temos a oportunidade de observar a vivacidade de muitos grupos rurais nessa região, entre eles os trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra.

Na **região Nordeste**, o índice de solicitações negadas continuou alto. Nos projetos de Associação, o percentual de aprovação é de 29%, com 15 projetos aprovados do total de 51 solicitações. Nas solicitações de Trabalho Rural, continua baixo o índice de aprovação, com apenas 20 projetos do total de 60 solicitações, ou seja, em torno 33% de aprovação. Isso é ainda mais expressivo em Trabalho Urbano, com apenas 3 projetos do total de 16 solicitações, em torno de 18% de aprovação.

Na **região Centro-Oeste**, temos o menor índice de aprovação para Associação, com apenas 3 projetos aprovados do total de 20 solicitações enviadas, ou seja, 15% de aprovação. Em Trabalho Rural, de 12 solicitações, apenas 4 foram aprovadas, 33% de aprovação. Ao visualizarmos os índices apurados da abrangência temática dos projetos nas regiões, podemos perceber que, diferentemente das solicitações de 1983, as regiões Sul e Nordeste tiveram uma quantidade muito grande de processos negados, mas, ao

contrário de 1983, o número de solicitações enviadas pelo Sul cresceu muito. Em 1983 o índice de aprovação na região nordestina para trabalhos rurais foi muito positivo, com 18 projetos aprovados do total de 19 solicitações enviadas, ou seja, 90% de aprovação. Já em 1988, o índice caiu para 33% de aprovação, com apenas 20 projetos aprovados do total de 60 solicitações enviadas (ver tabela 4, capítulo 2).

Seguindo a mesma lógica das análises das solicitações em 1983, faremos uma análise específica dos Estados em cada região, procurando localizar melhor a abrangência geográfica dessas solicitações. Assim poderemos relacionar melhor esses grupos populares a processos históricos de movimentos sociais que atuaram nos Estados brasileiros, como os metalúrgicos no ABC paulista, o MST nos estados sulistas, os movimentos de bairros no Ceará, etc.

Região Norte

A região Norte foi a segunda região com o menor número de solicitações, com 46, do total de 534 processos enviados, ou seja, um percentual de apenas 9,2% do total de pedidos enviados. Mesmo com poucos processos enviados, foi a região com maior percentual de aprovação. Dos 45 projetos, 18 foram aprovados e 28 negados, gerando um percentual de 39% de aprovação. Na tabela abaixo, podemos observar a disposição da região nos Estados:

Tabela 22- Total de solicitações na região Norte em 1988

Estados	Pará	Roraima	Rondônia
Aprovados	16	2	
Negados	15	9	3

Ao analisarmos a tabela percebemos a grande incidência de solicitações vindas do estado do Pará, com 31 solicitações do total de 45 (68% do total), região que, nas solicitações de 1983, não apresentou uma abrangência tão significativa (Tabela 5). Lembremos que o Estado do Pará viveu um processo de expansão agrícola nos anos 1970, incentivado por construções como a rodovia transamazônica. Os processos de solicitação vindos desse Estado têm maioria em Trabalho Rural e Associação.

Tabela 23- Total de solicitações aprovadas e negadas na região Norte em 1988

	Associação		Trab. Rural		Trab. Urbano		Educação		Congresso	
	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne
Pará	5	2	4	9	5	4	1			
Rondônia			2	3						
Roraima		2		5		1				1

Podemos verificar que a maior incidência se localizou no estado do Pará, com os objetivos em Trabalho Rural e Associação. O índice de aprovação em solicitações classificadas como Associação e Trabalho Rural foi baixo, principalmente se compararmos ao índice de aprovação em Trabalho Urbano, que teve mais projetos aprovados, que negados. Num Estado ainda essencialmente rural, comparativamente tivemos um percentual significativo de demandas urbanas. Observando-se mais detidamente, percebe-se uma forte ligação desses projetos urbanos com as paróquias locais, com uma quantidade relevante de solicitações para a construção de cantinas comunitárias³⁵, que em sua maioria não estavam diretamente ligadas ao meio rural. Por isso, essas solicitações foram classificadas como Trabalho Urbano.

Região Sudeste

A região sudeste é a região de que já esperamos, de antemão, um alto percentual em Trabalho Urbano, pois ela concentra os Estados metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo, que foram muito fortes na constituição de importantes organizações sindicais na década de 1980. Todavia, o ano de 1988 concentrou muitas solicitações vindas do Estado de Minas Gerais, com 39 solicitações do total de 79, ou seja, mais da metade dos processos veio do estado mineiro. Tanto em 1983, quanto em 1988, foi mantida uma média de solicitações parecidas nas classificações por objetivos, mas, no percentual total de solicitações, houve uma diminuição de 1983 para 1988. Nas solicitações de 1983, verificaram-se 32% do total de solicitações, em relação ao total de processos

³⁵ Do total de 45 projetos, 11 foram para a construção de cantinas comunitárias. Projetos aprovados: 491, 514, 226, 432, 448, 474. Projetos Negados: 506, 524, 98, 253, 344. Todos do ano de 88, região Norte.

enviados (ver tabela 2). Em 1988, esse percentual caiu para 15% do total de solicitações (tabela 17).

Tabela 24 – Total de solicitações negadas e aprovadas na região sudeste em 1988

Estados	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
Aprovados	9 (43%)	3 (15%)	15 (38%)	
Negados	12	16	24	1

Ao olharmos para a classificação por Estados, percebemos que o percentual de aprovação em São Paulo foi baixo, com apenas 15% de aprovação do total de solicitações enviadas pelo Estado paulista. Devemos lembrar que o ano de 1988 é o ano de aprovação da Constituição e que as eleições presidenciais se deram em 1989, eventos que, segundo Marcelo Badaró, encerraram, de alguma forma, a “era” do novo sindicalismo brasileiro, inaugurando na década de 1990, uma década não muito favorável ao sindicalismo brasileiro (Mattos, 2002, p.84). Se guiarmos a análise quantitativa a partir desse caminho histórico do movimento sindical, podemos explicar melhor essa pouca abrangência dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em relação aos objetivos, os processos de solicitação majoritários na região Sudeste foram classificados como Associação. Uma parte veio de São Paulo, mas, das 12 solicitações enviadas para o FAM, apenas 1 foi aprovada. No estado de Minas Gerais, houve um percentual de aprovação melhor, com 5 (35%) projetos aprovados do total de 14 (Tabela 24).

Tabela 25- Total de solicitações por objetivo na região Sudeste em 1988

	Associação		Trab. Rural		Trab. Urbano		Educação		Congresso	
	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne
Rio de Janeiro										
São Paulo	1	11		1		2	1	1	1	1
Minas Gerais	5	9	8	7	1	2	1	3		1

Ao constatarmos o aumento de solicitações e de aprovação de processos vindos de Minas, é possível identificarmos o caráter de apoio de base que o CERIS procurava manter nessa época, pois o nível de organização dos movimentos sociais no estado

mineiro em relação a Rio e São Paulo, nos anos 1980, eram ainda, sem dúvida, menores.

Região Sul

Como já identificamos no início da análise das solicitações de 1988, a região Sul foi a maior surpresa que tivemos. Em 1983 tivemos apenas 10 processos de solicitação enviados. Já em 1988, tivemos o total de 196, ou seja, 19 vezes mais solicitações do que em 1983. Esse significativo crescimento nos trouxe a necessidade de observarmos que tipo de solicitação estava sendo enviada, tentando, assim, entender por que ocorreu esse aumento tão significativo das demandas vindas do Sul.

Tabela 26 – Total de solicitações da região Sul em 1988

Estados	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
Aprovados	9	2	35
Negados	20	14	114

Apesar do aumento de solicitações, o índice de aprovação, principalmente no Paraná, foi muito baixo. De 149 solicitações, apenas 35 foram aprovadas, ou seja, 23% de aprovação. Nos outros estados, o percentual também continuou baixo. O Rio Grande do Sul teve 31 %, e Santa Catarina obteve apenas 12,5% de aprovação. Essa grande quantidade de solicitações vindas do Paraná requer uma análise pormenorizada dos tipos de projetos que enviaram essas solicitações.

Tabela 27- Total de solicitações por objetivo na região Sul em 1988

	Associação		Trab. Rural		Trab. Urbano		Educação		Congresso	
	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne
Rio Grande do Sul	4	7	4	10				2		1
Santa Catarina		3	1	8		4				
Paraná	9	26	21	68	4	19		3		

Sem sombra de dúvida, o maior objetivo das solicitações enviadas pela região Sul foi de Trabalho Rural (112), seguido de Associação (49). Historicamente não é de surpreender esse número alto de demandas vindas do Paraná, pois esse Estado foi

reconhecido por fortes lutas de resistência rural. Desde 1957, a chamada luta de Porecatu marcou a região na luta pela terra. Em 1970 houve intensa expropriação de terras, que fez desaparecer 100 mil propriedades rurais em dez anos (Martins, 1993, p.138 apud Fernandes, 2000,p. 65). Essa situação fez com que, em 1978, a Igreja Católica, por meio da CPT, e mesmo a Igreja Luterana, assim como alguns sindicatos de trabalhadores rurais, iniciassem um trabalho de organização nas comunidades, que gerou, em 1980, o Movimento *Justiça e Terra* (Fernandes, 2000, p. 65). Em 1980, aconteceu um violento conflito entre camponeses sem-terra, Polícia Militar e jagunços da Empresa Giacometti Marodim S.A. A terra foi ocupada, e a polícia e os jagunços da empresa atiraram e torturaram dezenas de trabalhadores rurais. O episódio ficou afamado, gerando apoio de diversas organizações, principalmente da Igreja Católica, através da CPT. Não podemos esquecer que o encontro nacional que fundou o Movimento dos Sem-terra ocorreu em Cascavel, no Paraná, em 1984, com forte apoio da Pastoral da Terra, cujos dirigentes tiveram um caráter progressista de atuação muito próximo do CERIS na década de 1980. Todos esses acontecimentos de alguma forma explicam a abrangência de solicitações vindas desse Estado. Não podemos esquecer que houve um movimento em prol da luta pela terra, não só no Paraná, mas em toda a região Sul.

Região Nordeste

A região nordestina não teve uma grande disparidade entre as proporções de solicitações enviadas em 1983 e em 1988. Em 1983 houve em torno de 50% das demandas vindas do Nordeste. Em 1988, girou em torno de 30% do total de processos de solicitação enviados. Houve queda, mas nada tão significativo como o ocorrido na região Sul.

Tabela 28- Total de solicitações da região Nordeste em 1988

Estados	AL	BA	CE	MA	PA	PE	PI	RN	SE
Aprovados		6	16	15	1	1			5
Negados	1	24	40	23	3	2	2	1	2

O Estado nordestino com o maior número de solicitações mais uma vez foi o Ceará. Em 1983 tivemos um percentual de 45% das demandas nordestinas vindas do

Ceará (ver tabela 8). Em 1988 o percentual girou em torno de 39%, com 56 processos, do total de 145 solicitações. Mas, diferentemente de 1983, que obteve um alto percentual de aprovação, com 18 projetos aprovados do total de 23 (78%) solicitações. Em 1988 houve apenas 16 projetos (28%) do total de 56. O segundo estado com grande quantidade de solicitações é o Maranhão (26%), que teve um crescimento significativo em relação a 83, quando enviou apenas 4 solicitações (7%).

Tabela 29- Total de solicitações por objetivo na região Nordeste em 1988

	Associação		Trab. Rural		Trab. Urbano		Educação		Congresso	
	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne
Aprovados/Negados										
Alagoas										
Bahia	2		1		1		2			
Ceará	6		9				1			
Maranhão	3		10		1				1	
Paraíba	1									
Pernambuco	1									
Piauí										
Rio Grande do Norte										
Sergipe	2		2				1			

Região Centro-Oeste

Mais uma vez, é a região com a menor demanda nos dois anos pesquisados. Contudo, de 1983 para 1988, houve um crescimento percentual. Em 1983 tivemos apenas 2 processos enviados. Em 1988 tivemos 34, ou seja, de 2% em 1983 crescemos para 6,8% do total de solicitações enviadas.

Tabela 30 – Total de solicitações na região Centro- Oeste em 1988

Estados	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Aprovados		3	4	
Negados	1	10	14	2

Esse aumento foi maior nos Estados de Mato Grosso e Goiás. Mas o percentual de aprovação também se manteve baixo.

Tabela 31- Total de solicitações por objetivo na região Centro-Oeste em 1988

	Associação		Trab. Rural		Trab. Urbano		Educação		Congresso	
	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne	Ap	Ne
Distrito Federal								1		
Goiás	3	7		2		1				
Mato Grosso		8	4	6						
Mato Grosso do Sul		2								

Observando a tabela com as demandas por objetivo, podemos perceber que, mais uma vez, Trabalho Rural e Associação representaram a maioria das solicitações. O índice de aprovação continuou baixo, mas no Mato Grosso o percentual de aprovação dos projetos classificados como Trabalho Rural foi de quase 50%, que é um índice positivo em relação às outras regiões analisadas nas documentações de 1988.

3.7.3. Tempo de tramitação dos projetos

O tempo médio de tramitação dos processos enviados ao CERIS nas solicitações do ano de 1988 foi de 94 dias, ou seja, mais de 3 meses. Em 1983 tivemos uma média de tramitação de 2 meses. Esse índice talvez seja explicado pelo grande número de projetos negados em 1988. Muitas vezes o CERIS não negou imediatamente uma solicitação, tendo havido um diálogo entre a Instituição e o grupo solicitador, porém, por falta de resposta ou insuficiência nas informações, o CERIS acabou negando o pedido. Esse diálogo pode ter ajudado na demora na tramitação dos projetos.

3.7.4. Os mediadores nos processos de solicitação de 1988

Os processos de solicitação do ano de 1988 estiveram pouco ligados à Igreja Católica. De 534 solicitações, apenas 137 (24%) estavam claramente ligadas à instituição católica. Isso mostra o aumento da laicização do próprio Centro de Estatística, que, em 1983, esteve muito mais próximo à Igreja nos processos de solicitação que estavam sendo enviados, que tiveram, em 70% das solicitações, algum tipo de relação com a Igreja. Não é à toa que se percebe uma permanência de apoio à base, bem como um apoio a movimentos que, nesse ano, já tinham mais autonomia dos canais de participação progressista da Igreja. Um exemplo possível seria o MST, que foi

muito ligado à Pastoral e às CEBs na sua fundação, mas que caminhou para a sua autonomia ao longo dos anos.

3.8. Análise qualitativa dos processos de solicitação em 1988

Nesse item procuramos analisar algumas solicitações do ano de 1988, que, num olhar pormenorizado, pareceram relevantes no total dos processos de solicitações. Quando analisamos o ano de 1983, já tivemos dificuldades de selecionar os projetos, pois a riqueza dos grupos sociais é muito instigante. Em 1988, o desafio cresceu em proporção, com cinco vezes mais solicitações do que em 1983. Por conta da grande quantidade documental, primeiramente, dividimos os projetos pelos objetivos. Depois disso, construímos subtópicos temáticos que ajudaram a manter um padrão na procura de novos tipos de projetos. Um dos itens do banco de dados que serviu para a criação desses subtópicos foi o item: Observações. Pela imensidão de possibilidade nas análises, começaremos dividindo os subtópicos a partir dos objetivos temáticos do banco de dados.

Como já foi dito, é impossível esgotar nesta dissertação a análise qualitativa desses documentos, não só pela quantidade de processos de solicitação (que gira em torno de 650), mas também pela diversidade temática dos diferentes grupos sociais que estão representados nessa documentação. No entanto, é possível levantar importantes questões para uma análise dessa relação entre o FAM e os grupos solicitadores. A nossa intenção nessa pesquisa foi fazer um mapeamento claro dessas solicitações enviadas ao FAM, para que, a partir daí, possamos pensar os caminhos de análise qualitativa para esses documentos.

Pretendemos, numa pesquisa posterior, aprofundar o caminho temático a ser seguido, pois, pelo que foi observado até agora, essa documentação nos traz a necessidade de focar nos projetos com objetivos classificados em Trabalho Rural e Associação. Nos dois anos quantificados, pudemos perceber a força desses grupos, não só no número de solicitações enviadas ao CERIS, mas também na prioridade dada pela Instituição para o apoio concedido a esses grupos de base. Isso fica mais claro, ao percebermos o caráter progressista que o Centro de Estatística foi assumindo ao longo da década de 1970. O FAM parece, inclusive, ter sido um exemplo muito significativo nesse processo de “giro para a esquerda” da Instituição. Pretendemos identificar o apoio

dado a movimentos sociais que foram fundamentais na construção de uma alternativa contra-hegemônica ao sistema capitalista (como MST, o novo sindicalismo, PT, entre outros). Mas não só isso, como perceber o caráter contraditório de uma Instituição subordinada à Igreja Católica, mesmo que esteja no grupo de contestação ao conservadorismo clássico da hierarquia religiosa. Esse processo é rico em contradições, e é nesse sentido que procuraremos analisar os processos de solicitação, os projetos apoiados e as ações do Fundo de Apoio, através das cartas enviadas aos diversos grupos de trabalhadores que estavam pedindo auxílio ao CERIS. Para focarmos a nossa análise, daremos ênfase aos processos de solicitação classificados em Trabalho Rural e Associação. No entanto, pela quantidade de solicitações e pela riqueza dos projetos em 88, não conseguiremos fazer uma análise qualitativa ideal, mas indicaremos, através dos subtópicos, um potencial de análise para um estudo temático projeto a projeto, na continuação de uma pesquisa mais focada.

3.8.1. Associação

No item de classificação temática das solicitações em Associação, identificamos, na análise quantitativa, que o percentual foi relevante (tabela 16). Do total de solicitações enviadas ao FAM, no ano de 1988, houve 34% com objetivos de Associação. Assim como ocorreu nos outros tipos de projetos, o percentual de aprovação não foi alto, com uma representação total de apenas 9,6% do total de solicitações enviadas em 1988. Essa proporção nos trouxe a necessidade de verificar que tipo de associação se pretendia com o apoio assegurado pelo FAM. Muitas não tinham como objetivo uma organização mais complexa, que saísse do âmbito local. Um exemplo importante foram as associações de moradores que pretendiam resolver questões locais, dos bairros. Não quer dizer que essas associações não tivessem contato com organizações mais complexas, como sindicatos, movimentos sociais com abrangência nacional, etc, mas suas demandas permaneciam no campo do imediato, como projetos de saneamento básico, construções de casas populares, entre outros. Em 88, identificamos 8 projetos com observações relevantes sobre as associações de

moradores³⁶. Estas mostram a riqueza das organizações de bairro, como, por exemplo, a solicitação de número 90, que traz um rico material sobre as associações de bairro em Fortaleza, muito florescente na década de 1980. Outros mostram a organização dos jovens nos bairros, denunciando a vida difícil dos pais em seus locais de trabalho (projeto 190). Entre as organizações que enviaram pedidos de financiamento ao CERIS, houve uma demanda relevante de construção ou reforma de casas populares³⁷. Esse tipo de projeto tinha, na associação de moradores do bairro, o apoio não só financeiro, mas também de mão de obra local dos moradores, através dos “mutirões”, criando um ambiente, por vezes, bastante solidário nesses bairros. Nos projetos identificados por associações de bairros, de 12 projetos selecionados, apenas 1 foi aprovado. Não foi possível identificar o porquê de um índice tão pequeno de projetos aprovados, porém percebemos que, nos anos de 1983 e 1988, o foco da Instituição esteve mais no meio rural e nas associações agrícolas e sindicais.

Nas organizações sindicais, observamos um índice muito alto de solicitações vindas de sindicatos rurais. Identificamos 40 projetos de organização e manutenção de sindicatos rurais³⁸, com um índice de aprovação relativamente alto e com abrangência bem diversificada, ou seja, apesar de muitos virem da região Sul, não houve uma predominância tão grande dessa região nesse tipo de solicitação. Identificamos muitas solicitações que tinham como objetivo conscientizar os trabalhadores dos sindicatos, seja para sindicatos em fase de formação, seja para sindicatos já organizados, que tinham a intenção de fortalecer a consciência dos trabalhadores da categoria ou para além dela. É importante lembrarmos que o perfil do movimento sindical no final da década de 1980 iniciava um certo refluxo das organizações que reivindicavam uma luta para além das demandas imediatas. O projeto de número 135 mostrou a tentativa de partidos de centro, como o PMDB, de atuar nos movimentos sindicais. Não

³⁶ Projetos de número: 54, 90, 185, 190, 198, 214, 415, e 441. Os números expostos referem-se à numeração dos processos de solicitação numerados no banco de dados construído ao longo da pesquisa no Windows Access.

³⁷ Projetos de número: 198, 239, 241, 320, 393, 429.

³⁸ 37, 67, 72, 73, 77, 84, 155, 189, 217, 218, 229, 242, 244, 257, 258, 278, 299, 310, 314, 331, 337, 342, 346, 347, 353, 364, 374, 376, 388, 396, 405, 410, 431, 456, 462, 467, 469, 476, 483.

conseguimos ver uma ligação direta desses grupos sindicais com a Central Única dos Trabalhadores, apenas visualizamos essa ligação em 3 solicitações³⁹, e todas as três foram aprovadas.

Outro corpo documental interessante foi o dos grupos de oposição sindical, tanto urbana, quanto rural⁴⁰. Os projetos urbanos tiveram uma singularidade na justificativa do CERIS para não aprovar as solicitações, alegando que não costumava apoiar atividades sindicais para eleições. Dos 9 projetos aprovados, 3 tinham objetivos eleitorais⁴¹. Sabemos que boa parte das oposições sindicais da década de 1980 veio compor o surgimento da CUT. No final dos anos 1980, a situação da CUT se transformou, tivemos a criação da “nova” CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e sua divisão em alas. Uma delas passou a pertencer à CUT e outra ala somou-se à Força Sindical. Lembremos que nesse momento se vivenciaram as consequências das leis sindicais incorporadas à Constituição de 88, que manteve estruturas sindicais que remetem aos tempos de populismo. Essa documentação vem radiografando esses conflitos e tendências construídas nessa década. Tanto os sindicatos rurais, quanto os urbanos, nos esclarecem sobre a atuação não só dos sindicatos, mas das oposições sindicais e sua tentativa de resistir à hegemonia de sindicatos de todos os setores, como, por exemplo, oposições sindicais na construção civil (projeto: 447 e 449), oposição metalúrgica (317), até oposição sindical dos lavradores (275).

3.8.2. Trabalho Rural

As solicitações com objetivos de Trabalho Rural foram a “menina dos olhos” do FAM. Ao pesquisar as solicitações dos dois anos (1983 e 1988), percebemos o quanto o objetivo do CERIS esteve voltado para esse tipo de projeto. O percentual de aprovações vindas do meio rural foi de certa forma significativo quantitativamente, tanto em 1983 (18%), quanto em 88 (13%), quando comparamos com os outros tipos de classificação

³⁹ Projetos de número: 39, 247 e 480.

⁴⁰ Oposição sindical urbana, projetos: 182, 284, 317, 319, 437, 447, 449, 451, 528.

Oposição sindical rural: 201, 223, 251, 266, 267, 275, 289.

⁴¹ Projetos: 284, 451 e 528

por solicitação. Muitas das solicitações que foram classificadas em Associação vieram de sindicatos e associações rurais, aumentando ainda mais esse percentual. Dentro do tópico sobre Trabalho Rural, mapeamos os tipos de atividade rural que enviaram solicitações ao CERIS em 1988. Sem dúvida nenhuma, o grupo social que mais apareceu nessa documentação foram as comunidades agrícolas. Conseguimos identificar 50 processos de solicitação desse tipo de grupo. Foram iniciativas rurais comunitárias, que pediam ajuda ao CERIS para otimizar a produção agrícola, na qual esses grupos rurais ou associação de agricultores trabalhavam. Nos 50 projetos identificamos duas principais atividades que seriam realizadas com a aprovação dos projetos: 1) Roça comunitária; que se baseou no auxílio financeiro para a compra de sementes, ou para melhorar as condições de produção de arroz, milho, feijão, etc. 2) Compra de máquinas para beneficiamento agrícola; essas solicitações pretendiam levar às comunidades, máquinas que favorecessem a produção, ou seja, criavam-se condições para que esses agricultores pudessem vender seus produtos a um preço minimamente próximo ao dos grandes agricultores. Esses trabalhadores podiam usufruir, com o apoio do FAM, de tecnologias agrícolas que já estavam sendo usadas pelos grandes proprietários de terra, tornando, assim, seus produtos mais competitivos no mercado⁴². De 50 solicitações, 32 (64%) tinham propostas de roça comunitária e 18 de compra de máquinas agrícolas, como moinhos, máquinas de beneficiamento de arroz, fornos, etc. A maioria dos projetos foi de roça comunitária. Dos 32 processos de roça comunitária, 13 foram aprovados, ou seja, tivemos 40% de aprovação no total de solicitações enviadas. A maior quantidade de solicitações veio das regiões Sul (23) e Nordeste (14), principalmente dos Estados do Paraná e Ceará.

Esse tipo de iniciativa não necessariamente pode ser considerado como promotor de futuros movimentos sociais que tenham um horizonte contra-hegemônico, pois eram grupos de agricultores tentando ter alguma forma de sobrevivência ou mesmo uma

⁴² Os projetos de comunidade agrícola são: 40, 41, 42, 49, 58, 62, 65, 69, 72, 73, 94, 96, 104, 1128, 144, 142, 150, 160, 166, 209, 230, 232, 233, 269, 279, 280, 300, 302, 309, 355, 360, 362, 373, 387, 395, 400, 401, 407, 408, 409, 412, 413, 414, 418, 423, 424, 439, 473, 496, 498, 500, 511, 529.

segunda renda. Em alguns projetos identificamos propostas desses grupos de virem a se organizar politicamente, mas esse não foi o tom principal encontrado nesse tipo de solicitação. Entretanto, quando observamos a abrangência regional, podemos identificar uma significativa quantidade de projetos vindos de Estados como Ceará e Paraná, locais conhecidos por movimentos sociais. Ao mesmo tempo, esse tipo de iniciativa foi apoiado pelo CERIS, pois, dentro da média percentual, o índice de aprovação dos outros tipos de solicitações não chegou a 30%, e, nos processos de solicitações dessas comunidades agrícolas, essa média chegou a 40% de aprovação. O CERIS tinha um olhar muito positivo para esses grupos, que, inclusive, estavam mais em consonância com a lógica “basista” da Igreja, de apoiar grupos populares, que de preferência estivessem descolados de organizações mais complexas e radicais. Talvez esse perfil de projeto fosse louvado não só pela ala mais progressista, mas também por parte dos integrantes católicos mais conservadores, seguindo com a lógica dominante tão característica da Igreja por muitos anos. No entanto, quando analisamos a convergência regional dessas comunidades, com movimentos sociais rurais como o MST, percebemos que essa aproximação regional de tipos diferentes de grupos rurais pode ter contribuído para a organização desses grupos agrícolas, que aparentemente não passariam de agricultores interessados em melhorar sua condição de vida.

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Muito antes da formação de movimentos sociais como o MST, outros grupos rurais vinham resistindo à desapropriação de terra feita desde os tempos coloniais brasileiros. Segundo Bernardo Mançano, a guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa no Brasil (Fernandes, 2000, p.29). Não podemos nos esquecer da Guerra do Contestado, no início do século XX, na região Sul, os movimentos dos cangaceiros no Nordeste e, mais recentemente, a formação das Ligas Camponesas, que, desde 1945, iniciaram uma importante luta travada contra o monopólio de classe sobre a terra em vários Estados brasileiros, principalmente no Nordeste. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Com o golpe militar de 64, as ligas e outros movimentos foram aniquilados (Fernandes: 2000, p. 33).

Segundo Mançano, o período entre 1940 e 1964, foi abundante em lutas de resistência pela defesa da terra pelos pequenos agricultores, e estas aconteceram em todo o Brasil. Ainda que João Goulart tenha usado o discurso pró-reforma agrária a seu favor, não podemos ignorar o quanto esse tema esteve em pauta nesses anos pré-golpe.

Após o golpe a situação desses camponeses que lutavam pela reforma agrária acabou mudando. A partir de 64, as lutas no campo diminuíram como resultado da repressão. Os militares criaram o estatuto da terra, com o intuito de minimizar os conflitos fundiários e desmobilizar os camponeses. Poucos movimentos puderam sobreviver à repressão ditatorial. Alguns setores da Igreja Católica tiveram a oportunidade de atuar ainda sob os olhares da repressão.

No começo dos anos de 1960, nasciam as primeiras CEBs, mas só nos anos 1970 essas Comunidades Eclesiais passaram a ter importância fundamental para os trabalhadores rurais, tornando-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhando junto com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que se insurgiram durante o regime militar (Fernandes: 2000, p. 44).

A relação de alguns grupos rurais com a CPT foi muito forte nesses anos. Na documentação de 88, pudemos visualizar a relação dos grupos rurais com a CPT⁴³. Esses processos de solicitação foram identificados a partir do item Observações, no banco de dados, que continha informações consideradas relevantes em cada projeto. Acreditamos que, num olhar mais focado, encontraremos mais ligações dos diversos tipos de grupos de trabalhadores rurais com a CPT. Das 12 solicitações identificadas, 6 foram aprovadas. A predominância regional foi das regiões Sul (7) e Sudeste (3). No tipo de grupo apoiado pela CPT, não houve uma linearidade no tipo de solicitação. Pudemos perceber que a CPT apoiou diversas iniciativas rurais: de grupos de mulheres (Projeto: 195), passando por atividades de comunidade agrícola (Projetos: 98 e 181), até material para estimular a discussão sobre Reforma Agrária (306).

Essa diversidade de atuação da CPT teve a ver com o motivo pelo qual ela foi criada. Movimentos como as CEBs, CPT, entre outros, tinham o objetivo de atuar junto aos setores populares. Na América Latina, esse medo ocorreu principalmente depois da Revolução Cubana. Essa aproximação das classes populares foi uma forma da Igreja Católica não perder mais fiéis para as organizações que questionavam a condição de

⁴³ Os projetos foram identificados a partir das observações registradas no banco de dados. Acreditamos que, num olhar mais focado, encontraremos outras ligações com a CPT. Os projetos identificados foram: 10, 98, 100, 103, 168, 181, 183, 195, 210, 235, 267, 306 e 350.

miséria em que essas classes subalternas viviam. Essa tentativa de aproximação dos “pobres”, determinada desde o Concílio do Vaticano II, foi apropriada pelos eclesiásticos brasileiros, principalmente pela chamada ala progressista, que acabou se aproximando e apoiando movimentos que tinham, em sua proposta, um questionamento sistêmico.

O apoio dado por esses setores da Igreja foi muito forte nos movimentos de luta pela posse da terra. Nos documentos em 1988, podemos visualizar quatro tipos de luta reivindicatória da terra: as associações rurais, as comunidades agrícolas, os assentamentos rurais e o MST.

Quando qualificamos esses grupos rurais, separamos tipos de reivindicações que não necessariamente se separam. O mesmo grupo que identificamos como luta pela posse da terra é ligado aos sindicatos rurais e ao MST. Pela própria localização geográfica, podemos visualizar a ligação desses grupos sociais. A maioria dos projetos vem do Paraná, Ceará, Goiás e Minas. Mesmo grupos não necessariamente comprometidos com uma organização mais complexa, estavam localizados em regiões com significativas lutas pela terra.

Ao identificarmos processos que reivindicavam a posse pela terra explicitamente, percebemos uma grande quantidade de denúncias de grilagem de terra⁴⁴. Em algum momento, terras que eram ocupadas por grupos de trabalhadores foram reivindicadas por um fazendeiro, alegando ser dono da terra. Esses pequenos trabalhadores passaram então a pagar uma renda mensal para poder continuar produzindo na terra. As dificuldades de sobrevivência aumentaram, e, nessa época, esses trabalhadores passaram a se organizar para enfrentar as desapropriações indevidas que existem já há um tempo significativo nas terras brasileiras. A luta travada contra esse tipo de expropriação de terra provavelmente foi incentivada no momento de luta pela posse da terra na década de 1980. Esses grupos que enviaram solicitações de apoio ao FAM pretendiam lutar no campo jurídico para denunciar a propriedade ilegal das terras. Para isso, precisavam de assistência jurídica, dinheiro para realizarem viagens a

⁴⁴ Projetos que reclamam dos grilheiros na apropriação indevida de terras: 48, 105, 115, 290 e 293.

Brasília, etc. O percentual de apoio do CERIS a esse tipo de solicitação foi relativamente alto: de 11 projetos identificados, 7 foram aprovados⁴⁵.

3.8.3. As solicitações do MST

Ao analisarmos a documentação de 1983, não conseguimos identificar nas solicitações rurais grupos ligados ao Movimento dos Sem-Terra. É claro que, até 1984, não havia um autorreconhecimento claro dos trabalhadores rurais de pertencimento ao MST, mas, desde o início da década de 80, já havia ocupações e encontros regionais, que resultaram na formação do Movimento. Quando nos debruçamos sobre a documentação de 88, a situação dos agricultores muda radicalmente. Houve apenas 10 solicitações vindas da região Sul em 1983. No ano de 1988, catalogamos 196 processos de solicitação (ver tabela 15). O mais interessante é quando consultamos os processos de solicitação vindos dos Estados do Sul. Verificamos um percentual de 76% das solicitações vindas do Estado do Paraná, lugar central na organização do Movimento dos Sem-Terra na região Sul. Ao localizarmos as solicitações que tinham alguma informação de ligação do grupo ao MST, percebeu-se que a região Sul, principalmente o Estado do Paraná, tinha o maior percentual, com 74% do total de solicitações enviadas (17 solicitações do total de 24 solicitações)⁴⁶ e um alto percentual de aprovação, com 67% (6 projetos aprovados do total de 9). Esse índice concentrado no Paraná mostra a ligação histórica de organização do MST, com as solicitações enviadas ao FAM em 1988. Junto a essa demanda da região Sul, podemos perceber projetos do Movimento Sem-Terra, vindos da região Nordeste – Paraíba - e da região Sudeste, com demandas vindas de Minas e São Paulo⁴⁷. As solicitações vindas desses grupos pretendiam obter auxílio para a manutenção dos assentamentos e ou organização e conscientização política. Nessa manutenção das ocupações feitas pelo MST, os pedidos eram diversos: ajuda para a compra de animais, como bois e vacas, para a horta comunitária, para o

⁴⁵ Processos Aprovados: 48, 105, 154, 212, 290, 291, 977. Processos Negados: 115, 143, 208 e 293.

⁴⁶ Processos de solicitação do MST: 36, 76, 85, 99, 117, 118, 130, 131, 145, 148, 187, 238, 245, 255, 301, 308, 325, 330, 359, 361, 366, 380, 397, 520

⁴⁷ Solicitações vindas do Nordeste: 255. Sudeste: 85, 308, 380 e 520.

aluguel de caminhões, ajuda na compra de sementes, etc. Para isso, verificamos processos com fotos dos acampamentos. As imagens tinham a intenção de mostrar o cotidiano nos assentamentos e suas dificuldades. Essa intenção de mostrar a realidade de um acampamento poderia servir para sensibilizar a Instituição, mas servia para comprovar a veracidade do grupo. Os recursos utilizados eram muitos, os solicitantes mandavam jornais, estatutos, panfletos, cartas escritas pelos trabalhadores relatando o cotidiano de dificuldade, fotos, etc.

Imagem 3- Documentos 5974, 5975 e 5976 respectivamente – Processo número: 359-1988

Fotos: Jpva / Passano



Através dessas solicitações vindas dos grupos de Trabalhadores Sem-Terra, podemos perceber a ajuda que instituições católicas como o CERIS, as CEBs e as Pastorais tiveram no processo de resistência e formação desses grupos que ocupavam terras e tentavam, sob repressão policial, sobreviver nos acampamentos. Sabemos do apoio que a CPT proporcionou ao movimento desde sua gênese. Essa ala da Igreja, assim como as CEBS, foi fundamental na constituição e organização da luta agrária. Não temos informações do apoio do CERIS em projetos maiores e ou anteriores a 1983. A documentação a que tivemos acesso refere-se ao Fundo de Apoio criado em 1979. Esse Fundo, na década de 1980, apoiou claramente movimentos sociais contra-hegemônicos como o MST, fortalecendo as ocupações com o financiamento das políticas desenvolvidas através do apoio a cursos de formação política, conscientização e liderança sindical; com a manutenção dos acampados, apoiando produções agrícolas, com a compra de sementes, máquinas, animais, etc. Não havia nesse apoio uma lógica de simples autonomia, que o CERIS dizia pretender desenvolver nos grupos, mas um forte apoio à política do MST enquanto movimento social de contestação da realidade hegemônica do capital. É difícil, para nós, identificarmos um caráter tão progressista numa instituição católica. Quando nos propusemos a analisar essa documentação, pretendíamos ver o processo de mediação nos movimentos que o CERIS, que se denominava uma instituição de filantropia, pretendia com os grupos populares. Pensou-se que poderíamos visualizar, nessa documentação, um caráter negativo no apoio aos grupos populares, gerando, inclusive, uma relação de caridade e promoção das instituições católicas. No entanto, foi possível verificar uma dinâmica que vai muito além da filantropia católica, um apoio sistemático aos movimentos sociais que estavam se constituindo naqueles anos, movimentos que contestavam não só o Estado, mas as relações sociais burguesas e hegemônicas na sociedade capitalista, propondo uma nova realidade. O maior exemplo talvez tenha sido o apoio dado pelo FAM ao Movimento dos Sem-Terra, apoiando, de todas as formas possíveis, a ocupação desses trabalhadores nas diferentes regiões brasileiras.

Conclusão

Ao longo do trabalho, procuramos verificar a complexidade e a particularidade dos processos de solicitação enviados ao Centro de Estatística, especificamente ao setor do Fundo de Apoio a Miniprojetos. Para isso, foi necessário pesquisar a relação entre o CERIS e os grupos solicitadores, assim como contextualizar o crescimento das organizações populares na década de 1980, para que fosse possível relacionar os documentos analisados ao processo histórico brasileiro da década de 1980.

Ao concluir a dissertação, permanece a vontade de continuar a análise do corpo documental de 1983 e 1988. Cada vez que voltamos para extrair informações da documentação, encontramos novas possibilidades de análise, pois diversos grupos sociais estão representados nesses processos de solicitação. Pudemos encontrar, nas solicitações enviadas ao FAM em 1983 e 1988, pequenos grupos de agricultores, mulheres, associação de moradores, diversos movimentos culturais, muitos sindicatos, tanto rurais, quanto urbanos, associações de tipos variados, paróquias desenvolvendo trabalhos sociais, assentamentos de trabalhadores sem-terra, movimento estudantil ligados à JUC e à JOC, atuação das Pastorais, etc. Essa diversidade de grupos sociais nos trouxe lacunas de contextualização histórica que não poderão ser preenchidas no contexto desta dissertação. Ao identificarmos tais lacunas, não pretendemos apresentar desculpas ou justificativas antecipadas. Pelo contrário, parece-nos que questões suscitadas ao longo de uma pesquisa são sempre um estímulo para o seu desenvolvimento em estudos posteriores. Mesmo assim, houve a pretensão nesta pesquisa de apresentar esse corpo documental com propriedade, isto é, organizado de maneira coerente e inserido no processo sócio-histórico do qual fazia parte. Isso se fez através da construção de um banco de dados, que apurou e sistematizou essas solicitações anuais de forma temática e regional. Esse foi o primeiro passo para localizarmos que grupos sociais demandavam o auxílio. Posteriormente, criamos tópicos classificados por objetivos pretendidos pelo grupo solicitador em cada projeto, ou seja, que tipo de projeto se pretendia desenvolver pelos solicitadores. Com isso, fomos sistematizando em grupos os processos de solicitação, que deveriam ser divididos em solicitações aprovadas e não aprovadas. A partir da classificação dos projetos aprovados, percebemos a importância de mensurar o apoio financeiro que o CERIS realizou aos grupos solicitadores. Verificamos uma média que girou em torno de

500 a 1.000 dólares no ano de 1983 e no ano de 1988 de 1.000 a 9.000 dólares. Isso mostrou um aumento na capacidade de apoio financeiro do FAM para as solicitações enviadas, que aumentaram de 106 em 1983 para 534 em 1988.

Através da análise qualitativa, pudemos identificar melhor a abrangência dessas solicitações que foram expostas na análise de cunho quantitativo das solicitações mapeadas ao longo da pesquisa. O critério de escolha para as análises qualitativas resultou do número expressivo de solicitações oriundas do meio rural e com objetivos em sua maioria associativos, seja através da criação ou manutenção de sindicatos, seja com objetivos associativos de menor complexidade organizativa. Com isso, focamos na experiência vivida por esses trabalhadores, localizando-os regionalmente e através de critérios temáticos. Para isso utilizamos o conceito de experiência de classe em Thompson, tratando a classe como um processo de autoconstituição, como uma categoria essencialmente histórica. Foi possível visualizar na documentação essa experiência relatada pelos grupos solicitantes, principalmente na relação entre o cotidiano de exploração que viveu grande parte dos trabalhadores brasileiros na década de 1980 e o contexto de reavivamento popular que as organizações populares brasileiras realizaram nesses anos.

Essa análise foi possibilitada pela riqueza do corpo documental. Fica claro que essa documentação nos dá uma margem de análise muito satisfatória. Seria possível ter analisado apenas a relação do CERIS com os grupos solicitadores, no que se refere aos processos de solicitação negados, que permitem inferir os critérios de aprovação da Instituição e suas modificações, nas solicitações do ano de 1988 em relação ao ano de 1983. Porém conseguimos discutir a atuação da Igreja nos grupos sociais brasileiros através do CERIS, mostrando as contradições de uma entidade católica no apoio aos setores populares no Brasil. Em relação à escolha dos anos disponíveis na base documental, um enorme desafio ainda a enfrentar é uma análise por amostragem de todos os anos disponíveis (que vai de 1983 até 2002), verificando a atuação parcial do CERIS ao longo de três décadas.

Entretanto, o foco dessa pesquisa foi pensar a década de 1980, especificamente os anos de 1983 e 1988, não somente de forma pontual, mas através do processo histórico que permeava esses anos. Procuramos imprimir um sentido de trajetória dos grupos sociais representados, em especial para aqueles grupos sobre os quais nos debruçamos de maneira mais detalhada. Foi a dinâmica de atuação desses trabalhadores

que enfatizamos nessa dissertação. As múltiplas possibilidades de análise dessas solicitações fundamentam-se na qualidade desse corpo documental. É uma documentação com uma diversidade de grupos sociais representados muito satisfatória. A possibilidade de acesso a um corpo documental escaneado facilitou a pesquisa, pois, com essa quantidade extensa de documentos, a facilidade no manuseio poupou o tempo necessário para a realização de um banco de dados bastante completo. Junto a isso, uma documentação com uma representação regional e temática tão ampla nos colocou, ao mesmo tempo, um grande desafio na escolha da temática a ser explorada. Tivemos a intenção de disponibilizar a princípio informações gerais sobre esse corpo documental. O objetivo desta pesquisa foi mostrar quais eram os grupos sociais presentes nas solicitações enviadas ao FAM, relacionando-os ao contexto histórico brasileiro da década de 1980, especificamente a sociedade civil e a atuação da Igreja católica e suas contradições internas no que se referiu ao projeto de intervenção na realidade brasileira nos anos 1980. Para isso, foi necessário pensar os relatos dos trabalhadores à luz da experiência de classe vivenciada no cotidiano desses grupos, que tentaram, através de formas diversas, se organizar e mudar as condições sociais e econômicas de sobrevivência.

A contextualização histórica da Igreja Católica se deu a partir de meados do século XX, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Esse recorte temporal foi escolhido seguindo critérios históricos de organização e atuação da Igreja Católica no Brasil. Ao pesquisarmos a realidade histórica na qual se banhavam os grupos sociais encontrados na documentação, percebemos que a atuação de entidades católicas como o CERIS foi influenciada principalmente por tensões e lutas existentes nas duas décadas precedentes aos anos 80. Esses embates resultaram de um contexto de intervenção que uma ala da Igreja teve junto aos setores populares, uma ala católica mais atenta às latências sociais, que pode ser caracterizada como “progressista”.

Paralelamente, foi possível não só localizar o surgimento do CERIS, como também as mudanças internas ocorridas na Instituição católica. As mudanças no CERIS foram tantas, que a instituição passou a ter características não só de um Centro de Estatística Religiosa, mas de uma entidade associativa que, nos anos 80, foi em geral denominada de “ONG”.

Ao pensar o surgimento dessas Organizações Não Governamentais, foi preciso discutir o conceito de sociedade civil que era pressuposto pela definição de ONG.

Partimos de uma definição baseada na teoria de Gramsci sobre Estado Ampliado, fruto do processo dialético entre sociedade política e sociedade civil. Na sociedade civil, Gramsci traz a luta de classes para a arena da sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, não consideramos o CERIS como uma ONG, pois o conceito não é suficiente para pensarmos a dinâmica de atuação dessa entidade católica.

Ao definir o CERIS como uma instância integrando a sociedade civil de tipo gramsciano, que atua junto aos setores populares numa dinâmica por vezes contraditória com a lógica conservadora da Igreja, foi necessário localizar esses conflitos internos. Uma instituição que vem da Igreja Católica, especificamente da CNBB, que se caracteriza como um clássico aparelho privado de hegemonia, mas que, mesmo assim, apoiou movimentos de luta contra-hegemônica. Essa relação não aconteceu somente entre a Igreja e as bases, mas também nas instâncias maiores, como no âmbito local e externo. Ao pensar a atuação do FAM, inicialmente tivemos a previsão de encontrar um processo de mediação do CERIS para esses grupos populares, que subordinariam suas lutas a processos de apassivamento e imediatismo. No entanto, verificamos uma atuação razoavelmente independente da instituição CERIS no ano de 1983 e ainda mais em 1988, que apoiou a organização política de trabalhadores no caminho de uma autonomia política. Nos dois anos pesquisados, pudemos perceber não só a manutenção do apoio aos grupos de base, mas a extensão desse apoio a movimentos sociais de grande importância, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Houve também um significativo crescimento do apoio aos grupos de trabalhadores rurais, com aumento de solicitações vindas da região Sul em 1988.

Muitas dessas solicitações que vieram do meio rural tinham uma proposta associativa, seja através da criação ou manutenção de sindicatos, seja na criação de associações que poderiam ou não ter uma intenção organizativa mais complexa. Com isso, para identificarmos melhor a abrangência temática desses processos de solicitação, foi necessário relacionar projetos de cunho associativo com grupos de trabalhadores rurais, que, na classificação do banco, ora estiveram classificados como Trabalho Rural, ora como Associação. Para uma continuação desta pesquisa, pretendemos explorar esses dois principais perfis de projetos. Com isso, será possível obter mais subsídios para pensar o processo de organização dos trabalhadores na década de 1980 e sua relação

com uma entidade católica, que participou desse processo histórico de forma significativa.

Referências bibliográficas:

AHMAD, Aijaz. Linhagens do Presente. 1 ed., S.P: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. História de uma década quase perdida (1979-1989), 2000. Tese de doutorado, Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

ALVES. M. H. N. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. “Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos”. In.: Mainwaring, Scott & Krischke, J. Paulo (org). A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Porto Alegre: L&PM:CEDEC, 1986.

BEBBINGTON, Anthony. “Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONG’s na América Latina”. In: HADDAD, Sérgio (org). ONG’s e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. S.P; Abong; Peirópolis, 2002.

BOSI, Antônio de Pádua. Os “Sem Gabarito”: experiências de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo nas décadas de 1970/1980. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

BOSI, Alfredo. Da esquerda cristã à Teologia da Libertação. In: JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI, João Alexandre (orgs). As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. Ed: Difusão Europeia do Livro, S.P, 1973.

_____, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Ed: Paz e Terra, R.J, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. S.P: Cortez, 2000.

_____, Carlos Nelson. A Democracia Como Valor Universal. Encontros com a civilização brasileira, n.9, março de 1979.

COUTINHO, Sérgio Ricardo (org). Religiosidades, misticismo história do Brasil Central. Brasília: CEHILA, 2001.

DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a Abertura, 1974-1985”. In.: Krischke, Paulo & Mainwaring, Scott. A Igreja nas Bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

DOIMO, Ana Maria. “Os rumos dos movimentos sociais no caminho da religiosidade”. In: Krischke, Paulo & Mainwaring, Scott. A Igreja nas Bases em tempo de transição. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

DREIFUSS, R. A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio, Espaço e Tempo, 1986.

_____, R. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2ed. –S.P: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. R.J: Civilização Brasileira, 2003, V.13.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2º Ed, Zahar, R.J. 1976.

_____, Florestan. Brasil:em compasso de espera. Ed: HUCITEC,S.P.,1979.

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina. R.J: Relume-Dumará, 2ed, 1994.

FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FILGUEIRAS, Luiz. História do plano real. 3 ed., S.P: Boitempo, 2000.

FONTES, Virgínia. “A democracia no Brasil – aprendizado e mimetismo”. In: Ansaldi, Wlado (org). La democracia em America Latina, un barco a la deriva. Buenos Aires, Fondo de cultura economia, 2007.

_____, VIRGÍNIA. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

_____, VIRGÍNIA. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: Lima, J. e Neves, L. (Orgs.) Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. R.J: FIOCRUZ, 2006.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. 3ed. Vol.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. 2ed. Vol.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol.6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 2ª Ed. São Paulo, Loyola, 1993.

ILSE SCHERER, Warren & KRISCHKE, Paulo J. (org.) Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI, João Alexandre (orgs). As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

LANDIM, Leilah. “Múltiplas identidades das ONG’s”. In: HADDAD, Sérgio (org). ONG’s e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. S.P; Abong; Peirópolis, 2002.

_____, Leilah. A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutorado apresentada no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro: Iser, 1988.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. RJ; Ed:UFRJ, 2007.

LOWY, Michael. O Capitalismo como religião: Walter Benjamin e Max Weber. Da esquerda cristã à Teologia da Libertação. In: JINKINGS, Ivana & PESCHANSKI,

João Alexandre (orgs). As utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAINWARING, Scott. A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985). S.P: Brasiliense, 2004.

_____, Scott & Krischke, J. Paulo (org). A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Porto Alegre: L&PM:CEDEC, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. História: Pensar e Fazer. R.J: LDH, 1998

_____, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. R.J, Vício de leitura, 2002.

_____, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia”. In: Golpe de Estado. Revista História e luta de classes. Ano 1 – Edição N 1, Abril 2005.

MEDINA, Carlos Alberto. Ação Social e desenvolvimento: o caso do Brasil. s/d, sem mais referências.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. R.J: Graal, 1986.

_____, Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). História: Pensar e Fazer. Rio de Janeiro, LDH, 1998.

_____, Sônia Regina de & FONTES, Virginia Maria. História do Brasil Recente– 1964-1980. S.P, Ática, 1991.

MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo internacional. Cadernos do CEAS. n. 133, maio. - jun. 1991.

NEVES, L. (org.) A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. SP, Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Exposição no painel “Caminhos da institucionalização: cooperação internacional, Estado e filantropia”. São Paulo: Entrelinhas, Cadernos de pesquisa CEBRAP nº 6, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST”. Artigo publicado no portal da CLACSO: Revista OSAL, nº 16. <http://osal.clacso.org/dev/article.php3?id_article=129> . Acesso em 22/10/2007.

REIS FILHO, Daniel. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In.: Reis Filho, Daniel; Ridenti, Marcelo & Motta, Rodrigo Patto. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois. (1964-2004). S.P. EdUSC, 2004.

SADER, Éder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). R.J: Paz e Terra, 1991.

SERRA, José. A Economia Constrangida. In: Novos Estudos, Cebrap. S.P. v.1. n.4., 1982.

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. Da transcendência à disciplina: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. E. P. As peculiaridades dos ingleses. IN: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

_____, E. P. O espírito Whig sem o elitismo. In: BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____, E.P. Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra. R.J, Paz e Terra, 1987.

Sites:

http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/publicacao/publicacao.asp?cod_Canal=12&cod_Publicacao=97>, Acesso em 08/03/07.

Site da ABONG: www.abong.org.br. Acesso em 15/07/2010.

Site do CERIS. <<http://www.ceris.org.br/>>. Acesso em 23/05/2007.

Anexos:

Anexo 1: Documento de número 7. Projeto 1-1988

Pouso Alegre, 12 de Maio de 1988.

À

CERIS

Rio de Janeiro - RJ

Prezados Amigos,

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a atenção com que foi estudado o nosso pedido de ajuda e, gostaríamos também de pedir desculpas da nossa inexperiência na elaboração do mini-projeto, o que ocasionou as referidas dúvidas que vocês nos questionaram. Por isso tentaremos descrever abaixo, de forma mais clara o que somos e pretendemos.

Nós, trabalhadores, como passamos a maior parte do tempo na fábrica, onde somos explorados, onde sofremos os problemas econômicos, vivemos juntos com os companheiros os problemas comuns, tais como: meios de transportes caro e precário; salário baixo devido a grande oferta de mão-de-obra fruto do êxodo rural, desrespeito ao trabalho da mulher e do menor, falta de segurança no ambiente de trabalho. Por isso nós nos reunimos e criamos em 1º de novembro/87 a nossa Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pouso Alegre - MG, conforme certificado de registro em anexo, bem como cópias da Ata e termo de presença na fundação e, também termo de posse dos membros da referida Associação.

Como já dito anteriormente, desde a formação da nossa Associação enfrentamos vários problemas, como por exemplo a demissão de 5 companheiros, sendo que 3 continuaram na luta, estando no momento com processo na justiça do trabalho para reintegração junto à Empresa.

Devido a todos esses problemas sociais e econômicos ao qual somos submetidos o nosso objetivo principal com a formação da nossa Associação é a luta pela Libertação do Homem, ou seja descobrir formas de organização e luta, que nos permitam conquistar melhores condições de sobrevivência, como: moradia, segurança no trabalho, melhores

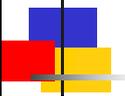
25/5/88

Anexo 2: Documento em Power Point elaborado pelo CERIS, escaneado em CD

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

CERIS

**Centro de Estatística Religiosa e
Investigações Sociais**
CERIS



Encuentro Red Puentes - Chile
Del 6 al 9 de octubre

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

CERIS

CERIS
Sociedade civil sem fins lucrativos
fundada no estado do Rio de Janeiro em
1962 com o apoio da CNBB e CRB

OBJETIVO
Contribuir para que os setores mais pobres e excluídos
da sociedade brasileira obtenham melhoria das suas
condições de vida através do estímulo a reflexões e a
práticas sociais transformadoras.